CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
PPFEN – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA E ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA E ENSINO

# LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA?

TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO DE FILOSOFIA
PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM ENSINO DE FILOSOFIA
ORIENTADORA: PROFA. DRA. TAÍS SILVA PEREIRA
COORIENTADOR: PROF. DR. FELIPE GONÇALVES PINTO

LUCAS DA SILVA MARTINS

RIO DE JANEIRO
JUNHO DE 2025

CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA?

Lucas da Silva Martins

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Taís Silva Pereira
Coorientador: Prof. Dr. Felipe Gonçalves Pinto

Rio de Janeiro
Junho de 2025

LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino.

Lucas da Silva Martins

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Profa. Dra. Taís Silva Pereira (CEFET/RJ – Orientadora)

_____

Prof. Dr. Felipe Gonçalves Pinto (CEFET/RJ – Coorientador)

_____

Prof. Dr. Marcelo Senna Guimarães (CEFET/RJ)

AVALIADORES EXTERNOS

_____

Prof. Dr. Christian Lindberg Lopes do Nascimento (UFS/SE)

_____

Prof. Dr. Leandro Couto Carreira Ricon (UCP/RJ)

Rio de Janeiro
Junho de 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

M386 Martins, Lucas da Silva
Livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas: possibilidades para o ensino de filosofia? / Lucas da Silva Martins. — 2025.
134f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia : f. 126-134
Orientadora: Taís Silva Pereira
Coorientador: Felipe Gonçalves Pinto

1. Educação - Filosofia. 2. Livros didáticos. 3. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). 4. Brasil. [Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017]. I. Pereira, Taís Silva. (Orient.). II. Pinto, Felipe Gonçalves. (Coorient.). III. Título.

CDD 370.1

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

# RESUMO

Esta pesquisa almeja salientar a relevância da oferta da disciplina de Filosofia no Ensino Médio, bem como investigar os impactos decorrentes da aprovação da Lei nº 13.415/2017 nas práticas de ensino e na elaboração dos livros didáticos. A lei em questão previa a inclusão de "estudos e práticas" de Filosofia, retirando seu lugar anteriormente garantido como disciplina obrigatória nos arranjos curriculares do Ensino Médio por força da Lei nº 11.684/2008. A edição de 2021 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) acompanhou as mudanças estruturais no currículo da educação básica. Em especial no que diz respeito ao Ensino Médio, observou-se a influência das mudanças geradas pela Lei nº 13.415/2017 e pela versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, concebida pela pedagogia das competências. O objetivo desta pesquisa é verificar, por meio de uma análise qualitativa dos conteúdos de Filosofia nas coleções Multiversos (Editora FTD) e Moderna Plus (Editora Moderna), quais são as possibilidades para o ensino de Filosofia diante do material produzido pelas editoras em conformidade com o Edital do PNLD 2021 de Ensino Médio, Objeto 2. Para realizar a análise, foram elaboradas quatro categorias diretamente relacionadas aos critérios metodológicos: presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas e Filosofias brasileiras. O que se pôde constatar no recorte desta pesquisa é o aprofundamento da vulnerabilidade da Filosofia no Ensino Médio por meio de sua inclusão precária nos livros didáticos aprovados no PNLD 2021, organizado por áreas do conhecimento. Tal organização, portanto, representa a subalternização da Filosofia, uma vez que sua inclusão está condicionada ao atendimento a determinadas competências e habilidades da BNCC. Dessa forma, não é garantido um lugar seguro para o seu ensino efetivo. Como produto educacional vinculado a esta pesquisa, foi elaborado um roteiro cujo objetivo é facilitar a escolha de livros didáticos de Filosofia. Sintetizando o procedimento analítico adotado no decorrer da pesquisa, este roteiro tem como público-alvo professores de Filosofia e pesquisadores interessados em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Palavras-chave: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ensino de Filosofia; Lei nº 13.415/2017; Livro didático; PNLD.

# ABSTRACT

This research aims to highlight the relevance of offering the subject of Philosophy in High School, as well as to investigate the impacts of the approval of Law number 13.415/2017 on teaching practices and the preparation of textbooks. The law in question provided for the inclusion of "studies and practices" in Philosophy, removing its previously guaranteed place as a mandatory discipline in the curricular arrangements of High School by force of Law number 11.684/2008. The 2021 edition of the National Textbook Program (PNLD) followed the structural changes in the basic education curriculum. Particularly with regard to High School, we observed the influence of the changes generated by Law number 13.415/2017 and the 2018 version of the Common National Curriculum Base (BNCC), conceived by the pedagogy of competencies. The objective of this research is to verify, through a qualitative analysis of the Philosophy content in the Multiverses (FTD Publisher) and Modern Plus (Modern Publisher) collections, what the possibilities are for teaching Philosophy in the face of the material produced by the publishers in accordance with the PNLD 2021 High School Notice, Object 2. In order to carry out the analysis, four categories directly related to the methodological criteria were drawn up: precarious presence, women philosophers, non-Eurocentric Philosophies and Brazilian Philosophies. What we have seen in this research is a deepening of the vulnerability of Philosophy in High School Education through its precarious inclusion in the textbooks approved in the PNLD 2021, organized by areas of knowledge. This organization, therefore, represents the subordination of Philosophy, since its inclusion is conditional on meeting certain competences and skills of the BNCC. In this way, a safe place for its effective teaching is not guaranteed. As an educational product linked to this research, a script was drawn up with the objective of facilitating the choice of Philosophy textbooks. Summarizing the analytical procedure adopted in the course of the research, this script is aimed at Philosophy teachers and researchers interested in Philosophy or Applied Human and Social Sciences textbooks.



Keywords: Applied Human and Social Sciences; Teaching Philosophy; Law number 13.415/2017; Textbook; PNLD.

# LISTA DE SIGLAS

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

ANPOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Câmara de Educação Básica

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

OCN – Orientações Curriculares Nacionais

CHSA – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

CNE – Conselho Nacional de Educação

Conae – Conferência Nacional de Educação

Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CP – Conselho Pleno

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DEM – Democratas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FGB – Formação Geral Básica

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNE – Fórum Nacional de Educação

Foncede – Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NEM – Novo Ensino Médio

OBSEFIS – Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe

ONG – Organizações Não Governamentais

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPFEN – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTT – Produção Técnica e Tecnológica

SEAF – Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas

SEEDUC-RJ – Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

SEPE-RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro

STEAM – Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática)

TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCP – Universidade Católica de Petrópolis

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO


| | | |
|---|---|---|
| **Introdução** | | **11** |
| **1** | **Impactos da Lei nº 13.415/2017 no ensino de Filosofia** | **25** |
| 1.1 | A BNCC e a ideologia da competência | 37 |
| 1.2 | Alienação e esvaziamento da Filosofia no PNLD 2021 | 51 |
| 1.3 | Um olhar sobre o Edital do PNLD 2021 | 57 |
| **2** | **Livros didáticos destinados ao ensino de Filosofia** | **63** |
| 2.1 | Análise e avaliação de livros didáticos no ensino de Filosofia | 70 |
| 2.1.1 | Coleção Multiversos Ciências Humanas | 74 |
| 2.1.1.1 | Análise da coleção Multiversos Ciências Humanas | 77 |
| 2.1.1.1.1 | Multiversos Ciências Humanas: presença precária da Filosofia | 79 |
| 2.1.1.1.2 | Multiversos Ciências Humanas: mulheres filósofas | 82 |
| 2.1.1.1.3 | Multiversos Ciências Humanas: Filosofias não-eurocentradas | 84 |
| 2.1.1.1.4 | Multiversos Ciências Humanas: Filosofias brasileiras | 89 |
| 2.1.1.1.5 | Síntese das análises da coleção Multiversos Ciências Humanas | 92 |
| 2.1.2 | Coleção Moderna Plus | 93 |
| 2.1.2.1 | Análise da coleção Moderna Plus | 94 |
| 2.1.2.1.1 | Moderna Plus: presença precária da Filosofia | 97 |
| 2.1.2.1.2 | Moderna Plus: mulheres filósofas | 99 |
| 2.1.2.1.3 | Moderna Plus: Filosofias não-eurocentradas | 103 |
| 2.1.2.1.4 | Moderna Plus: Filosofias brasileiras | 108 |

2.1.2.1.5 Síntese das análises da coleção Moderna Plus 112

**3 Produção de materiais didáticos no ensino de Filosofia 113**

**Considerações Finais 120**

**Referências 126**

**Apêndice – Produto Educacional 135**

**Anexos 152**

Anexo 1 PNLD 2021 – Ensino Médio – Valores negociados por título (livros impressos) – Livros Didáticos – Objeto 2 152

Anexo 2 Multiversos Ciências Humanas – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD2021 – Sugestões de trabalho por formação curricular do professor 161

Anexo 3 Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD2021 – Sugestões de trabalho por formação curricular do professor 168

Anexo 4 Proposta de Produto Educacional 174

# Introdução

Ao longo da história do ensino no Brasil, a Filosofia experimentou períodos de prosperidade e declínio e, atualmente, enfrenta um momento desafiador. Embora não haja uma proibição do seu ensino, ele se torna tendencialmente reducionista, contribuindo para uma visão utilitária e pragmática. Em uma sociedade que valoriza a prática em detrimento da reflexão, há uma tendência a abandonar a capacidade de pensar criticamente. Aquilo que não se adequa à rapidez e ao imediatismo é descartado, sendo, portanto, substituído por alternativas que apresentem utilidade. Diante do exposto, infere-se que, em virtude de a sociedade contemporânea estar impregnada da ansiedade por tais utilidades, há um risco iminente de que as disciplinas de humanidades sejam desprezadas dos currículos escolares, uma vez que tem sido priorizado um modelo de educação por objetivos, com foco na profissionalização dos jovens.

A aprovação da Lei nº 11.684/2008 – que modificou o Artigo 36 da Lei nº 9.394/1996 para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio – representou uma conquista, ainda que não duradoura. Com o advento da Medida Provisória nº 746, posteriormente aprovada tanto pela Câmara quanto pelo Senado e convertida na Lei nº 13.415/2017, tais disciplinas foram novamente excluídas, estabelecendo a inclusão de "estudos e práticas" de Filosofia. De acordo com a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, homologada em dezembro de 2018, a Filosofia aparece diluída na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Professores de todo o Brasil debateram tal situação no XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Para Marcelo Carvalho, então presidente da ANPOF e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), privar da educação básica a Filosofia é prejudicial tanto para os alunos quanto para a sociedade:

> O aluno do Ensino Médio que é bem formado não é aquele que se recorda, pelo resto da vida, das equações de eletromagnetismo ou de história romana. É aquele que se apropria, com liberdade, de conhecimentos e argumentos, que aprende a aprender as mais diversas

> coisas, que ouve e fala de modo plural e claro. O ensino de Filosofia no Ensino Médio não se justifica pela relevância de conhecer Tomás, Descartes ou Hegel. Mas o mesmo vale para as outras disciplinas.
> Que esse ensino se faça por referência a uma História da Filosofia é relevante, mas secundário. Ele se apresenta como necessário por ser formador do estudante em um sentido fundamental e dificilmente suprido de outro modo. Que isso seja difícil de se efetivar, e que as aulas de Filosofia precisem ser melhor concebidas e organizadas também é relevante, mas também secundário. Excluir a Filosofia do Ensino Médio retira do estudante a possibilidade de acesso a alguns dos instrumentos fundamentais para sua autonomia. E retira da imagem de sociedade que se constrói através da educação básica a afirmação clara da pluralidade e do debate que são pressupostos à democracia e à vida em nosso tempo. (CARVALHO, 2016)

A aprovação da Lei nº 13.415/2017 interferiu profundamente nos rumos da educação brasileira, impactando também a produção de obras didáticas. Os livros didáticos são um universo pertinente a ser investigado quando se pensa em questões relacionadas ao ensino de Filosofia, uma vez que constituem o dia-a-dia de sala de aula de milhões de professores e estudantes brasileiros. Conforme Gontijo (2019, p. 146):

> tanto por um viés político-social, quanto pelo aspecto didático-filosófico, o livro didático de Filosofia hoje é parte integrante do material de estudo de milhões de estudantes, remetendo-nos a questões próprias da produção de textos filosóficos mais ou menos voltados ao ensino, e reforçando a proposição de que os livros didáticos de Filosofia merecem uma atenção mais sistemática e orgânica da comunidade filosófica brasileira.

Uma vez que os livros didáticos são utilizados na prática docente, não poderiam deixar de constituir objeto de reflexão. Neste sentido, Pinto e Pereira discorrem:

> Quando se tematiza a produção educacional, especialmente na educação básica, a primeira ocorrência verificada é o livro didático. Não à toa, uma vez que ele faz parte do próprio percurso de massificação escolar e da universalização do ensino no país. Sua existência gira em torno da atividade docente: sua comercialização depende em maior ou menor grau da escolha do conteúdo e das metodologias de ensino, feita pelo professor, diferindo-se, portanto, de outros gêneros de livro. (PINTO; PEREIRA, 2024, p. 3)

A partir da análise dos documentos oficiais, esta pesquisa busca compreender quais são os objetivos das políticas públicas brasileiras mais recentes destinadas à

educação. Ao se observar a realidade contemporânea da educação no Brasil, infere-se que as políticas educacionais vigentes não fomentam a liberdade de pensamento e de expressão. Defendendo uma "educação neutra", buscam manter as pessoas em um estado de ignorância, de modo que se tornem alvo de políticas populistas e não raciocinem sobre a realidade.

Paulo Freire, educador e filósofo, patrono da educação brasileira, reconhece a impossibilidade de neutralidade na educação, pois ela não é neutra: ela é política.

> É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível não porque professores e professoras "baderneiros" e "subversivos" o determinem. A educação não vira política. Ela é política. Quem pensa assim, quem afirma que é por obra deste ou daquele educador, mais ativista que outra coisa, que a educação vira política não pode esconder a forma depreciativa como entende a política (...). Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a ser encarnados. (FREIRE, 2021, p. 108)

A educação, diferentemente daquela empregada nas sociedades autoritárias que a instrumentalizam, a manipulam com a finalidade de intervir e de reprimir o ser humano, deveria proporcionar uma formação livre à criança, ao jovem e ao adulto que vive numa sociedade plural. Uma alternativa ao modelo de educação vigente seria a educação anarquista conforme propõe Silvio Gallo, professor e filósofo brasileiro que tem dado contribuições no campo de Filosofia da Educação.

Gallo é defensor de uma educação libertária e anarquista oposta ao modelo tradicional – o qual afirma ser veiculado pelo capitalismo – objetivando disseminar a ideologia da perpetuação e manutenção do sistema social vigente. A educação anarquista, segundo ele, objetiva desestruturar esta ideologia social e ensina a construção da liberdade, para que cada um pense e aja à sua maneira, criando sua própria ideologia, assumindo sua singularidade sem, no entanto, fechar-se para a amplitude do meio social (GALLO, 1995, p. 37).

A dupla de pensadores Pierre Dardot e Christian Laval – que têm estudado sistematicamente a radicalização do neoliberalismo desde a crise de 2008 – afirma que, numa perspectiva de risco, a educação e a formação profissional passam a ser vistas como escudos que protegem do desemprego e aumentam a "empregabilidade"

(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213). Nesta perspectiva, instrumentaliza-se a educação – e a própria Filosofia – para o alcance de determinadas finalidades.

Fazer da Filosofia um instrumento para a realização de um fim pode constituir um equívoco, uma vez que, como assinala Gallo, desde suas origens ela resiste à tutela, à instrumentalização. Neste sentido, ele pensa que manter o ensino de Filosofia no Ensino Médio se justifica porque esta é uma fase de término da educação básica, na qual há uma perspectiva de formação abrangente do educando, e que possivelmente no nível universitário muitos enveredarão por outras áreas do conhecimento, algumas das quais não lhes trarão a oportunidade deste aprendizado em seus currículos de especialização.

> Daí a importância da presença da Filosofia no Ensino Médio: ela se constitui numa experiência singular de pensamento, e se o estudante não se encontrar com ela nesse nível mais abrangente de ensino, pode ser que jamais o faça. Penso ser essa uma justificativa mais que suficiente. (GALLO, 2006, p. 22)

Para Silveira, a importância do ensino de Filosofia no Ensino Médio está diretamente relacionada com a formação de senso crítico-reflexivo nos estudantes:

> o ensino de Filosofia no Ensino Médio aparece como um agente propulsor da abertura de novos mundos aos alunos, alargando o olhar sobre a realidade social que os cerca. A Filosofia, olhando por esse viés, age como instigadora de senso crítico-reflexivo formando cidadãos mais ativos e participantes. (SILVEIRA, 2015, p. 89)

O acesso ao campo da Filosofia na educação básica deveria ser ampliado e, ofertado também aos alunos do Ensino Fundamental, podendo-se prover para eles uma iniciação ao filosofar a fim de que, ao tomar contato com temas mais aprofundados ao adentrarem o Ensino Médio, não mais estejam na qualidade de estreantes em tais temáticas. Qual o proveito de uma iniciação filosófica para as crianças? Sanchez e Motta (2019, p. 393), em investigação sobre a importância da Filosofia no Ensino Fundamental, respondem:

> um professor pode conseguir que as crianças raciocinem sobre os princípios e regras da sociedade através da investigação filosófica, baseada na racionalidade e na ética, sem necessariamente determinar algo como certo ou errado.

> (...) Sendo assim, a escola, a família, o professor e o currículo devem cultivar o pensamento racional e compreender que as crianças são devidamente capazes de se envolver em raciocínios éticos. Se as considerarem incapazes, a probabilidade de se envolverem em um pensamento racional e ético pode, de fato, ficar prejudicada. (SANCHEZ; MOTTA, 2019, p. 393)

Esta pesquisa está comprometida com a defesa do ensino de Filosofia – haja visto seu caráter emancipatório – no Ensino Médio. Para tal, pretende-se empreender uma breve contextualização da situação atual do ensino de Filosofia, bem como das produções didáticas destinadas ao ensino-aprendizagem – neste caso, especificamente, os livros didáticos. Entende-se que tanto os processos de avaliação dos livros quanto da produção dos materiais de dissertação constituem potenciais para proporcionar amadurecimento no que se refere às temáticas destinadas ao ensino de Filosofia.

A **justificativa** para que se apresente esta dissertação de Mestrado Profissional consiste na relevância de que sejam analisadas tanto as produções educacionais destinadas ao ensino de Filosofia quanto os impactos das políticas públicas educacionais no Brasil depois de sancionada a Lei nº 13.415/2017, a qual afetou diretamente o ensino de Filosofia no Novo Ensino Médio (NEM), haja vista a disposição por competências conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), retirando as disciplinas e passando a inseri-las no interior de grandes áreas como componentes curriculares.

As versões anteriores do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ofertavam um número limitado de obras didáticas destinadas ao então componente curricular Filosofia, se comparadas a outras disciplinas[1]. E, por isso, as escolas contavam com poucas opções de livros didáticos específicos para analisar e adotar em seus currículos, muito embora seja verdade que desde a aparição do PNLD houve, em relação à Filosofia, um crescimento na quantidade de obras.

No PNLD 2021 os conteúdos filosóficos foram diluídos nas obras destinadas ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia: denominadas obras didáticas por área do conhecimento e específicas, dispostas no Objeto 2 do Edital que orienta tal programa.

Como a BNCC busca especialização e instrumentalização, haja visto sua organização – a qual direciona-se a desenvolver competências nos alunos – o que resta

[1] Dados sobre outros PNLDs podem ser encontrados no capítulo 2, páginas **62-64**.

ao ensino de Filosofia? Haverá espaço para o desenvolvimento de mentalidades crítico/reflexivas e, portanto, esclarecidas, que possam atuar sobre o ambiente? Neste novo modelo de ensino destinado aos jovens brasileiros, haverá liberdade para ensinar e para aprender?

A arquitetura da BNCC parte do princípio de que os estudantes têm direitos de aprendizagem que podem ser realizados mediante à conquista de competências e habilidades. Foram estabelecidas na BNCC dez competências gerais: 1**)** conhecimento; 2**)** pensamento científico, crítico e criativo; 3) repertório cultural; 4**)** comunicação; 5**)** cultura digital; 6) trabalho e projeto de vida; 7) argumentação; 8) autoconhecimento e autocuidado; 9) empatia e cooperação; 10) responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2018).

As competências específicas da BNCC são organizadas por áreas do conhecimento, as quais mobilizam componentes curriculares para atingi-las, bem como o aprofundamento delas nas habilidades. Os conceitos, conteúdos e processos existem em função das habilidades, as quais guiam a articulação dos conteúdos dos componentes.

Cabe, no entanto, problematizar tal arquitetura, pois ela contradiz os direitos de aprendizagem estudantis, uma vez que, ao diluir e fragmentar os conteúdos de aprendizagem das anteriores disciplinas, ela acaba por limitar tais direitos. Neste sentido, é válida a seguinte formulação feita pelo professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento: a diluição e a fragmentação dos conteúdos de aprendizagem conforme estabelecido pela BNCC contradizem, substancialmente, os direitos de aprendizagem dos estudantes.

> No entanto, enquanto as versões iniciais traziam consigo conteúdos de aprendizagem específicos para cada componente curricular ao longo das três séries do Ensino Médio, na terceira versão, além das competências gerais, há competências específicas e habilidades por área do conhecimento. Em outros termos, constata-se que houve a diluição e a fragmentação dos conteúdos de aprendizagem contidos nas duas versões iniciais da BNCC, contradizendo, substancialmente, a noção de direitos de aprendizagem. No caso específico da Filosofia, enquanto nas duas primeiras era perceptível a abordagem das cinco áreas filosóficas – Ética e Filosofia Política, Epistemologia, Metafísica, Estética e Lógica, na última houve a redução delas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), restringindo-se às áreas de Ética e Filosofia Política, Epistemologia, Metafísica. (NASCIMENTO, 2023, p. 49)

Emergem, desse contexto, as seguintes inquietações: como adequar a Filosofia às competências e habilidades definidas pela BNCC? Diluir os conteúdos filosóficos nos livros facilita o aprendizado, faz com que o estudante os apreenda e desenvolva as já citadas competências – estas que poderiam ser desenvolvidas exatamente pelo filosofar? Em que medida a presença – ou ausência – de conteúdos filosóficos nas obras elencadas para a pesquisa interfere na formação filosófica?

O **objetivo da pesquisa** é analisar livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas produzidos no contexto da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e que, conforme os parâmetros da BNCC, tenham sido submetidos à análise do PNLD 2021 – Ensino Médio – Objeto 2: Obras didáticas por área/componente. Os livros aprovados em Edital têm por meta suprir as escolas com materiais didáticos que possam contribuir e viabilizar na implantação do Novo Ensino Médio.

Através do critério para delimitação da pesquisa por objeto/obra/editora/campo de ensino, busca-se investigar as mudanças que os conteúdos filosóficos sofreram ante as alterações legislativas mais recentes, as quais impactaram profundamente o ensino de Filosofia no Ensino Médio.

Após analisadas as obras e vislumbradas as possibilidades de ensino oferecidas por tais materiais, será apresentada uma proposta de produto didático que atenda ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN), na linha de pesquisa *Teoria e Prática do Ensino de Filosofia* com seu projeto *Produção e Avaliação de Material Didático no Ensino de Filosofia* a fim de cumprir a meta de aprofundamento da formação docente.

Tal produto foi elaborado no formato roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia pelos professores: roteiro este que contemple uma síntese das análises realizadas na dissertação.

A **metodologia de pesquisa** será a análise de obras didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – destinadas e aprovadas para atendimento do Objeto 2 do PNLD 2021 de Ensino Médio – observando, nestas mesmas obras, as recomendações do suplemento denominado *Manual do Professor.* A fim de cumprir a etapa inicial de seleção de obras para a análise buscou-se verificar, no Guia do PNLD 2021, quais teriam sido aprovadas. Verificou-se a existência de quatorze coleções que obtiveram aprovação, as quais foram elaboradas pelas seguintes editoras: Editora do Brasil,

Editora Moderna, Editora Scipione, Editora Ática, Editora Saraiva, Editora FTD, Editora AJS, Palavras Projetos Editoriais e Edições SM (PNLD 2021, p. 13). Tais coleções, contendo seis volumes cada, totalizam oitenta e quatro títulos, os quais são listados a seguir:

- ✓ **Conexão Mundo** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Angélica Natália Pizzutto Pozzani; Leandro Alves Gomes; Natália Salan Marpica; Sabina Maura Silva e Priscila D'Almeida Manfrinati – Editora do Brasil;
- ✓ **Conexões** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Alexandre Alves, Ângela Correa da Silva, Gilberto Cotrim, Letícia Fagundes de Oliveira, Marília Moschkovich e Ruy Lozano – Editora Moderna;
- ✓ **Contexto e Ação** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Cassiano Terra Rodrigues, Fabiana Sanches Grecco, Glaydson José da Silva, Henrique Amorim, Igor José de Renó Machado e Leandro Galastri – Editora Scipione;
- ✓ **Diálogo** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Julieta Romeiro, Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani e Silas Martins Junqueira – Editora Moderna;
- ✓ **Diálogos em Ciências Humanas** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Eduardo Campos, Cláudio Vicentino e Eustáquio de Sene – Editora Ática.
- ✓ **Humanitas.doc** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria e Jorge Ferreira – Editora Saraiva;
- ✓ **Identidade em ação** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Alice de Martini, Cristina Costa, Eliano Freitas, Felipe de Paula Góis Vieira, Isabela Backx, Leandro Karnal, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, Marcelo Abreu e Rogata Soares Del Gaudio – Editora Moderna;
- ✓ **Interação Humanas** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Adhemar Marques; Amarildo Diniz; Flavio Berutti;

Judith Nuria Maida; Julia O' Donnell; Maurício Parada; Paulo Crispim Alves de Souza; Paulo Edison de Oliveira; Pedro Maciel da Costa Ferreira; Silvia Panazzo e Vitor Hirschbruch Schvartz – Editora do Brasil;

- ✓ **Moderna Plus** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Lygia Terra, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Maria Lúcia de Arruda Aranha, Martha Nogueira, Myriam Becho Mota, Otair Fernandes de Oliveira, Patrícia Ramos Braick, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Raul Borges Guimarães, Regina Araújo, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires – Editora Moderna;
- ✓ **Módulos para o Novo Ensino Médio** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Ana Paula Gomes Seferian; André Luís La Salvia; Michele Escoura Bueno; Paulo Tadeu da Silva; Roberto Catelli Junior e Robson Edgar Rocha – Editora AJS;
- ✓ **Multiversos Ciências Humanas** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Júnior. – Editora FTD;
- ✓ **Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Arno Aloisio Goettems; Antônio Luís Joia; Candido Grangeiro e Cosme Freire Marins – Palavras Projetos Editoriais;
- ✓ **Prisma Ciências Humanas** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Ângela Rama, Gislane Azevedo, Isabela Gorgatti, Leandro Calbente e Reinaldo Seriacopi – Editora FTD;
- ✓ **Ser Protagonista** (seis volumes) – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Autores: Bianca Zucchi; Flavio Manzatto de Souza; Janaína Tiosse de Oliveira Correa Cilli e Valéria Vaz – Edições SM;

Mesmo que se defina o foco de análise específico para os conteúdos de Filosofia, analisar um *corpus* composto por oitenta e quatro títulos seria inviável para uma dissertação de Mestrado Profissional. Por isso, a opção recaiu por pesquisar, nas

bases do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), qual teria sido a coleção mais vendida, alcançando maior distribuição nas escolas, dado o número de tiragens e o valor negociado por título impresso (FNDE, 2023). O resultado deste levantamento – demonstrado no anexo um desta dissertação – apontou para a coleção **Multiversos Ciências Humanas**, da **Editora FTD**, com seus seis volumes; a coleção **Moderna Plus**, da **Editora Moderna**, foi a segunda colocada, com quatro de seus seis volumes alcançando o mesmo critério de análise da primeira colocada. Ambas fazem parte das coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Objeto 2 do PNLD 2021 de Ensino Médio conforme determinou o Edital do PNLD 2021 e, serão analisadas no segundo capítulo desta dissertação.

Definido o *corpus* de análise, qual seja, as duas coleções supracitadas, um outro desafio se impunha: o que pesquisar, o que analisar em tais coleções? Seria razoável pesquisar nestes títulos os conteúdos destinados ao ensino de Filosofia no Novo Ensino Médio?

O trabalho de Monteiro (2021)[2] cooperou como inspiração no elaborar de uma conjuntura de variáveis que fizessem sentido para esta pesquisa. O pesquisador analisou diversos livros destinados ao ensino de Filosofia, constituindo, assim, uma dissertação sobre o filosofar e o uso do livro didático de Filosofia. Para Monteiro, não se deve fazer uma escolha arbitrária quanto ao que analisar em tais livros: é recomendável elaborar algum critério ou categoria de escolha.

> Explicando de um outro modo, é preciso utilizar um critério para selecionar as obras, ou selecionar as unidades temáticas que as compõem, pois do contrário, uma escolha arbitrária poderia enfraquecer a construção de uma metodologia de pesquisa. (MONTEIRO, 2021, p. 52)

Os livros que serão objeto de análise são complexos: constituem um conglomerado de obras que se destina ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio. Onde está a Filosofia nestes livros? De que forma os conteúdos filosóficos, quando incluídos em tais livros, cooperam para seu efetivo

[2] Mestre em Filosofia (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi orientado por Maria Cristina Theobaldo.

ensino? Elaborar **categorias de análise** foi o caminho escolhido para responder a tais questões.

A Tese de Doutorado de Raquel Sturza (2017) cooperou na elaboração das categorias de análise da presente pesquisa[3], uma vez que trouxe reflexões sobre as relações de utilização dos livros didáticos em sala de aula, considerando os processos de escolha efetuados pelas equipes de gestão escolares.

> A utilização do Livro Didático de Filosofia pelos professores depende de muitos fatores, como o reconhecimento das funções pedagógicas que ele pode desempenhar (...). Neste sentido, o professor ao escolher o Livro Didático pode considerar, entre outros critérios, a proposta pedagógica, os modos de contextualização e apresentação dos conteúdos, nível de complexidade e relações estabelecidas com o cotidiano dos estudantes. (...) a utilização do Livro Didático deve passar por uma crítica que envolva escola e alunos, para que possam ser adotados livros que contemplem questões de gênero, etnia, classe social, multiculturalismo, culturas locais, dentre outras, empenhadas em desmistificar supostas verdades absolutas, que coincidentemente procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas. (VASCONCELLOS, 2002, p. 144 *apud* STURZA, 2017, p. 224)

Considerando os estudos de Vasconcellos e Sturza, parecia salutar que as categorias de análise que seriam elaboradas deveriam relacionar-se não somente com o uso do livro didático pelos professores e pelos alunos, mas também com aquilo que Vasconcellos define como o percurso de significação dos conteúdos, ou seja, aquilo que faz sentido no cotidiano, na vida dos educandos.

> O professor que se limita à utilização do livro texto no seu conjunto (sequência, conteúdo, exercícios) deveria ser substituído por uma máquina de ensinar, que seria mais eficiente. Ao contrário, deverá procurar fazer o percurso de significação do conteúdo a ser trabalhado, e não simplesmente reproduzir o que está no livro didático; procurará recuperar as relações, o histórico, o vínculo com a realidade, portanto as relações de constituição do objeto e deste com a realidade do educando. (VASCONCELLOS, 2002, p. 144)

A fim de dar cabo da análise dos livros selecionados para a pesquisa foram elaboradas quatro categorias: *presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-*

[3] Doutora em Educação (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo sido orientada por Elisete Medianeira Tomazetti.

*eurocentradas* e *Filosofias brasileiras*. Tais categorias guardam relação com o percurso de significação dos conteúdos citado por Vasconcellos, qual seja: as vinculações da realidade que se apresenta nos materiais se relacionadas àquilo que possa fazer sentido para a realidade dos alunos. Para cooperar na delimitação das categorias de análise foi elaborada a tabela 1, que passa a ser apresentada a seguir:

Tabela 1: Categorias de análise

| Categoria | Descrição |
|---|---|
| 1. Presença precária | Partindo da localização dos conteúdos de Filosofia nas partes textuais, na elaboração das atividades e nas recomendações de trabalho com a Filosofia no Manual do Professor, pretende-se avaliar qual é o lugar da Filosofia nos livros analisados e se tais livros cooperam para sua difusão, uma vez que levantamentos já realizados sobre esta temática apontam para a **vulnerabilidade da Filosofia** diante da obrigatoriedade da BNCC, que afeta diretamente a produção didática brasileira e, consequentemente, o PNLD. |
| 2. Mulheres filósofas | Categoria que se relaciona à percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural, o que inclui o levantamento e a verificação das contribuições formuladas pelas mulheres relacionadas ao saber filosófico e que tenham sido incluídas nas obras analisadas. Entende-se que as **relações de gênero** perpassam a vida e o cotidiano de toda a sociedade e, de igual forma, o cotidiano dos alunos. Por isso, as alusões às contribuições femininas podem cooperar no estabelecimento da **equidade** de tais relações. |
| 3. Filosofias não-eurocentradas | Localizar, nos livros analisados, as filosofias que partem de **outras matrizes que não a europeia** é certamente um contributo à percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural, atitude que certamente pode cooperar para desarticular o eurocentrismo no ensino de Filosofia. |
| 4. Filosofias brasileiras | A localização de Filosofias brasileiras nos livros analisados, valorizando formulações elaboradas por pessoas que pensam **a partir de um modo de ser brasileiro** conforme definido por Sturza (2023) coopera, certamente, no evocar da pluralidade de vozes e de pensamentos que não somente os europeus. |

Fonte: elaboração do autor.

A tipologia da pesquisa será **qualitativa**, isso porque pretende trabalhar com variáveis de cunho social sem necessariamente utilizar-se de dados estatísticos, haja

visto que seu objetivo principal é uma construção de realidade baseada na dialética autor-leitor. Para Flick (2004, p. 19), mesmo que se apliquem todos os controles metodológicos nas práticas de pesquisa qualitativa, suas descobertas acabam sendo influenciadas pelos interesses e pelas formações socioculturais dos envolvidos, influenciando também a formulação de questões, as hipóteses de pesquisa, as relações e as interpretações de dados. Tal processo ativo existente nas relações de pesquisa qualitativa é assim definido pelo autor:

> A leitura e a compreensão de textos tornam-se um processo ativo de produção da realidade, o qual envolve não apenas o autor dos textos – no nosso caso de Ciências Sociais, mas também a pessoa a quem eles são escritos e que os lê. Transferindo-se para uma pesquisa qualitativa, isso significa que, na produção de textos (sobre um determinado assunto, interação ou evento), a pessoa que lê e interpreta o texto escrito está tão envolvida na construção da realidade quanto a pessoa que redige o texto. (FLICK, 2004, p. 49)

O **marco teórico** contém os elementos que fornecem o contexto da pesquisa, a base conceitual e as contribuições teóricas que possam estar relacionadas ao tema a ser investigado em todo o trabalho de pesquisa que conduzirá à produção da dissertação. Conforme definição do pesquisador Henrique Napoleão Alves, o marco teórico é o corpo articulado de conceitos que direciona e fundamenta a abordagem do pesquisador.

> O marco teórico se refere ao corpo articulado de conceitos de diferentes níveis de abstração (pressupostos gerais, conceitos específicos) que orientam a forma pela qual determinado tema será estudado. O tema será analisado e interpretado segundo esse marco, responsável por cumprir funções importantes: direcionar e fundamentar a abordagem do pesquisador; permitir que o produto da pesquisa seja mais do que uma mera opinião pessoal. O marco teórico se faz presente nas mais variadas ciências, incluindo as normativas. (ALVES, 2017)

O marco teórico desta pesquisa leva em conta pensadores que deram contribuições na área da educação –, tais como Silvio Gallo e Marilena Chauí – e terá apoio de bibliografia sobre a temática. Outras importantes referências são o trabalho do professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento – uma vez que tem publicado pesquisas recentes quanto à presença da Filosofia no Novo Ensino Médio – e a Tese de

Doutorado de Raquel Brum Sturza (2017), a qual cooperou, dentre muitos outros fatores, na elaboração das quatro categorias de análise desta pesquisa.

Para além da presente introdução, esta dissertação de Mestrado Profissional conta com três capítulos e está subdividida em duas áreas: análise do ambiente legal (no primeiro capítulo) e análise de obras (no segundo capítulo).

O **primeiro capítulo**, denominado *Impactos da Lei nº 13.415/2017 no ensino de Filosofia*, destina-se a analisar e refletir sobre o ambiente legal e estará subdividido nos subitens: *A BNCC e a ideologia da competência*, *Alienação e esvaziamento da Filosofia no PNLD 2021* e *Um olhar sobre o Edital do PNLD 2021.*

O **segundo capítulo** trata da análise das obras, intitulado *Livros didáticos destinados ao ensino de Filosofia*, cujo subitem *Análise e avaliação de livros didáticos no ensino de Filosofia* demonstra, em tabelas, as análises conforme as categorias formuladas para esta pesquisa: *presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas* e *Filosofias brasileiras*.

O **terceiro capítulo** aborda a *Produção de materiais didáticos no Ensino de Filosofia* – e destina-se à apresentação do produto educacional, o qual constitui o Apêndice desta dissertação.

As **considerações finais**, após o percurso transcorrido nos três primeiros capítulos, apresentam a conclusão desta pesquisa e as impressões de seu autor após tomar intenso contato com a bibliografia e com as orientações acadêmicas oferecidas durante todo o percurso, toda a caminhada que envolve profunda reflexão, cuidadosa elaboração e dedicada execução.

# 1- Impactos da Lei nº 13.415/2017 no ensino de Filosofia

Este capítulo tem por missão abordar os impactos da aprovação da Lei nº 13.415/2017, que alterou o inciso IV do artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, inciso que tratava do currículo do Ensino Médio. Alterado, trouxe a obrigatoriedade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – organizada por competências e habilidades – e dos itinerários formativos.

Para melhor compreender os impactos da Lei nº 13.415/2017 sobre a prática docente em Filosofia devemos fazer uma viagem no tempo e retornar ao ano de 2015, exercício no qual, de acordo com o professor Edgar Lyra, o Ministério da Educação (MEC) já trabalhava na elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular.

> Desde 2015 o MEC trabalhava na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, exigência reafirmada pelo Plano Nacional de Educação. Participei desse esforço como assessor da área de Ciências Humanas até a conclusão da segunda versão do documento, quando houve a mudança na Presidência da República e na gestão do MEC. O texto base para o ensino de Filosofia vinha, na medida do possível, sendo discutido com as várias partes interessadas. Cheguei a publicar algumas considerações sobre essa construção e sua posterior descontinuidade. (LYRA, 2019, p. 340)

Conforme destacou o professor Christian Lindberg, existem diferenças entre a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular – acima referida pelo professor Lyra – e aquela que foi efetivamente aprovada no ano de 2018. Na primeira versão era recomendado que a Filosofia não devesse perder sua especificidade, sendo um saber importante na vida dos estudantes que demandava seu ensino nas três séries do Ensino Médio.

> No caso específico do Ensino de Filosofia, a primeira versão da BNCC reconheceu que ela é um componente curricular e que está presente nos saberes escolares desde cedo, ainda que apareça com o formato de disciplina apenas no Ensino Médio. Identificou que há procedimentos metodológicos próprios e que se articula mediante questões de interesse dos estudantes, textos filosóficos ou temas filosóficos. Sua perspectiva interdisciplinar também é destacada no documento, seja em diálogo com os demais componentes curriculares da área, seja com o de outras áreas, desde que não perca sua especificidade. (NASCIMENTO, 2023, p. 37)

Logo no início do governo Michel Temer, que exerceu o Poder Executivo de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018, houve o advento da Medida Provisória nº 746, de setembro de 2016, a qual tramitou com rapidez até tornar-se Lei – em fevereiro de 2017 – de nº 13.415/2017. Ela foi amplamente divulgada como uma "Reforma do Ensino Médio" e que traria, entre suas muitas novidades, a revogação da obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio (LYRA, 2019, p. 340), bem como o disposto em seu artigo nº 36, que trata da obrigatoriedade da BNCC e dos itinerários formativos. A partir da aprovação desta legislação a produção didática seria profundamente afetada: os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) deveriam seguir as determinações do Novo Ensino Médio (NEM). A Lei nº 13.415/2017 tem a seguinte ementa:

> altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral. (BRASIL, 2017)

A BNCC obteve aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018 – pouco tempo antes do novo presidente assumir o governo – portanto, sem preocupação com o momento de transição. Tal legislação proporcionou mudanças profundas, as quais impactaram os materiais didáticos destinados às disciplinas, que passaram a ser concebidas como componentes de grandes áreas. No caso da Filosofia, esta passou a compor, juntamente com História, Sociologia e Geografia, a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

Houve queda da obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio e a composição da estrutura curricular foi alterada: amparada por um discurso interdisciplinar, deixou de contemplar as disciplinas, à exceção de Português e Matemática, obrigatórias nos três anos de ensino, assim como apontaram Nascimento e Lima:

> Antes, porém, não custa lembrar que as mudanças ocorridas na legislação retiraram o caráter disciplinar da Filosofia, convertendo-a em teoria e prática. O NEM prevê que os conteúdos das antigas disciplinas sejam mobilizados para desenvolver as habilidades e competências (gerais e específicas) contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com exceção de Português e Matemática, que mantiveram o status de disciplina obrigatória, o arranjo curricular organiza-se em torno de quatro áreas do conhecimento, que compõe a Formação Geral Básica (FGB), e se somam aos cinco itinerários formativos para totalizar a carga horária do Ensino Médio em tempo integral. (NASCIMENTO; LIMA, 2022)

Para Gallo (2011), a presença da Filosofia do Ensino Médio se justifica por conceder acesso aos estudantes a uma importante construção humana: o conceito, o qual somente – e apenas – a Filosofia pode oferecer. Importante levar em consideração que o pedagogista escreveu tais ideias no ano de 2011 – época em que já havia a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Desde o ano de 2008 elas haviam se tornado obrigatórias, sendo novamente excluídas com o advento da Medida Provisória nº 746, que foi convertida na Lei nº 13.415/2017.

> Os estudantes têm acesso às funções científicas, aos perceptos e afetos artísticos, mas e aos conceitos filosóficos? Sem eles, não teremos um conhecimento abrangente, uma formação abrangente. (...) não penso que a Filosofia se justifique nos currículos da educação média por promover uma forma de *visão crítica do mundo* (outras disciplinas também podem e devem fazer isso), nem por possibilitar uma *visão interdisciplinar* (outras disciplinas também podem e devem fazer isso), muito menos por trabalhar com *conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania* (no limite, a ação cidadã não reside na Filosofia, mas talvez mesmo longe dela). (GALLO, 2011)

Diante te tal realidade, caberia então questionar: quais meios e métodos têm sido utilizados para viabilizar tal ensino filosófico diante das mudanças estabelecidas na legislação brasileira aplicada ao ensino e à educação? Casos omissos ou "brechas" permitiriam possibilidades de atuação e/ou de resistência? Já que o ensino de Filosofia não é proibitivo, seria viável a proposta de articulá-lo com a BNCC e com qualquer itinerário formativo?

Segundo Lyra, toda a tramitação que levou à alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, resultando na aprovação da Lei nº 13.415/2017, foi apressada, feita em plena vigência de um novo governo, o que resultou na alteração do

inciso IV do artigo 36 da LDB que trata do currículo do Ensino Médio. Até então, desde a edição da Lei nº 11.684/2008, disciplinas como Filosofia e Sociologia eram parte obrigatória do currículo do Ensino Médio. Com sua alteração, elas foram agrupadas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E, com a inserção do artigo 35-A, normatizando que a Base Nacional Comum Curricular deveria incluir, obrigatoriamente, "*estudos e práticas"* de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, tal grupo de saberes – outrora cada qual com caráter de disciplina específica e individual, contando com carga horária e materiais didáticos específicos no Ensino Médio – pareceu relegado a um componente curricular de segundo nível – ou mesmo destinado ao entendimento de redes de ensino quanto à sua aplicação e disposição, uma vez que não são mais disciplinas obrigatórias. Tal desobrigação abre vasto espaço, oferece legitimidade para que haja real apagamento, alienação e possível extinção em definitivo destes saberes nos currículos brasileiros – atuais e futuros.

> A LDB foi objetivamente alterada para dispor que "a Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente *estudos e práticas* de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia" (grifo meu). Longamente adiada por força das mudanças descritas, a BNCC do Ensino Médio só foi aprovada pelo CNE em dezembro de 2018, véspera de nova mudança de governo, enfim, dados os dissensos internos que precederam essa aprovação, provavelmente em função dos riscos de deixá-la ao sabor dos ventos por vir. Como seja, o documento define "habilidades e competências" específicas somente para as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, deixando as Ciências da Natureza e as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sem esse detalhamento e, claro, dando motivo a muitas especulações. (LYRA, 2019, p. 340)

Cardoso *et al.* (2021, p. 13) argumenta que, com as recentes alterações da LDB, a Filosofia e a Sociologia permanecem obrigatórias – uma vez que constam como "*estudos e práticas*" no Ensino Médio, mas não taxativamente como outrora: elas podem ser desenvolvidas de forma transversal, pois o tema da obrigatoriedade, estudos e práticas não é equivalente a componentes curriculares. Por outro lado, sem a obrigatoriedade nacional, a decisão de incluir ou não ficou sob a responsabilidade das redes de ensino e das escolas. O autor reconhece a existência de um caráter tecnicista na reforma educacional, avaliando que as Ciências Humanas devam conviver pacificamente com o saber tecnológico:

> notou-se tendência cada vez mais priorizada para o ensino técnico, sob várias justificativas, em detrimento do conhecimento das Ciências Humanas, como a Filosofia e a Sociologia (Ciências Sociais), o que ficou sinalizado com a forma que a aprovação da nova BNCC pelo CNE ocorreu, em dezembro de 2018. (CARDOSO *et al.*, 2021, p. 14)

Vale assinalar que o termo "estudos e práticas" é vago, não constituindo consenso entre as mais diversas pesquisas relacionadas com a temática da BNCC. Com a adoção deste dispositivo, enquanto as disciplinas perdiam seu caráter específico, a própria função docente – antes destinando o ensino a especialistas – agora torna-se esvaziada. Conforme dissertou Monteiro, não há especificidade quando se fala em "estudos e práticas": instaura-se um horizonte de incertezas.

> Com a BNCC, a Filosofia deixa de ser uma disciplina e passa a ser entendida como "estudos e práticas". O que "estudos e práticas" quer dizer é incerto. É sabido que há toda uma cadeia de formação para que alguém se torne professor de Filosofia na educação básica, e fazer com que ela deixe de ser uma disciplina pode impactar toda essa cadeia formativa. Outro problema é que o termo "prática" é vago. Afinal, o que seria uma "prática" de Filosofia na escola? (MONTEIRO, 2021, p. 28).

Nesta mesma linha argumentativa, Silvio Carneiro, professor de Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC) declara, sob a Filosofia enquanto estudos e práticas:

> Na arquitetura reformada do Ensino Médio, o significado da obrigatoriedade dos estudos e práticas da Filosofia (bem como dos demais conteúdos curriculares presentes nesta artimanha legal) é seu esvaziamento na formação estudantil. O decreto simplesmente retira do horizonte os anos de debate que consideram a Filosofia disciplina fundamental para a formação cidadã, algo presente nas manifestações de algumas emendas parlamentares, muitas delas sustentadas pelo Parecer CNE/CEB nº 38/2006 que recomenda a obrigatoriedade da disciplina na matriz escolar, uma vez que se trata do valor para um processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas.
>
> Além disso, se o objetivo do MEC fosse realmente estabelecer o protagonismo juvenil, bastaria fornecer as ferramentas para isso. A Filosofia não é exclusiva, mas é uma delas. O desprezo da matéria enquanto estudos e práticas corresponde ao modo como muitos pretendem resolver a crise da educação: um pretenso protagonismo pelo consumo de um cardápio curricular. (CARNEIRO, 2017)

Segundo Pinto e Pereira (2019, p. 120) no contexto de aprovação da BNCC não havia parâmetros claros acerca das contribuições esperadas dos docentes em Filosofia no trabalho de construção dos currículos escolares. Para eles, os trabalhos anteriormente desenvolvidos no sentido de elaborar versões da BNCC em diálogo aberto com a sociedade parecem ter sido completamente desprezados através da suspensão das comissões que se compunham de especialistas das respectivas áreas de docência e de conhecimento.

> Antes dessa reviravolta com respeito à base nacional, a reformulação da LDB (inicialmente via MP 746/16, posteriormente ratificada com a Lei n° 13.415/17), pela qual se retira a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia, entre outras disciplinas, do currículo do Ensino Médio, já sinalizava novos desafios, como a atualização da luta pela universalização do acesso aos saberes e práticas filosóficos, sua difusão e popularização seja por meio da escola, em aula ou em outros ambientes escolares, seja fora dos muros. (PINTO; PEREIRA, 2019, p. 120)

Na constatação dos impactos negativos, é sensato concordar com Lyra (2019, p. 341) no seguinte aspecto: tal cenário gera incertezas para gestores de rede e de escolas, para a formação de docentes e para aqueles que já se encontram em pleno exercício de atividade, vendo a Filosofia – saber em prol do qual investiram dedicação acadêmica, preparando-se para seu ensino e difusão – sendo cada vez mais alijada dos currículos, bem como o prejuízo e a redução de carga horária nas redes de ensino para aqueles que a tem ministrado.

Diante do déficit de professores com habilitação específica – fator que atinge a todos os componentes curriculares – nova problemática se interpõe: a destituição de cargo dos professores especialistas no campo de Ensino de Filosofia, possibilitando que professores sem a devida formação a ministrem. Segundo Nascimento, os dados do Censo Educacional divulgados pelo INEP referentes ao percentual de professores com formação específica lecionando Filosofia no Ensino Médio (2019-2023) apontaram para uma redução que pode ter relação direta com as mudanças ocorridas no currículo do Ensino Médio, particularmente devido à redução da carga horária destinada ao Ensino de Filosofia (NASCIMENTO, 2024).

Dentre os muitos impasses sofridos pela sociedade brasileira desde a aprovação da BNCC, em 2018, à mudança de governo no ano seguinte e às dificuldades de assimilação, execução e de implementação das mudanças pelas redes de ensino em todo o país, devemos ter em mente que a pandemia de Covid-19 trouxe sérias dificuldades ao ensino brasileiro. Por intermédio de improvisação com aulas remotas, dentre outras medidas, visou-se contornar a situação e manter o necessário isolamento social. Porém não houve – após as medidas de flexibilização e posterior normalização do ensino presencial em todo o país – treinamento efetivo dos docentes para a execução do Novo Ensino Médio. Isso sem falar na formação específica, uma vez que a maioria dos docentes atuais não obtiveram formação em licenciaturas conforme os parâmetros exigidos pela Lei nº 13.415/2017.

Neste ínterim, vale destacar a importância de movimentos políticos já existentes, tais como o que resultou na elaboração do Projeto de Lei (PL) nº 5.230/2023[4] – fruto de ampla consulta pública realizada no ano de 2023 e do consenso possível na sociedade sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Fórum Nacional de Educação (FNE). Conforme noticiado pela Agência Câmara de Notícias, sítio da internet vinculado à Câmara dos Deputados, entre as propostas do PL nº 5.230/2023, podemos destacar a retomada de todas as disciplinas obrigatórias, incluindo a língua espanhola, valorizando os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares e fortalecendo as aprendizagens.

O PL nº 5.230/2023 vai na contramão de outras determinações da Lei nº 13.415/2017, como por exemplo a redução da carga horária da Formação Geral Básica, com teto atual de 1.800 horas. Como contraproposta, o projeto recompõe as 2.400 horas anuais para as disciplinas obrigatórias e sem integração com cursos técnicos – para os quais serão ofertadas 2.100 horas de disciplinas básicas e, pelo menos, 800 horas de aulas técnicas (BRASIL, 2023).

A atitude militante e resistente em prol de uma educação que não esteja segundo os ditames da lógica mercantil é vital. Isso porque, segundo o educador Paulo Freire, a resistência é um dos pontos centrais quando se tem como foco o engajamento num

[4] O PL nº 5.230/2023 foi transformado na Lei Ordinária de nº 14.945/2024 em 31 de julho 2024.

processo radical de transformação do mundo. Para ele, não é na resignação, mas sim na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos, sendo a rebeldia um ponto de partida indispensável para uma revolução anunciadora.

> A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho. (FREIRE, 2021, p. 76-77)

Portanto, movimentos encabeçados pela comunidade docente e acadêmica, tais como os que geraram o já citado PL nº 5.230/2023, são de suma relevância num cenário de transformação do mundo, como exemplificou Freire, ou seja, tais movimentos se constituem na esfera de uma rebelião crítica, capaz de deflagrar uma revolução anunciadora.

Em evento do Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS) ocorrido em 19 de dezembro de 2023 o palestrante Christian Lindberg Lopes do Nascimento, que é professor de Filosofia da UFS (Universidade Federal de Sergipe), defendeu: o Novo Ensino Médio e sua implementação tem reforçado as desigualdades brasileiras: cada Estado o tem implementado de uma maneira; cada escola e cada rede de ensino tem liberdade para elaborar seus currículos; os itinerários formativos têm se mostrado escassos, uma vez que não se encontram disponíveis para a escolha de todos os jovens na totalidade dos municípios que compõe as unidades de federação pertencentes ao território denominado Brasil (OBSEFIS, 2023).

O processo de implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro confirma as proposições do professor Nascimento, onde verificam-se diversas dificuldades na rede estadual de ensino que configuram impossibilidades a uma reforma nos moldes do que propôs a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Diante disso, um recente movimento de resistência foi encabeçado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ). Em reunião com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro realizada no dia 27 de fevereiro de 2024 foram feitas solicitações no que toca à atual implementação do arranjo curricular na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. O Sindicato

manifestou-se frontalmente contrário à Reforma do Novo Ensino Médio, argumentando que a proposta de implementação no Novo Ensino Médio proposta pela SEEDUC-RJ é inviável. Dentre os mais diversos pontos colocados, vale observar o terceiro deles:

> Impossibilidade de aplicar uma grade curricular obrigando os professores a lecionarem "componentes curriculares" de cujas formulações não participaram com seus saberes escolares e especialização, para os quais não foram formados e que não são suas disciplinas de ingresso no concurso público que realizaram. (SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024)

Os pontos de divergência entre o Sindicato e a SEEDUC tocam nas mais diversas impossibilidades, dentre elas a de implementação efetiva dos itinerários formativos diante da situação de infraestrutura educacional das escolas, que acaba por comprometer o ambiente de aprendizado, desmotivando os estudantes e, levando muitos deles a abandonarem os estudos precocemente. Outro ponto de embate foi a falta de um ambiente democrático na elaboração das reformas; segundo o Sindicato, as entidades representativas foram silenciadas e excluídas do processo, apesar de terem um acúmulo de discussão com seus segmentos.

> Além disso, a democracia é comprometida pela falta de oportunidades para a participação efetiva dos principais interessados – professores, estudantes, pais e comunidade em geral – na definição das políticas educacionais. A Secretaria parece assumir uma atitude centralizadora, ignorando as opiniões daqueles que serão mais afetados pelas políticas implementadas.
>
> (...) Portanto, é essencial que a SEEDUC-RJ reavalie suas práticas e adote uma abordagem mais transparente e democrática na discussão e construção da matriz e grade curricular. Incluindo e envolvendo todos os membros da comunidade educacional, podemos assegurar políticas que satisfaçam as necessidades e aspirações dos estudantes e da sociedade como um todo. (SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024)

Uma outra questão levantada pelo Sindicato como impossibilidade à implementação das reformas da SEEDUC-RJ se refere aos livros didáticos. O Sindicato denunciou a falta de transparência e de consulta às comunidades escolares no processo de escolha dos mesmos.

> A seleção de livros didáticos sem consultar as comunidades escolares demonstra a falta de democracia e transparência nas políticas educacionais. Ao tomar decisões de forma unilateral, sem considerar as particularidades das redes de ensino, as autoridades educacionais negligenciam o conhecimento e as experiências locais que poderiam enriquecer o processo de aprendizado. Além disso, a falta de transparência acerca de quem selecionou os livros didáticos, bem como sua qualificação e experiência para tal atividade, levanta questões a respeito da qualidade e da pertinência desses recursos educacionais. Sem informações claras sobre os critérios de seleção e as credenciais dos responsáveis pela elaboração dos livros didáticos, fica difícil garantir que esses materiais atendam às necessidades pedagógicas e culturais dos estudantes e professores. (SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024)

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro também apresentou, nesta mesma ocasião, as seguintes propostas quanto à matriz e ao arranjo curricular do Ensino Médio:

> l) Garantir a obrigatoriedade da oferta das treze disciplinas (Arte, Biologia; Educação Física; Filosofia; Física; Geografia; História; Língua Espanhola, Língua Inglesa; Língua Portuguesa; Matemática; Química; e Sociologia) em todos os anos do Ensino Médio; 2) Garantir que nenhuma disciplina tenha menos de dois tempos semanais em todos os anos do Ensino Médio; 3) Garantir a exigência de formação docente específica e qualificada em nível de licenciatura, para lecionar as treze disciplinas; 4) Garantir que todas as disciplinas/componentes curriculares tenham orientações teórico-metodológicas e pedagógicas consolidadas em campo científico específico, aspecto não presente em disciplinas como Projeto de Vida, por exemplo; 5) Se houverem eletivas, que sejam colocadas em contraturno; 6) Denúncia da péssima qualidade do livro didático; 7) Que o Ensino Religioso seja ofertado no contraturno. (SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024)

As discussões mais recentes sobre educação em âmbito nacional levaram à sanção, em 31 de julho de 2024, da Lei Ordinária nº 14.945/2024 (anteriormente PL nº 5.230/2023). Desde 2017 estudantes, docentes, pesquisadores e diversas entidades representativas da sociedade civil reivindicavam a revogação do novo Ensino Médio (NEM). Contudo, conforme assinalaram Nascimento e Pereira (2024), tal revogação não veio de forma completa:

> A revogação não veio por completo. Em seu lugar, ocorreram algumas mudanças na última etapa da educação básica. A principal delas diz respeito à carga horária. Na Lei nº 13.415/2017, um dos itens do NEM, o arranjo curricular era organizado da seguinte forma: 1.800 horas destinadas à Formação Geral Básica (FGB) e 1.200h aos itinerários formativos, totalizando 3.000h de aulas, no mínimo, ao longo do Ensino Médio. A atual determina que a carga horária da FGB seja de 2.400h e as 600h restantes fiquem designadas aos itinerários formativos. Porém, se o/a estudante optar pelo itinerário formação técnica-profissional, a carga horária da FGB reduz para 2.100h, podendo chegar a 1.800h, a depender do curso técnico que optar. (NASCIMENTO; PEREIRA, 2024)

A Lei nº 14.945/2024 não reintroduz a Filosofia como componente obrigatório no Ensino Médio: ela permanece integrada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, a BNCC permanece obrigatória, devendo ser integralmente cumprida ao longo do "Novíssimo" Ensino Médio. Como afirmaram Nascimento e Pereira, "a lei mudou para não mudar nada", ou seja, é uma "reforma da reforma", tal como Pereira assinalou num momento posterior: numa perspectiva "otimista", haverá a explicitação da obrigatoriedade do componente de Filosofia distribuído ao longo dos três anos do Ensino Médio na Formação Geral Básica. Num cenário mais limitado, a disputa pelo ensino de Filosofia ficaria limitada a cada referencial estadual, dependendo das mobilizações e alianças locais (PEREIRA, 2024, p. 237).

No início do ano de 2025 a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) emitiu uma Nota sobre o Currículo de Filosofia elaborado pela SEEDUC-RJ para as escolas do Estado do Rio de Janeiro. No referido documento, a SEAF menciona a notícia recebida pelos professores de Filosofia de que as matrizes curriculares do Ensino Médio da SEEDUC-RJ mudariam, e que o "componente curricular" da formação geral básica Filosofia teria a carga horária ampliada.

> Uma mudança significativamente positiva, pois com a reforma do Ensino Médio a Filosofia tinha ficado restrita a dois tempos de aula apenas na primeira série. No ano de 2025 a Filosofia continuou com dois tempos de aula na primeira e passou a ter mais dois tempos de aula na terceira série, fato que não contemplou a demanda histórica do movimento de defesa do Ensino de Filosofia nas escolas que defende a pauta de no mínimo 2 tempos de aula para todas as disciplinas em todas as séries do Ensino Médio, mas que que ainda assim foi muito positivo (SEAF, 2025).

Entretanto, destaca a nota da SEAF, os currículos que foram publicados para o ensino de Filosofia em 2025 reaproveitaram orientações do Currículo Referencial da SEEDUC-RJ do ano de 2023, mantendo todos os problemas que existiam neste material, só que agora em uma divisão trimestral. Não há tratamento satisfatório às especificidades da disciplina de Filosofia e, quanto ao planejamento dos professores, não foram dadas orientações suficientes.

> O material continua a soar como um aglomerado de tópicos mal elaborados de Ciências Humanas precariamente conectados, e contraria o que foi construído como cultura curricular dentro da área. Visivelmente é um material que foi feito às pressas, reaproveitando um documento anterior que carecia de qualidade e seriedade em sua preparação (SEAF, 2025).

O que se espera do movimento encabeçado pela SEAF é que a SEEDUC-RJ tenha o bom senso de garantir aos professores de Filosofia que gozem de liberdade na elaboração dos currículos, adaptando-os à cultura curricular desenvolvida ao longo de décadas de ensino da disciplina no Estado do Rio de Janeiro. Espera-se também que a SEEDUC-RJ, em conjunto com os docentes da rede estadual, possa elaborar novos documentos relacionados ao ensino de Filosofia; elaboração esta que escute, também, os diversos acadêmicos e entidades representativas de professores envolvidos com a Filosofia e seu ensino (SEAF, 2025).

Não se configura como objetivo desta dissertação analisar os impactos e as problemáticas de implementação do Novo Ensino Médio em todo o território brasileiro. Contudo, o exemplo do Rio de Janeiro, com sua problematização e recentes movimentos de resistência encabeçados pelo SEPE-RJ e pela SEAF, pode constituir-se num marco espacial de pesquisa que instigue a pensar sobre a realidade de outras unidades de federação brasileiras, nas quais uma investigação acurada certamente poderia trazer à luz outras dificuldades e impossibilidades à implementação do Novo Ensino Médio em nível nacional.

## 1.1 – A BNCC e a ideologia da competência

Desde a formulação da Constituição Federal brasileira de 1988 foi estabelecido que a educação básica seria gratuita, garantida a crianças a partir dos quatro anos de idade, estendendo-se até os adolescentes na idade de dezessete anos – incluindo acesso àqueles que não tiveram a oportunidade de a receberem em idade própria. Vale ressaltar que a etapa posterior (antigo Segundo Grau e atual Ensino Médio), até então, em conformidade com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, não era obrigatória.

De acordo com o artigo 205 da supracitada legislação a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em 1996, com a Lei nº 9.394, foram estabelecidas as diretrizes e bases da educação pública nacional. Conforme demonstrou Jonathan Dalla Vechia Bugs[5] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996:

> ao estabelecer os níveis e modalidades de ensino, apresenta a educação básica constituída por três etapas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Da necessidade de complementar as diretrizes estabelecidas pela Lei 9.394/1996, seguiu-se uma série de normativas e orientações direcionadas ao currículo da educação básica no âmbito nacional, entre elas destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no final dos anos 1990. (BUGS, 2021, p. 48)

E, no ano 2000, houve a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, objetivando reformas e melhorias dos índices de escolarização e nível de conhecimento dos estudantes no Brasil. Seguindo tais parâmetros, foi entendido que haveria novas abordagens e novas metodologias no ensino, o qual já previa o estabelecimento de competências básicas para que os jovens fossem inseridos na vida adulta. Observemos:

[5] Mestre em Educação (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo sido orientado por Elisete Medianeira Tomazetti.

> Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o País, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. (BRASIL, 2000)

Mesmo com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares do ano 2000, na prática o que se observava era o ensino seriado e a progressão dependia do quanto os alunos assimilavam os conteúdos das disciplinas. Isso gerava questionamento em alguns setores da sociedade, principalmente os que defendiam um modelo reformulado para o Ensino Médio.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram introduzidas novas diretrizes e orientações para a educação básica brasileira. Podemos citar, por exemplo, as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) do ano de 2006 e as novas Diretrizes Comuns Curriculares, estabelecidas entre 2009 e 2012[6]. Conforme assinalaram Dias e Lopes, as alterações na legislação educacional brasileira – bem como noutros países considerados periféricos – têm sido influenciadas, no contexto da globalização, pelos movimentos dos países tidos como centrais:

> As políticas educacionais em países periféricos sempre foram fortemente influenciadas por movimentos e reformas de países centrais. Podemos afirmar, contudo, que esse fenômeno vem se acentuando significativamente na última década como parte dos processos de globalização da economia e de mundialização da cultura. Tais processos produzem discursos que condicionam as políticas educacionais em nível local, fortemente influenciadas pelos interesses econômicos. O currículo por competências, a avaliação do desempenho, a promoção dos professores por mérito, os conceitos de produtividade, eficiência e eficácia, entre outros, disseminam-se nas reformas educacionais em curso no mundo globalizado. (DIAS; LOPES, 2003, p. 1157-1158)

[6] Na página das *Diretrizes para a Educação Básica*, do Ministério da Educação – disponível em: http://portal.mec.gov.br/busca-geral/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica – e acessada em 04 de fevereiro de 2025, estão relacionadas todas as Diretrizes Curriculares para a educação básica desde a LDB de 1996.

No artigo elaborado por Zajac e Cássio (2023) e na dissertação de mestrado defendida por Bugs (2021) estão descritos diversos pormenores quanto às modificações a que o setor educacional fora submetido nas últimas décadas. Até que se chegasse ao momento atual – com a instituição da BNCC – várias etapas foram percorridas.

> A consolidação de uma cultura de mensuração educacional no país, ajudada por pressões de alguns setores da sociedade, fermentou ao longo dos anos a urgência pela criação de uma Base Nacional Curricular com força de lei que avançasse em relação aos PCN, o que ocorreu com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 (Lei nº 13.005/2014). Influentes no Ministério da Educação desde antes dos governos de Dilma Rousseff, fundações empresariais e coalizões de *advocacy* educacional participaram ativamente da elaboração da BNCC e da própria inclusão da proposta de uma base nacional comum entre as metas do PNE. (ZAJAC; CÁSSIO, 2023, p. 2)

> Na esteira dessa sucessão de diretrizes e orientações curriculares, recentemente foi instituída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica. A construção da BNCC foi conduzida pelo Ministério da Educação e conta com três versões oficiais: consulta pública (2015); versão revista (2016); e versão final (2017/2018). A versão final do documento com as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi instituída em 2017 pela Resolução CNE/CP nº 2/2017. A versão final do documento com a etapa do Ensino Médio foi instituída no ano subsequente pela Resolução CNE/CP nº 4/2018. (BUGS, 2021, p. 48)

Aqueles que defenderam a aprovação da BNCC – o *Movimento Pela Base* e o *Todos Pela Educação*, dentre outros – argumentaram que, com as mudanças implementadas no Novo Ensino Médio, os alunos teriam o foco de aprendizado não mais no conteúdo informativo ou de assimilação de conteúdos das antigas disciplinas, mas passariam a gozar do foco no desenvolvimento de competências e habilidades, cujo ensino se daria por áreas de áreas do conhecimento: *Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias* e *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. Defenderam que o aluno teria acesso ao ensino interdisciplinar, conectando os saberes das diferentes áreas do conhecimento em prol de uma suposta formação integral dos estudantes não somente para o mundo do trabalho e cidadania, mas também para a vida.

Grupos interessados na aprovação da BNCC, dos quais destacam-se a *Fundação Lemann* e o *Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária*

(CENPEC) apoiaram institucionalmente o *Movimento pela Base*, conforme descrito na pesquisa de Bugs:

> Simultâneo aos movimentos no campo político, no âmbito do MEC, a ideia de estabelecer uma base nacional para os currículos foi mobilizando outros agentes e agências ligados à educação no campo social e educacional. Um exemplo de tal mobilização é a criação, em 2013, do *Movimento pela Base*, grupo autodenominado [...] não governamental e apartidário de pessoas, organizações e entidades [...] dedicadas à construção da BNCC. O *Movimento pela Base* conta com o apoio institucional da Fundação Lemann e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), entre outras instituições. Por iniciativa da Fundação Lemann, o CENPEC deu início a uma pesquisa, entre 2013 e 2015, com o objetivo de identificar os argumentos e as posições dos agentes que atuavam no campo educacional, na época, a respeito dos pressupostos e características que um documento curricular nacional deveria conter, bem como os elementos necessários para que um documento dessa natureza tivesse êxito em sua implementação. (BUGS, 2021, p. 50-51)

Segundo Corrêa (2019, p. 74), grupos com interesses diversos disputam posições de destaque para influenciar a elaboração de políticas educacionais como a BNCC. Há tensões em todo o processo que compreende a elaboração e a aplicação de tais políticas.

> É um contexto em que há a participação de diferentes sujeitos, políticos e representantes do governo, que formam um discurso de base para a política e têm seus conceitos legitimados. É um espaço ativo de lutas, de articulações e de disputa pelo poder. Além dos sujeitos envolvidos, existem os documentos, frutos de outras políticas educacionais, que exercem grande influência na constituição de uma política curricular. São documentos e instrumentos elaborados por órgãos da administração nacional, com a finalidade de criar diretrizes para que Estados e municípios organizem a gestão de seus currículos, sem ferir a proposta de melhoria da qualidade do ensino do país. Independente de serem políticas consideradas controladoras, exercem forte influência na elaboração e implementação de um currículo, pois terminam por padronizar conteúdos e formas de ensinar. (CORRÊA, 2019, p. 74)

Para Najjar, Morgan e Mocarzel (2018), as políticas públicas em educação são alvo de disputas entre diversos sujeitos, sendo alvo de interesses e perspectivas ideológicas e teóricas. Estes pesquisadores identificaram no texto do *Todos Pela*

*Educação* a presença de um ideário neoliberal. Tal ideário decorre de uma concepção produtivista de qualidade educacional.

> Embora a ação dos empresários nunca tenha sido desprezível no cenário educacional brasileiro, ela vem crescendo nas últimas décadas e assumindo uma perspectiva mais orgânica com os chamados reformadores educacionais. Hoje, no governo de Michel Temer, que implementa medidas duras de direita, de cunho nitidamente neoliberal, as necessidades do "mercado" são tomadas como as maiores balizadoras das políticas, mesmo das sociais, e as entidades empresariais passam a ser consideradas como as principais interlocutoras e parceiras nestas políticas (NAJJAR; MORGAN; MOCARZEL, 2018).

Conforme assinalou o professor Luiz Carlos Freitas, desde o início da elaboração da BNCC – ainda sob o governo Dilma – a política educacional foi entregue a reformadores empresariais que dominavam a Secretaria de Educação Básica do MEC. Entretanto, naquele contexto a atuação destes reformadores era limitada, pois a política global não era por eles definida.

> Com o golpe de 2016 e a entrega do MEC à coligação liberal-conservadora representada pelo DEM-PSDB, escancarou-se a utilização das teses da reforma empresarial da educação em sua forma mais radical. Aos poucos, a versão inicial da BNCC foi sendo moldada às teses dos novos ocupantes do MEC até chegar a esta terceira versão. (...) Ainda em tempos de Dilma, os reformadores se organizaram no chamado Movimento pela Base, com cobertura financeira da Fundação Lemann. A terceira versão da base, agora divulgada, não esconde sua relação com este grupo, pois no próprio documento se pode ler "Com apoio do Movimento pela Base". Membros deste grupo defendiam que a BNCC deveria ser feita por um órgão independente do governo e sua organização na forma de um Movimento, visava influenciar as políticas de definição da BNCC, pois não estavam no governo. Este mesmo grupo que hoje está no MEC quando aplicou esta "tecnologia" em São Paulo, com o tal do "São Paulo faz escola", contratou a Fundação Vanzolini. Esta fundação foi a responsável, agora, pelo gerenciamento da versão III da BNCC. A preferência é sempre pela conexão com fundações, nunca com Universidades. Eles constroem "câmaras de eco" para si mesmos e montam "cenários" de milhões de "participantes do processo" – meros figurantes de um script pré-aprovado cuja contribuição nunca se sabe onde foi parar. (FREITAS, 2017)

A Lei nº 13.415/2017 determinou que os objetivos essenciais de aprendizagem deveriam ser aqueles definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual

definiu as chamadas dez competências gerais da Educação Básica. Na BNCC, tais competências são capazes de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores a fim de desenvolver demandas do dia-a-dia, do trabalho e da cidadania, alinhando-se, assim, com os setores da sociedade que primavam por um modelo de educação reformulado.

A BNCC do Ensino Médio, aprovada em dezembro de 2018, determinou que houvesse continuidade das etapas de desenvolvimento progressivo das dez competências gerais e, trouxe como objetivo para o Ensino Médio o preparo dos alunos para o mundo do trabalho e exercício da cidadania, além do aprimoramento e da consolidação dos conhecimentos adquiridos durante a etapa anterior, ou seja, o Ensino Fundamental.

No Novo Ensino Médio e, em conformidade com a BNCC, as competências e habilidades distribuem-se em quatro áreas do conhecimento: *Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias* e *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. Porém, a obrigatoriedade de ensino nos três anos estendeu-se apenas ao ensino de Língua Portuguesa, de Matemática e de Língua Inglesa.

O impacto do Novo Ensino Médio também se fez presente na produção didática que seria elaborada pelos autores e editoras para, posteriormente, ser submetida e aprovada pelo PNLD. Como consequência deste impacto, os livros didáticos elaborados para atender ao PNLD 2021 foram substancialmente modificados, uma vez que passaram a contemplar as mudanças estabelecidas na BNCC do Ensino Médio, aprovada em 2018. Para obter aprovação, os conteúdos didáticos deveriam estar articulados com as competências e habilidades, bem como interagir com outras áreas de conhecimento, obedecendo aos critérios de reunir os conteúdos nas quatro grandes áreas de conhecimento, não mais segmentando-os como outrora.

No PNLD 2021 deixaram de existir livros de Filosofia ou de História: tais componentes passaram a compor a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com Sociologia e Geografia, constituindo uma única obra – que faz parte do Objeto 2: Obras didáticas por área/componente – a qual contém os quatro saberes interconectados para atender ao objetivo de desenvolver, no aluno, as já citadas competências e habilidades. Isso sem falar em obras constituintes de outros Objetos do

PNLD, tais como como Projetos Integradores e as de formação de professores, calcadas na ideia de projeto de vida, as quais não constituem objeto de análise desta dissertação.

Silva (2019) afirma que a implementação do modelo de competências no cenário da reforma educacional brasileira subsequente à LDB de 1996 foi apresentada como imprescindível para ajustar a escolarização no Brasil às transformações nos processos produtivos. Tal implementação resultou em uma subordinação da formação humana aos imperativos do mundo do trabalho, estabelecendo, portanto, uma perspectiva economicista de formação humana que emprega métodos formalmente aplicados à produção de mercadorias e serviços.

> A LDB de 1996, ao afirmar no Art. 26 a necessidade de uma base nacional comum para a educação básica, levou o Conselho Nacional de Educação a exarar um conjunto de resoluções, compondo as Diretrizes Curriculares Nacionais para todas as etapas e modalidades da educação básica. Em sequência, a Câmara de Educação Superior dá início a um processo de formulação de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. Nesses dois momentos se apresenta como referencial para a organização dos currículos o já referido "modelo de competências". No Brasil, esse referencial compôs, especialmente para o Ensino Médio e para os cursos superiores, os fundamentos e propostas para a definição de planos curriculares. (SILVA, 2019, p. 130-131)

Para Ramos e Paranhos (2022), o currículo baseado em competências – que aceita uma política como a do PNLD 2021 – é o ponto máximo de um processo de fragmentação, de esvaziamento e de relativismo curricular.

> A BNCC dissolve as disciplinas em áreas genéricas de conhecimento, sem clareza dos parâmetros que as definem. Dissolve os conteúdos de ensino, enfraquecendo-os. Os livros didáticos, nessa lógica, reproduzem os mesmos princípios da BNCC, também dissolvendo disciplinas em áreas de conhecimento, materializando, para fins didáticos, a perda de especificidade do objeto das respectivas ciências e levando ao generalismo na abordagem dos conteúdos, os quais se restringem a finalidades instrumentais e pragmáticas (RAMOS; PARANHOS, 2022, p. 83).

Conforme o entendimento de Soares e Brício (2022), o discurso da BNCC e sua organização podem ser entendidos a partir do que a filósofa brasileira Marilena Chauí denomina *ideologia da competência*, a qual é caracterizada pela pensadora como:

> um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação (CHAUÍ, 2014, p. 53).

No entanto, devemos ter em conta que o termo competência é polissêmico, nem sempre estando relacionado com o neoliberalismo. O problema que aqui se coloca é como as competências e as habilidades estão articuladas na BNCC. Conforme Araújo e Almeida, a definição de competência é complexa e possui múltiplas dimensões, uma vez que está ancorada em diferentes matrizes teórico-conceituais que orientam a sua descrição e os consequentes desdobramentos.

> A noção de competência é, assim, polissêmica, evocando uma multiplicidade de conhecimentos, saberes, habilidades e diversos outros recursos pessoais, quando colocados ou não em prática nas atividades, situações ou relações. (ARAÚJO; ALMEIDA, 2016, p. 3)

Segundo Freire (2021, p. 122) os educadores deveriam estar atentos quanto ao poder e a força da ideologia. Isso porque ela está relacionada com a ocultação da verdade dos fatos, fazendo uso da linguagem a fim de tornar opaca a realidade, tornando-nos míopes, docilizando, amaciando-nos mansamente com suas tratativas. De direita ou de esquerda, as ideologias têm o poder de subverter o entendimento, afetando sentidos vitais humanos.

> A capacidade de penumbrar a realidade, de nos "miopizar", de nos ensurdecer que tem a ideologia nos faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. Ou que os sonhos morreram e o que é válido hoje é o "pragmatismo" pedagógico, é o treino técnico-científico do educando e não sua formação, de que já não se fala. (FREIRE, 2021, p. 123)

A sociedade brasileira dispõe-se num cenário não-equitativo de oportunidades e de profundas desigualdades sociais e intelectuais. Cabe questionar o quanto a propagação desta ideologia de governo – que estabelece a educação na forma de habilidades e competências – pode se tornar perigosa, isso porque tem potencial para segregar – ainda mais – a sociedade. Quem é competente e quem é incompetente? Quem são os melhores, os capazes, aqueles que se adaptam ao ambiente de luta, ou seja, os vencedores? Para Marilena Chauí, o discurso competente não faz mais que criar incompetentes, ou seja: um discurso em prol da maioria vencedora que perpetua seu poder sobre os incompetentes sociais:

> Ocorre nas sociedades contemporâneas um fenômeno social e político de graves consequências: um processo de formação de pessoas competentes cuja contrapartida é a aparição dos incompetentes sociais. Ou melhor, a invenção da competência tem como alvo criar os incompetentes. Quem é o competente? Em nossas sociedades, é aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido, graças ao qual pode não só falar e agir pelos outros, mas ainda, e sobretudo, excluir outros do direito de ser sujeitos de seus discursos e de suas ações. Quem é o incompetente? Em nossas sociedades, é aquele que foi expropriado de sua condição de sujeito e convertido em objeto do saber e da prática dos competentes. Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos, a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação. (...) Com isso, permanece na sombra o fato de que supor a existência dos que "não sabem" é desconsiderar o saber verdadeiro e real que possuem, além de permanecer na sombra o fato de a tecnologia por nós conhecida ter sido desenvolvida de modo a excluir os trabalhadores do conhecimento, da decisão e do controle do processo de trabalho. Através da divisão do conhecimento em especialidades e da hierarquização burocrática dos especialistas, nossas sociedades produziram a incompetência em toda parte. (CHAUÍ, 2014, p. 98-99)

Contestando o discurso que fundamenta a ideologia da competência, a filósofa argumenta:

> Poderíamos multiplicar exemplos nos quais a ampliação real dos conhecimentos ocorreu simultaneamente à perda, também real, dos conhecimentos que sujeitos sociais possuíam de sua realidade. A competência, como processo social de exclusão e de invalidação de pessoas, redunda no discurso competente, cuja marca distintiva é o direito conferido a alguns para falar pelos outros e cujo exercício pode ser assim resumido: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. Regras, normas e ritos burocráticos decidem quem pode falar e ouvir, onde e quando isso pode ocorrer. (CHAUÍ, 2014, p. 99)

Conforme observado por Soares e Brício (2022, p. 8), a organização por competências no contexto educativo atual está alinhada com os princípios neoliberais, pois incentiva a competição entre cidadãos em uma sociedade segmentada entre perdedores e vencedores. A educação neoliberal, ao fomentar a individualização, contribui para a perda do sentido de coletividade no ambiente escolar. Sob a perspectiva do neoliberalismo, a educação e a escola passam a ser tratadas como mercadorias disputadas pelo setor privado, que almeja obter o controle sobre o processo educativo.

Os ditames da ordem neoliberal buscam formatar os sujeitos por intermédio de uma educação massiva que os prepare para as demandas mercadológicas, reduzindo cada vez mais sua subjetividade aos mesmos ditames, estes difundidos por intermédio de uma educação ideologicamente orientada à manutenção da ordem capitalista –, que gera tanto a acumulação de bens e de riquezas para os competentes quanto a perpetuação das desigualdades socioculturais e socioeconômicas para os considerados incompetentes, inábeis à competitividade de mercado entre especialistas.

> Na atual conjuntura educacional do Brasil, a Filosofia, por ser componente curricular da educação básica, passou a ser entendida à luz do conceito de "competência", isto é, deve ser capaz de desenvolver no aluno certas orientações estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que consideramos, aqui, como o apogeu da onda neoliberal que assola nosso sistema educacional. Dessa forma, as lógicas empresarial, mercadológica, instrumentalista e individualista são pilares de uma ideologia que busca a especialização e o esvaziamento do sentido público contido na educação básica. A escola deixa de ser pensada a partir do ponto de vista da sociabilidade para ser concebida como um espaço de promoção da competição entre especialistas. (SOARES; BRÍCIO, 2022, p. 2)

Conforme a análise de Mônica Ribeiro da Silva (2018), quando se reduz o conhecimento a uma aplicabilidade prática, pragmática e utilitária a experiência formativa não se concretiza: nesta perspectiva utilitarista da educação, limita-se o conhecimento à expectativa de dar respostas imediatas às situações e problemas cotidianos, impedindo-o de ser objeto de experiência que oportuniza a reflexão e a crítica. Assim ocorre com o projeto formativo proposto na BNCC: reforça a adaptação às necessidades mercantis e limita as possibilidades de emancipação do indivíduo.

> Nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com base em competências, prepondera, assim, uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biologista e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficienticista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia. (SILVA, 2018, p. 11)

Em outra análise, Silva assinala que a ênfase no desempenho proposta pelo modelo de competências menospreza aspectos da formação humana de ordem intelectual, ética e estética. Este modelo prioriza a prescrição de objetivos de aprendizagem e enfatiza um aspecto da dimensão cognitiva – aquele que pode ser aferido – o que, no Brasil, culminou na produção expressiva de exames nacionais e na subordinação da política educacional aos imperativos das avaliações em larga escala a nível nacional e internacional (SILVA, 2019, p. 133-134).

Para o educador Paulo Freire, os ditames da educação que favorecem a prática de mercado não visam à formação integral do ser humano, mas sim treiná-los para a operação do sistema, ou seja, das máquinas. Não é para favorecer a liberdade de pensamento e a atitude autônoma que estes mecanismos operam, mas sim para fortalecer suas bases instrumentalizando a força humana para tal. O ser humano, neste sistema, submete-se ao sistema e à máquina neoliberal, nunca o inverso.

> A desconsideração total pela formação integral do ser humano e sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo, a que falta, por isso mesmo, a intenção de sua democratização no falar com. (FREIRE, 2021, p. 113).

Para o professor Fernando Nogueira da Costa, do blog *Cidadania & Cultura* (2018), a ideologia da competência está fundamentada na desigualdade entre os que possuem o saber técnico-científico e os que não o possuem, saber este que se torna almejado na competição, resultando no sucesso de uns contra outros. Dessa forma, como apontaram Soares e Brício, os especialistas têm poder, pois dominam o saber:

> O que torna a *ideologia da competência* singular em relação aos demais tipos de ideologia é a afirmação da sociedade dividida entre competentes e incompetentes, isto é, entre aqueles que dominam os conhecimentos científicos e tecnológicos (os especialistas) e aqueles que não dominam tais conhecimentos (os que obedecem aos especialistas). (SOARES; BRÍCIO, 2022, p. 9)

O ser humano empresarial alinhado com os princípios neoliberais é um ser humano competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). Sobre o empresariamento de si contextualizado com a nova razão mundial, Dardot e Laval discorrem:

> Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 150-151)

Este sujeito, fabricado nos maquinários do neoliberalismo, passaria a ser denominado “sujeito empresarial”, não mais demandando mecanismos de coerção – destinados a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – mas uma educação orientada ao bom funcionamento destes mesmos maquinários. Seria assim gerado um sujeito com competência para atender ao empresariado, à iniciativa privada capitalista, a qual exige uma competência igualmente privatizada, difundida pelos especialistas de mercado e que tem potencial para estender-se não somente ao mundo do trabalho, mas também às particularidades dos indivíduos.

> O discurso da competência privatizada é aquele que ensina a cada um de nós, enquanto seres privados, como nos relacionarmos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver. (...) Na medida em que somos invalidados como seres competentes, tudo precisa nos ser ensinado "cientificamente". Isso explica a proliferação dos livros de autoajuda, dos programas de conselho pelo rádio e pela televisão, bem como dos programas em que especialistas nos ensinam jardinagem, culinária, maternidade, paternidade, sucesso no trabalho e no amor. Esse discurso competente exige que interiorizemos suas regras e valores, se não quisermos ser considerados lixo e detrito. Essa modalidade da competência é

> inteiramente absorvida pela indústria cultural e pela propaganda, que passam a vender signos e imagens, graças a invenção de um modelo do ser humano sempre jovem (graças aos cosméticos, por exemplo), saudável (por meio da "malhação", por exemplo) e feliz (graças às mercadorias que garantem sucesso). (CHAUÍ, 2014, p. 47)

Ademais, Marilena Chauí defende que a ideologia da competência tem a capacidade de estabelecer um mito. Neste âmbito, o mito pode ser compreendido como uma narrativa fundamentada na autoridade e na confiabilidade do narrador, de modo a influenciar a crença e a aceitação dos ouvintes em relação aos fatos narrados[7].

Pelo discurso envolvente e cheio de pretensa autoridade e confiabilidade de seus idealizadores, o mito da ideologia da competência dá origem aos sujeitos competentes, que passam a agir sobre os considerados incompetentes, exercendo um poderio intimidador, social e politicamente. Assim, aqueles que não possuem os "saberes competentes" são reduzidos a meros executantes de ordens e transformados em incapazes no agir, no pensar e no sentir independente, necessitando da aprovação de outrem (os especialistas de mercado). No entanto, assinala a pensadora, o mito da competência é incompatível com a democracia social, política, econômica e cultural. (CHAUÍ, 2014, p. 101-102)

Chauí afirma que, para garantir a incompetência da população, os governos utilizam linguagem obscura, empregando uma "linguagem especializada" para comunicar determinadas pautas, gerando desinformação. Como ninguém pode lutar contra o que não conhece nem compreende, a desinformação favorece o processo de alienação, inviabilizando qualquer tentativa de resistência (CHAUÍ, 2014, p. 102).

Quanto a lutar contra o que não se conhece, resistir àquilo a que não se tem ciência ou esclarecimento, vale observar aquilo que Michel Onfray dispõe sobre as lógicas e as ideologias da sujeição, as quais requerem sacrifícios, sujeição e obediência sem questionamento ou compreensão. O pensador entende que, enquanto a reflexão requer o entendimento, a obediência basta para a ação e as finalidades públicas (ONFRAY, 2001, p. 240).

---

[7] Segundo Marilena Chauí (2013), mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa: origem dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras, do poder, etc. Para os gregos, destaca a filósofa, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra.

Onfray pensa que os indivíduos postos em situação de sujeição, aqueles que há muito não resistem, aqueles que sequer têm a ciência de seu potencial enquanto ser humano, enquanto gente e não máquina, acabam relegados a um grupo que ele denomina como dejetos do corpo social. Ele afirma que a comunidade de filósofos deveria posicionar-se, mas não o faz porque está ocupada com as misérias limpas, ou seja, não querem ocupar-se dos intocáveis, das já referenciadas dejeções:

> As dejeções do corpo social me assustam, me aterrorizam e me revoltam. Da mesma forma que me encolerizam as condições dos trabalhadores e o esquecimento por parte daqueles que possuem a linguagem, a retórica e os meios de formular essas alienações, mas se calam, culpados pelos seus silêncios cúmplices ou pelas diversões que lhes agradam ao tratar unicamente, exclusivamente, somente daquilo que eu chamei rio acima de misérias limpas. (ONFRAY, 2001, p. 85)

De um lado, explica Onfray (2001, p. 183), estão os que detém o poder, o exercem, o amam, o querem, o reclamam e, com muita frequência, dele dispõem; do outro, aqueles sobre os quais ele é exercido. O mesmo ocorre com a assimilação do mito da competência na sociedade por intermédio da ideologia, conforme assinalado por Chauí: uns mandam (os competentes) e outros obedecem (os incompetentes). Somente por intermédio da resistência poderá o indivíduo ser liberto das amarras que o prendem aos ditames neoliberais. Uma das formas de resistir poderia ocorrer por intermédio da educação, a qual deveria estar a favor dos seres humanos e não contra eles: deveria favorecer as mentalidades críticas e independentes ao invés de conformar-se às ideologias que preservam hegemonias.

O projeto neoliberal destinado à educação tem potencial para tornar o ensino de Filosofia alienado[8], esvaziado de seus sentidos, como veremos a seguir.

[8] O conceito de alienação que aqui será explorado é aquele formulado por Anthony Giddens e Philip W. Sutton, não se relacionando com a aplicação sociológica tal como formulada por Marx e Engels no contexto das condições de trabalho e vida em sociedades seculares inseridas no capitalismo industrial. Em Giddens e Sutton, a alienação consiste na separação ou dissociação dos seres humanos de algum aspecto essencial da sua natureza ou da sociedade, muitas vezes resultando em sentimentos de impotência e desamparo (GIDDENS; SUTTON, 2017).

## 1.2 – Alienação e esvaziamento da Filosofia no PNLD 2021

É importante não deixar de dar acesso ao aluno do ensino básico – por intermédio dos livros didáticos, que acabam pautando muitas práticas docentes em sala de aula – ao ensino de Filosofia. Privar os alunos desse ensino é destituí-los de uma importante oportunidade formativa, alienando-os do saber relacionado às grandes áreas da Filosofia.

Edgar Lyra, que não se conforma em que sejam priorizados no Ensino Médio somente os ensinos de linguagens e de cálculo em função da obtenção de bons indicadores em avaliações nacionais e internacionais, indica:

> Ainda que se deseje, em função dos indicadores de avaliações nacionais e internacionais, priorizar saberes básicos como a leitura e o cálculo, não se entende como pode, justo o Ensino Médio, ter apequenada a atenção às capacidades de questionar, de colocar em perspectiva, de julgar reflexiva e autonomamente, de estranhar, tomar distância e cobrar sentido, todas muito caras à Filosofia. (LYRA, 2019, p. 342)

Qual seria o espaço destinado – nos currículos formatados em conformidade com a BNCC – para a investigação filosófica no ensino básico, a qual teria potencial de desenvolvimento nos educandos de um pensamento crítico, questionador e reflexivo?

O fim da publicação e distribuição de livros didáticos específicos para o ensino de Filosofia é problemático, pois conforme destacou Sturza (2023) este saber requer profundidade e complexidade.

> A Filosofia é uma disciplina que aborda questões complexas e profundas sobre a existência humana, a ética, a política, a epistemologia e muitos outros saberes. Os livros didáticos específicos de Filosofia são pensados para fornecer uma introdução adequada a essas questões, explicando conceitos filosóficos fundamentais e apresentando argumentos de forma clara e acessível. Quando há a proposição de livros didáticos por áreas do conhecimento como é o caso da área de ciências humanas, os saberes específicos das disciplinas acabam por ser diluídos. No caso da Filosofia, conteúdos e conceitos filosóficos aparecem de forma aligeirada. Sem essa oportunidade de detalhamento da Filosofia, os/as estudantes podem perder a chance de ter o contato com conceitos, filósofos e filósofas importantes, suas teorias e como aplicá-las ao pensamento crítico. Isso reduzindo, portanto, o acesso a modulações de pensamento, a partir da Filosofia, e suas diferentes inter-relações. (STURZA, 2023, p. 175)

É possível concordar com Nascimento (2023) quando afirma que a categorização da Filosofia no Novo Ensino Médio como *"estudos e práticas"* impossibilitou seu ensino como atividade do pensamento, reduzindo-a aspectos manuais:

> Considerando a perspectiva deleuziana de Filosofia, por mais que ela seja uma atividade do pensamento visando à criação de conceitos, o que pode abrir margem para a ideia de que a criação de conceitos é apenas um processo cognitivo, tenho a impressão de que o Ensino de Filosofia como disciplina demanda o conhecimento de certos conteúdos filosóficos. Em outros termos, para se constituir como um campo disciplinar e garantir sua especificidade, o Ensino de Filosofia também requer, pelo menos, o ensino de sua História. (NASCIMENTO, 2023, p. 99)

Sem contato amplo com diferentes tradições, temas e problemas da Filosofia os alunos perdem a oportunidade de refletir sobre temáticas de cunho filosófico que lhes permitiriam desenvolver uma capacidade de pensar mais elaborada, mais criteriosa, não-dogmática e não-utilitarista. Conforme Gallo (2006, p. 18), ensinar Filosofia é ensinar sobre o ato, sobre o processo de filosofar. Se queremos que os alunos aprendam sobre o ato de filosofar, argumenta Gallo, torna-se necessário que eles tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido e aos modos de produção de Filosofia que foram sendo inventados ao longo do tempo pelos filósofos.

Para Silva (2019) a História da Filosofia deve servir como prerrogativa para o ensino de Filosofia no ensino básico. Tal prerrogativa tem potencial para tornar as aulas um terreno fértil para a promoção do pensamento crítico.

> Por outro lado, quando o estudante se depara com a História da Filosofia tem a oportunidade de refletir sobre temas, de cunho estritamente filosófico, que outras áreas do conhecimento dificilmente alcançariam. Desse modo, as aulas de Filosofia assumem o papel de desenvolver um pensamento mais criterioso, essencialmente reflexivo. Nestes termos, a moral não é pensada de forma meramente prescritiva, a finitude não é vista apenas por uma perspectiva histórico-religiosa ou fisiológica, até mesmo o conhecimento e o próprio pensar tornam-se objetos de um refletir cuidadoso, quero dizer, todos esses temas tornam-se problemas de contornos existenciais. Se destacarmos este modelo de reflexão, rigorosa e investigativa, então podemos dizer que a Filosofia é promotora do pensamento crítico. (SILVA, 2019, p. 420)

Ademais, a missão de mobilizar objetos de aprendizagem para que o aluno adquira habilidades conforme orienta a BNCC não contemplou nenhuma atribuição ao campo da Lógica. Tais habilidades orientaram-se muito mais para o campo da Ética e da Filosofia Política (dezenove habilidades), da Metafísica (cinco habilidades) e da Epistemologia (quatro habilidades), enquanto que para a Estética foi direcionada apenas uma habilidade (OBSEFIS, 2023).

Uma outra problemática foi trazida à luz pelo professor Pedro Ergnaldo Gontijo. Em 2019, época em que ainda havia a circulação de livros por disciplina, ele publicou um artigo que debatia o uso do livro didático no ensino de Filosofia. Neste mesmo artigo, Gontijo promoveu uma crítica – que permanece atual – quanto aos docentes malformados, que não recebem o devido preparo para lidar com tal material, aliada à falta de formação específica de muitos professores que têm ministrado tal disciplina nas escolas brasileiras.

> A presença massiva do livro didático de Filosofia, associada a essa realidade de falta de formação específica de docentes de Filosofia, pode gerar um uso inadequado de um material que deve ter espaço importante no trabalho pedagógico e ser acompanhado de outras estratégias didáticas. O problema não é a existência e distribuição do livro didático. É exatamente o contrário: o problema é a falta de formação para um uso adequado desse importante material didático. (GONTIJO, 2019, p. 137)

Silvio Gallo afirma que a BNCC representa um desastre para a educação brasileira. Em entrevista concedida em 2022 à repórter Laura Rachid, da Revista Educação, o filósofo criticou o documento que normatiza a pedagogia das competências e habilidades e que possibilita o desmonte da disciplinarização da educação ao inserir as antigas disciplinas em grandes áreas de conhecimento.

> E quando entramos com a lógica da pedagogia das competências e habilidades, enfatizando não o conhecimento, mas as competências e habilidades, isso vem com força. Por exemplo, o que teremos via BNCC e no Novo Ensino Médio é a organização da escola não em disciplinas, mas em áreas do conhecimento absolutamente falsas porque, falando da minha área, Ciências Humanas, os professores de Ciências Humanas não são professores de Ciências Humanas, são professores de História, Geografia, Filosofia, Sociologia. E impor a esses professores que eles não deem aulas das suas disciplinas, mas da área, é um engodo. (GALLO, 2022)

O sociólogo Cesar Callegari, atual presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e autor do Parecer de 2008, que incluiu as disciplinas de Filosofia e Sociologia no arranjo curricular do Ensino Médio, expressou críticas ao atual modelo de ensino em uma entrevista concedida à Laura Rachid, da Revista Educação, em 2024. Membro do Conselho Nacional de Educação por doze anos, ele presidiu a Comissão de Elaboração da BNCC, porém, em 2018, retirou-se da função devido a divergências quanto ao seu encaminhamento. O sociólogo considera que a reforma do Ensino Médio, proposta pelo governo Michel Temer, apresenta características reducionistas de direitos e de possibilidades de aprendizagem.

Segundo Callegari (2024), o currículo escolar é alvo de disputas políticas e ideológicas. O autor reconhece a ausência de neutralidade na formação dos currículos, inclusive no que diz respeito ao campo do conhecimento e da educação escolar. O autor afirma que nunca, em toda a história da humanidade, foi tão importante a construção de um pensamento crítico e competência criativa diante da abundância de informações.

Cesar Callegari (2024) explica as razões pelas quais disciplinas como Filosofia e Sociologia são temidas, desvalorizadas e consideradas comunistas no Brasil e no mundo: tais disciplinas fornecem conhecimentos libertários que se opõem ao *status quo* das forças conservadoras.

Embora o conservadorismo tenha conquistado espaço na cena política brasileira dos últimos anos, forças de resistência vêm se opondo, articulando-se para que as investidas que almejam enfraquecer a democracia, reestabelecer o autoritarismo e intervir também na educação, privilegiando estratégias educacionais conforme os anseios neoliberais, sejam desarticuladas, fortalecendo assim as instituições democráticas brasileiras. O texto de apresentação do documento final da Conae 2024: Conferência Nacional de Educação fez uma breve memória dos retrocessos sofridos pela sociedade brasileira:

> Todo um processo de participação de amplos e representativos setores nas mais variadas etapas das conferências foi, assim, impactado a partir do ano de 2016 e, durante seis anos, os processos de participação e interação democrática entre governo e sociedade foram interrompidos. Foram extintos canais de participação social em políticas públicas, reduzidos ou eliminados fóruns e conselhos, até então previstos em uma política nacional de participação social. (CONAE 2024, p. 10)

Diante da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato presidencial, foram intensificados os movimentos pela retomada da participação ampla da sociedade na construção das políticas públicas e, retomadas as conferências nacionais nas mais diversas políticas públicas, com o intuito de promover um efetivo diálogo social. No que se refere à educação, foi reivindicada a recomposição plural e democrática do Fórum Nacional de Educação (FNE), que é o órgão de Estado responsável pela convocação, planejamento e coordenação das conferências, com vistas à realização de uma nova Conae extraordinária.

A Conae 2024 debateu o Plano Nacional de Educação que entrará em vigor entre os exercícios de 2024 a 2034. Esta se realizou no período de 28 a 30 de janeiro de 2024, em Brasília/DF e foi precedida por conferências preparatórias e livres, municipais e/ou intermunicipais, inter-regionais, estaduais e distrital de educação, ao longo do segundo semestre de 2023. O objetivo da Conae 2024 foi o de construir o Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década (2024/2034). Seu documento final expressou a insatisfação relacionada com os últimos governos brasileiros após o golpe de 2016, governos estes que promoveram uma intervenção unilateral no FNE.

O documento final da Conae 2024 foi divulgado em 26 de fevereiro de 2024 na página da internet do FNE. Este material subsidiará o MEC na elaboração do Projeto de Lei do próximo PNE, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados (PL nº 2614/24)[9].

Importa, para esta pesquisa, destacar a proposição de número 266, que faz parte do Eixo II, o qual trata "da garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência, e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios". Tal proposição se contrapõe às iniciativas neoliberais na educação, bem como às tentativas de intervenção de movimentos como o *Escola Sem Partido*, contestando os ataques promovidos por estes à liberdade de cátedra e ao livre pensamento nas instituições educacionais, o que fez com que fossem retiradas do currículo disciplinas importantíssimas para a formação plena e para a cidadania, como Sociologia, Filosofia e Artes (CONAE 2024, p. 67).

[9] O novo PNE deve ser aprovado pelo Congresso até o final do ano de 2025. O Projeto de Lei nº 2614/24 está em análise na Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara de Notícias, disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1077593-novo-plano-de-educacao-institui-metas-para-a-educacao-brasileira-ate-2034/. Acesso em 05 fev. 2025.

Já a proposição de número 744, que faz parte do Eixo III – "educação, Direitos Humanos, inclusão e diversidade: equidade e justiça social na garantia do direito à educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência" – versa explicitamente sobre a garantia do ensino de tais disciplinas no arranjo curricular obrigatório:

> Garantir o ensino de Arte, Filosofia, Geografia, História e Sociologia no Ensino Médio e Técnico, por meio da obrigatoriedade destas disciplinas em todos os anos nesta fase da educação básica, bem como da garantia de carga horária mínima de duas horas/aula semanais, também em todos os anos. Além disso, prever e implantar uma progressiva inserção da Filosofia e da Sociologia nos anos finais do ensino fundamental. (CONAE 2024, p. 130)

A garantia de oportunidade formativa aos estudantes do Ensino Médio quanto ao ensino de Arte, Filosofia, Geografia, História e Sociologia representará avanço. Ao mesmo tempo sinaliza a necessidade de se manter estado de alerta a fim de que, se regulamentadas, sejam mantidas e não mais retiradas dos currículos. Em acordo ao texto da Conae 2024, no tocante ao ensino de Filosofia e de Sociologia, entendemos que tal oportunidade deveria ser estendida ao currículo dos anos finais do Ensino Fundamental.

A moção de número 45 [10], apresentada na etapa nacional pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e aprovada na plenária final da Conae em 30 de janeiro de 2024, que trata da obrigatoriedade do ensino das treze disciplinas/componentes curriculares, é uma proposição em prol de uma formação científica, humanística, artística e cultural.

> Pelo exposto, reforçamos a necessidade de definir como obrigatório o ensino das 13 disciplinas/componentes curriculares (Artes, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia) da Formação Geral Básica do Ensino Médio, por representarem o acúmulo de saberes teórico-metodológicos e pedagógicos consolidados nos campos científicos, artísticos e filosóficos específicos e no interior da Ciência da Educação, bem como, por representarem, uma construção coletiva, dialógica, portanto, democrática, tal qual a CONAE 2024. (SEPE, 2024)

[10] Moção nº 45, apresentada pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e aprovada na plenária final da Conae em 30 de janeiro de 2024. A lista que contém todas as moções aprovadas na plenária final foi disponibilizada no seguinte link: https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/02/mocoes_conae_2024_resumo_ementas.pdf. O link com o texto da moção nº 45 é o seguinte: https://drive.google.com/file/d/1L_3V1rtPNViERMhURxmj0WwhthNudtON/view. Ambos links foram acessados em 05 fev. 2025.

## 1.3 – Um olhar sobre o Edital do PNLD 2021

O tema da Reforma do Ensino Médio é complexo: está passando, no momento de escrita desta dissertação, por implementação, debates e embates. Não se configura como objetivo da presente pesquisa esgotar tal temática, e sim abordá-la no sentido de reconhecer que tais movimentos reformistas (progressistas ou regressistas) impactam as políticas educacionais, e estas aos livros didáticos, tal qual ocorreu, como já debatido ao longo desta pesquisa, com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021 de Ensino Médio, que foi elaborado com base na Lei nº 13.415/2017.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por intermédio do Edital de Convocação número 03/2019, datado de 27 de novembro de 2019, convocou os interessados em participar do processo de aquisição de obras didáticas, literárias e de recursos digitais que pudessem ser destinadas aos estudantes, professores e gestores das escolas públicas de Ensino Médio, contemplando as redes de ensino federal, municipais, estaduais e o Distrito Federal. Tal Edital explicitou as normativas e critérios para a elaboração das obras, as quais deveriam ser submetidas à análise do PNLD para que, em caso de aprovação, fossem distribuídas ao público-alvo.

Ancorado no discurso de reformulação do Ensino Médio, o Edital do PNLD 2021 afirma que um dos diferenciais desta reforma é o estudante estar no centro do processo de ensino e aprendizagem:

> A intenção é assegurar que a escola se organize de forma a acolher as culturas juvenis e os estudantes em suas singularidades e pluralidades, respeitando os seus direitos e considerando suas diferentes características, interesses, ritmos, aspirações e papeis sociais. O propósito também é promover o desenvolvimento integral desses jovens, contemplando as dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural, promovendo assim uma formação para resolver demandas complexas do cotidiano, exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho. (FNDE, 2021, p. 50)

Ademais, o Edital afirma que o PNLD 2021 se propõe a promover o desenvolvimento das competências gerais, competências específicas e habilidades definidas pela BNCC. Segundo o documento, a articulação com a BNCC proporciona o

estímulo da autonomia, do protagonismo e da responsabilidade dos estudantes, para que eles sejam capazes de fazer escolhas e tomar decisões em relação a seus projetos presentes e futuros (FNDE, 2021, p. 50).

Contudo, como estimular tal protagonismo e responsabilidade por parte dos estudantes, uma vez que lhe são negados, pelo contraditório direito de aprendizagem que se direciona, como claramente exposto, ao desenvolvimento das competências e das habilidades da BNCC?

Conforme assinalaram Alessandro de Melo e Ana Claudia Marochi (2019), os direitos de aprendizagem são reduzidos na BNCC em virtude da introdução da pedagogia das competências. Ao conceber as competências como direitos de aprendizagem, a BNCC apresenta-se como parte das atuais reformas neoliberais brasileiras (MELO; MAROCHI, 2019, p. 18). Segundo os autores, a reforma do Novo Ensino Médio configura-se como a implementação, no Brasil, de um modelo de performance.

> A redução de direitos de aprendizagem às competências e habilidades significa, nada menos, que a faceta pragmatista, cosmopolita e performática desta reforma, cuja centralidade, ao uniformizar os direitos de aprendizagem em nível nacional pelas avaliações em larga escala, nada mais querem do que implementar um sistema performático (MELO; MAROCHI, 2019, p. 16).

De acordo com Ramos e Paranhos, a reforma do Ensino Médio está diretamente relacionada com as agendas educacionais ultraliberais, que correspondem às expectativas do empresariado e de setores tradicionais da sociedade:

> alia elementos das agendas educacionais ultraneoliberais, centradas na competitividade e na eficiência, que acomodam as demandas do empresariado e das agendas educacionais ultraconservadoras e reacionárias, estruturadas em torno da concepção da ‘família tradicional’ como unidade elementar de organização da sociedade. Embora tenham origens, objetivos e formas de operar que aparentam ser distintas, essas agendas se articulam em seus objetivos: o desmonte da educação pública e da Constituição de 1988 (RAMOS; PARANHOS, 2022, p. 74).

As autoras salientam que tais reformas contribuem para o desmantelamento da educação pública, colocando em risco o sentido da formação escolar e a profissionalidade docente. Com as reformas, a formação profissional é priorizada em detrimento da formação geral, atendendo aos interesses do capital.

> Elaborada sob a ótica do capital, o núcleo da Lei nº 13.415/2017 é a quebra do princípio de unidade da educação básica e desta com a educação profissional. Isto é feito delimitando-se a carga horária destinada à formação geral e subdividindo-se a carga horária restante por itinerários formativos (RAMOS; PARANHOS, 2022, p. 82).

A quem interessa o desenvolvimento, nos estudantes, de tais competências e habilidades? Certamente tais desenvolvimentos interessam muito mais ao mercado, ao mundo do trabalho e à sociedade neoliberal que aos estudantes do Ensino Médio, que certamente, estarão cada vez mais distantes de serem "sujeitos do seu próprio processo de aprendizagem e agentes de transformação dentro e fora da escola" (FNDE, 2021, p. 50).

Segundo Süssekind (2019), as políticas curriculares propostas pelo Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio apresentam uma conceituação de currículo que parece basear-se numa escrita de entendimento único, colonial e eurocêntrico. Desta forma, tais reformas não liberam o sujeito, não lhe conferem emancipação; pelo contrário, elas têm potencial para reforçar os movimentos de colonização através da elaboração de currículos constituídos por listas de conteúdos e procedimentos esvaziados de histórias e de subjetividades.

> Basta pensarmos na escola no singular, como modelo fixo, nas listas e hierarquias entre os conteúdos da BNCC, e no pacote de direitos e deveres do "novo" Ensino Médio que subalternizam estudantes tratando-os como objetos e não sujeitos do direito de aprender. Esse currículo é uma base, que aponta caminhos, resultados, trajetórias, conhecimentos esperados, competências e incompetências. (SÜSSEKIND, 2019, p. 97)

Para serem aprovadas, as obras devem cumprir satisfatoriamente todos os itens do Edital. Caso não satisfaça algum dos itens, a proposta é considerada "incompatível

com os objetivos estabelecidos para o Ensino Médio", fator que justifica a sua reprovação no PNLD 2021. Como Sturza observou, cada Edital contém normas específicas, princípios e critérios de avaliação:

> Cada Edital de convocação apresenta normas específicas acerca da estrutura editorial das obras didáticas, como o conteúdo da capa do livro (segunda e terceira capa), folha de rosto, lombada e o miolo do livro. Estas normas dizem respeito às informações necessárias e ao uso de imagens. Além destas normas editoriais há uma série de princípios e critérios para a avaliação, tais como: relação com a proposta atual do Ensino Médio; respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao Ensino Médio; observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social; coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra; correção e atualização de conceitos; critérios específicos das áreas, neste caso a área de Ciências Humanas e suas tecnologias e critérios específicos dos componentes curriculares, neste caso a Filosofia. (STURZA, 2023, p. 192)

O Edital do PNLD 2021 estabeleceu, entre outros critérios determinantes para a aprovação das obras submetidas, que:

> as obras inscritas precisam contribuir, decisivamente, para a formação de jovens capazes de construir uma sociedade mais ética, justa, inclusiva, sustentável e solidária. (FNDE, 2021, p. 50)

Do supracitado Edital merece especial destaque, para esta pesquisa, o critério eliminatório comum nº 2.1.2 – que trata da observância dos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano –, porque guarda relação com três categorias de análise: *mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas e Filosofias brasileiras,* as quais foram delimitadas na metodologia desta pesquisa.

O critério eliminatório comum 2.1.2 do Edital do PNLD 2021 estabeleceu na alínea “e” (FNDE, 2021, p. 52) a obrigatoriedade de promover de forma positiva a imagem da mulher nas obras aprovadas. Enfatizar a participação das mulheres nos espaços de poder, concedendo-lhes protagonismo, é uma das formas de derrubar os preconceitos e as injustiças há anos arraigados no senso comum, que insiste em

inferiorizá-las. Neste sentido, para não ser reprovada, a obra submetida ao PNLD 2021 deveria:

> e. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, ao longo da obra, com o intuito explícito de valorizar sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher. (FNDE, 2021, p. 52)

As alíneas "d" e "f" deste mesmo critério eliminatório comum explicitam a importância da cultura e da História afro-brasileira, dos povos originários e outros que não somente os europeus, na formação do pensamento crítico dos alunos do Ensino Médio. Em observância ao texto supracitado, a obra aprovada deveria:

> d. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e indígenas, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, ao longo da obra, com o intuito explícito de valorizar sua visibilidade e protagonismo social.
>
> f. Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, ao longo da obra, com o intuito explícito de valorizar seus saberes, conhecimentos, tradições, organizações, valores e formas de participação social. (FNDE, 2021, p. 52)

A alínea "g", no âmbito do critério eliminatório comum nº 2.1.2, estabelece que a obra didática deve incluir a representatividade local. Assim sendo, a obra aprovada deve:

> g. Representar a diversidade social, histórica, política, econômica, demográfica e cultural do Brasil com o intuito explícito de subsidiar a análise crítica, criativa e propositiva da realidade brasileira. (FNDE, 2021, p. 52)

A descontinuidade da modalidade de livros didáticos por grandes áreas para o próximo PNLD foi algo aventado em audiências públicas promovidas pelo PNLD[11]. Na

[11] Cabe reiterar que o recorte desta pesquisa não está circunscrito a análises de PNLDs futuros.

Audiência Pública nº 2/2024, ocorrida em 01 de abril de 2024, foram apresentadas as diretrizes iniciais para o Edital de Convocação do PNLD do Ensino Médio 2026-2029, que marcará o retorno dos livros por componentes curriculares e não mais por área de conhecimento, ao menos no que diz respeito às Ciências Humanas e Ciências da Natureza (FNDE, 2024). No entanto, os novos livros deverão permanecer, como os atuais, ancorados na BNCC.

Entretanto, conforme afirmou Pereira (2024), o retorno dos livros didáticos por componentes específicos, por si só, não garante que a Filosofia não estará imune a um olhar redutor das suas especificidades.

> Mesmo com a garantia do retorno de obras por componentes específicos, já garantido para o próximo Edital do PNLD, a Filosofia não fica imune a uma visão redutora de sua especificidade. Dada a fragmentação e diluição de seus conteúdos nas obras de referência do Objeto 2 desta edição, há um sério risco de replicação deste perfil. Ademais, dada a exigência de uma interdisciplinaridade nos moldes da BNCC, até o momento intocada, a Filosofia já se encontra na limitação institucional do desenvolvimento de competências e habilidades previamente elencados. (PEREIRA, 2024, p. 236)

No fechamento do presente capítulo cabe ressaltar o seguinte: a atividade de análise, avaliação e problematização, para além do recorte desta pesquisa, possibilita entrever limites e estratégias para que seja mantido o ensino de Filosofia depois do advento do Novo Ensino Médio, cuja implementação ancora-se na BNCC, pautada numa organização por competências e habilidades.

# 2- Livros didáticos destinados ao ensino de Filosofia

A atividade de análise de livros didáticos no Brasil teve início em 1983, com a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), uma entidade sem fins lucrativos instituída pelo Decreto nº 88.295, como o principal instrumento do Ministério da Educação e Cultura para a execução da Política Nacional de Assistência ao Estudante, tendo como um dos seus objetivos a promoção da melhoria da qualidade do material de apoio ao ensino (BRASIL, 1983).

Por meio do Decreto nº 91.542, de 1985, foi instituído o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cuja execução era da competência do Ministério da Educação por intermédio da FAE, que deveria atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como com órgãos municipais de ensino e associações comunitárias (BRASIL, 1985).

Em 1994 o então Ministro da Educação e Desporto Murilio de Avellar Hingel (1933-2023), rememorou os objetivos do PNLD – programa que estava prestes a completar uma década de existência:

> Em 19 de agosto de 1985, o Decreto n° 91.542 instituiu o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, com o objetivo de distribuir livros escolares a todos os estudantes matriculados nas escolas públicas e comunitárias do País, garantindo a qualidade pedagógica e física do livro e sua reutilização, pelo menos, nos três anos subsequentes à sua aquisição. Objetivo ainda, do Programa, a participação do professor nas ações de análise, seleção e indicação dos títulos e a oferta de parâmetros definidores de sua qualidade, como guia à sua aquisição. Muitos obstáculos foram vencidos para o alcance desses objetivos, destacando-se a correção procedida no percurso do caminho do livro até chegar às mãos dos alunos. (FNDE, 1994)

Até o ano de 1994 não haviam, ainda, sido definidos quais seriam os parâmetros de qualidade dos livros didáticos adquiridos pelo PNLD.

> Para avaliar, pois, a produção utilizada pelos professores de todo Brasil foram estabelecidos critérios que focalizam tanto os aspectos da produção física do livro, como os aspectos relativos à formulação metodológica, à atualização e acerto da informação científica, concebidos em um projeto gráfico que incorpore as diversas linguagens da era da imagem, em que vivemos. (FNDE, 1994)

Conforme dados levantados por Von Zuben, Araújo e Costa, foi somente a partir do ano de 1996 que o Ministério da Educação (MEC) passou a realizar a avaliação de livros didáticos.

> Na década de 1980 é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) com o objetivo de examinar os problemas existentes nos livros didáticos. A partir da criação da FAE os professores passam a participar da escolha dos livros. Com o aumento desta participação começa a surgir o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que se consolida apenas em 1993. Em 1996, tem início a avaliação dos livros didáticos no Brasil. No mesmo ano é realizada a primeira avaliação dos livros Didáticos no Brasil, sendo avaliados livros de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Geografia e História. (VON ZUBEN; ARAÚJO; COSTA, 2013, p. 158)

A FAE foi extinta em 1997, tendo as suas competências sido transferidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atualmente, as avaliações dos livros didáticos do PNLD são realizadas através de uma pesquisa a nível nacional que envolve a comunidade escolar e por intermédio de docentes que, após seleção adequada, compõem o Banco de Avaliadores do PNLD. A fim de compreender como as escolas, os docentes e as redes de ensino têm utilizado as obras do PNLD, a pesquisa incide sobre os aspetos pedagógicos e a utilização dos livros na rotina escolar, bem como sobre a forma como os diretores e os professores percebem esta ferramenta educacional no seu quotidiano letivo (FNDE, 2024).

Os livros por componente curricular que eram adquiridos pelo PNLD contemplavam, desde sua instituição, diversas disciplinas. O *Manual para indicação de Livro Didático* do PNLD 1988, por exemplo, relacionou obras a adquirir para o ensino de Português, Matemática, História, Ciências, Geografia, Francês e Inglês.

Quanto ao ensino de Filosofia, diante de suas já citadas “idas e vindas” do currículo do ensino básico brasileiro, a formulação de obras para seu ensino passou por consequente instabilidade. A aprovação da Lei nº 11.684/2008, que modificou o Artigo 36 da Lei nº 9.394/1996, obrigando os Estados a incluírem a Filosofia como disciplina obrigatória nos currículos de Ensino Médio foi um fator que estimulou a produção de livros para o seu ensino.

Na área da Filosofia, os estudos sobre livros didáticos estão ainda no início; sem uma avaliação adequada dos livros didáticos, as escolas correm o risco de adotar livros

que não se apresentem como instrumentos eficazes de ensino (VON ZUBEN; ARAÚJO; COSTA, 2013, p. 159).

Com a volta da Filosofia às escolas como disciplina obrigatória no Ensino Médio a partir da aprovação da Lei nº 11.684/2008, as editoras começaram a produzir livros didáticos que puderam ser objeto de avaliação a partir do ano de 2011, tendo o FNDE lançado, neste mesmo ano, o *Guia de livros didáticos PNLD 2012 – Filosofia,* que visava orientar a escolha pelos professores da rede pública de ensino dos livros de Filosofia para o Ensino Médio. Este guia trouxe resenhas de três clássicos em Filosofia que foram aprovados para o PNLD daquele ano: *Filosofando – Introdução à Filosofia*, de Maria Helena Pires e Martins Maria Lúcia de Arruda Aranha (Editora Moderna); *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (Editora Saraiva); e *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí (Editora Ática). Na definição de princípios e critérios de avaliação o guia trouxe, entre as mais diversas orientações, a seguinte:

> Sabe-se que não há um livro didático perfeito. Os que aqui se apresentam não são os melhores livros didáticos de Filosofia, em sentido absoluto, e sim aqueles que, a partir do processo avaliativo acima descrito, resultaram como aqueles que melhor se ajustam aos critérios de avaliação utilizados no PNLD 2012. (FNDE, 2011, p. 13)

No ano de 2014 o FNDE fez o lançamento do *Guia de livros didáticos PNLD 2015 – Filosofia*, contemplando, além das três obras já aprovadas no PNLD anterior, mais duas: *Filosofia: Experiência do Pensamento*, de Sílvio Gallo (Editora Scipione) e *Filosofia: Por uma Inteligência da Complexidade*, de Celito Meier (Pax Editora). Na elaboração do Balanço e das perspectivas para este PNLD, o guia trouxe a seguinte síntese:

> A ampliação do número de obras aprovadas proporciona um leque mais amplo e diversificado de escolha. As resenhas – assim o esperamos – irão mostrar os perfis bastante diferentes dessas obras, suas qualidades e suas limitações e, nesse sentido, permitir que, refletindo sobre os modos específicos de sua própria prática docente e as indicações do projeto político-pedagógico de sua escola, você possa escolher o livro que melhor se ajuste às suas necessidades e preferências didáticas. Por fim, ressaltamos que a equipe de avaliação não julga oferecer, com essa seleção, livros didáticos perfeitos, mas aqueles que, sob o crivo do Edital de Convocação do PNLD 2015, revelaram melhor atender aos critérios ali estabelecidos. (FNDE, 2014, p. 18)

O PNLD seguinte (2018) contou com a elaboração do mesmo guia pelo FNDE. Oito obras foram aprovadas: *Filosofia e filosofias: existência e sentidos*, de Juvenal Savian Filho (Autêntica Editora); *Reflexões: Filosofia e cotidiano*, de José Antonio Vasconcelos (Edições SM); *Filosofia: temas e percursos*, vários autores – organizado por Vinícius de Figueiredo (Berlendis & Vertecchia Editores); *Diálogo: primeiros estudos em Filosofia*, de Ricardo Melani (Editora Moderna); *Filosofia: experiência de pensamento*, de Sílvio Gallo (Editora Scipione); *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (Editora Saraiva); *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí (Editora Ática); e *Filosofando: introdução à Filosofia*, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins (Editora Moderna). Este guia contou com a inovação do formato digital, onde no próprio site do FNDE era possível visualizar as resenhas completas das obras, a visão geral, a descrição e a análise das mesmas, além de indicações para utilização em sala de aula. Foi a edição do PNLD que aprovou mais obras e a última a contar com livros específicos por área do conhecimento.

A aprovação da Lei nº 13.415/2017 trouxe, dentre muitas novidades, a obrigatoriedade da BNCC do Ensino Médio. Neste sentido, o PNLD 2021 seria profundamente afetado: ancorado na BNCC, passou a contemplar obras por grandes áreas, inserindo a Filosofia nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Diante de tais modificações, a presente pesquisa não estará circunscrita à análise de livros de Filosofia, uma vez que os mesmos foram extintos no PNLD em questão.

A partir deste capítulo, destinado a um universo de observação dos materiais, se analisará e se avaliará a produção de livros didáticos destinados ao Ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no âmbito do PNLD 2021, com foco de análise específico, em tais livros, para os conteúdos de Filosofia. Tendo ciência de que este campo de análise, por si só, já é complexo, tal trabalho levará em consideração as mudanças legislativas recentes que foram apontadas no primeiro capítulo, as quais impactaram diretamente as políticas públicas de distribuição de livros didáticos no Brasil. O Edital do PNLD 2021 de Ensino Médio será considerado no sentido de observar o que foi determinado e o que foi executado pelas editoras.

Tal Edital estabeleceu que as obras que seriam adquiridas estariam divididas em cinco objetos[12]: **Objeto 1:** Obras Didáticas de Projetos Integradores e Projeto de Vida; **Objeto 2:** Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio; **Objeto 3**: Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio; **Objeto 4**: Recursos Digitais; e **Objeto 5**: Obras Literárias.

No que se refere às **Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio (Objeto 1)**, o item 2.2.2 do Edital do PNLD 2021 determinou que poderiam ser inscritas obras de **Projetos Integradores** para cada área do conhecimento e obras de **Projeto de Vida**, contendo cada uma delas Livro do Estudante em versão impressa, Manual do Professor em versão impressa e Material Digital do Professor, assim dispostas: Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias; Projetos Integradores da área de Matemática e suas Tecnologias; Projetos Integradores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Projetos Integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Projeto de Vida.

A obra didática de Projetos Integradores deveria conter seis projetos para cada área do conhecimento, contendo os seguintes temas integradores: 1) STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática); 2) Protagonismo Juvenil; 3) Midiaeducação; e 4) Mediação de Conflitos, sendo que os temas 5 e 6 seriam de livre escolha de um dos temas anteriores e respectivo grupo de competências correlatas ou tema novo, enfocando obrigatoriamente três competências gerais, sendo uma delas necessariamente a competência de número de 7 (argumentação) da BNCC.

Sobre as **Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio (Objeto 2)**, o Edital determinou que seriam avaliadas obras didáticas por área do conhecimento organizadas, no item 2.3.1.1, da seguinte forma: **Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias;** e **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, cada qual contendo seis volumes com 160

[12] O detalhamento dos cinco Objetos do Edital do PNLD 2021 de Ensino Médio pode ser verificado diretamente no Edital, cuja versão consolidada foi disponibilizada no link: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em 02 out. 2024.

páginas cada, composta por Livro do Estudante impresso, Manual do Professor impresso e Material Digital do Professor. A área de Linguagens e suas Tecnologias deveria ser composta, também, por Material Digital do Estudante e Material Digital do Professor, contendo uma coletânea de áudios cada. O item 2.3.2.1 incluiu, também, **Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio**: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática, que deveriam ser compostas por: Livro do Estudante impresso, Material Digital do Estudante (somente para Língua Inglesa), Manual do Professor impresso e Material Digital do Professor.

Quanto às **Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio (Objeto 3)**, estas foram delimitadas no item 2.4.1 do Edital da seguinte maneira: **Equipe gestora** (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, chefes de secretaria etc.); **Língua Portuguesa, Inglês, Educação Física, Música, Teatro, Dança, Artes Visuais** (Linguagens e suas tecnologias); **Matemática** (Matemática e suas Tecnologias, com enfoque em pensamento computacional); **Biologia, Física e Química** (Ciências da Natureza e suas Tecnologias); e **Filosofia, Geografia, História, Sociologia** (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), compostas por Livro de Formação impresso com o máximo de 200 páginas cada volume, incluindo um videotutorial por volume.

As **Obras de Recursos Digitais (Objeto 4)** foram discriminadas no item 2.5.1 do Edital, as quais seriam compostas por **videoaulas** e **itens de avaliação resolvidos e comentados por área do conhecimento, instrumentos e temas** (Linguagens e suas Tecnologias; Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática); Protagonismo Juvenil; Mídiaeducação e Mediação de Conflitos) e **Propostas de instrumentos pedagógicos** (Planos de desenvolvimento bimestral/trimestral/semestral/anual; Sequências Didáticas; Relatórios e Indicadores do Acompanhamento da Aprendizagem).

As **Obras Literárias (Objeto 5)**, em língua portuguesa ou inglesa, discriminadas no item 2.6.1. do Edital, deveriam ser compostas por Livro do Estudante impresso, Material Digital do Estudante (um videotutorial), Manual do Professor impresso e Material Digital do Professor (três videotutoriais), podendo contemplar os

seguintes temas consonantes à BNCC (itens 2.6.7 e 2.6.8 do Edital): **Projetos de vida**; **Inquietações da juventude; Os jovens no mundo do trabalho; A vulnerabilidade dos jovens; Cultura digital no cotidiano dos jovens; *Bullying* e respeito à diferença; Protagonismo juvenil; Cidadania; Diálogos com a Sociologia e com a Antropologia; Ficção, mistério e fantasia** ou **outros temas devidamente justificados**, como automação, mudanças climáticas, movimentos migratórios etc.

Como já delimitado na metodologia, o recorte desta pesquisa circunscreve-se ao Objeto 2. Das quatorze coleções aprovadas e postas em circulação no PNLD 2021 de Ensino Médio – Objeto 2, configura-se como objetivo deste capítulo a análise de apenas duas: a Coleção Multiversos, da Editora FTD, e a Coleção Moderna Plus, da Editora Moderna.

A pesquisa nas bases do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre qual teria sido a coleção a alcançar maior distribuição nas escolas – dado o número de tiragens e o valor negociado por título impresso – apontou estas duas coleções como sendo as primeiras colocadas (FNDE, 2023).

No presente capítulo, portanto, constarão as reflexões e análises sobre as abordagens do Edital do PNLD 2021 e o que as editoras apresentaram como material final. Tal documento estabeleceu que as editoras elaborassem materiais que cooperassem para a implementação do Novo Ensino Médio em todo o país, em consonância com as mudanças estabelecidas na Lei nº 13.415/2017 e com a BNCC. As obras aprovadas deveriam focar no desenvolvimento de competências, na educação integral e na interdisciplinaridade conforme as áreas de conhecimento.

## 2.1– Análise e avaliação de livros didáticos no ensino de Filosofia

A análise dos volumes das coleções Multiversos e Moderna Plus será realizada de forma a apontar as reflexões obtidas, com o objetivo de verificar o impacto das alterações legislativas que levaram à elaboração dos mesmos e, levando em consideração, em tais análises, as recomendações do suplemento Manual do Professor.

No que tange às duas coleções que serão objeto de análise cabe destacar em caráter preliminar dois fatores, sendo o primeiro: a **abordagem temática** estabelecida como espinha dorsal das obras; e, o segundo fator: a **ausência de conhecimentos relacionados com a Estética e com a Lógica** na elaboração das abordagens temáticas. Adiante, melhor detalharemos estes dois fatores.

A **abordagem temática** foi priorizada na elaboração dos capítulos das coleções analisadas, contando com a adoção de metodologias ativas para mobilizar os conteúdos e temas abordados. Os conteúdos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia foram diluídos nos capítulos, conforme a disposição da BNCC em orientá-los para a área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Percebe-se, nos suplementos destinados ao professor, que alguns capítulos ou conteúdos foram orientados para o trabalho específico por um dos professores destes quatro saberes, enquanto outros receberam orientação de trabalho conjunta, o que pode constituir um desafio de planejamento de aula para tais docentes.

As coleções **não priorizaram conhecimentos de Estética e de Lógica** na elaboração dos materiais, muito provavelmente porque as seis competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas discriminadas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 570) não mobilizam tais conhecimentos para a aquisição das competências específicas e das habilidades desta área. Conforme bem notou o professor Nascimento (2023, p. 136), os conhecimentos de Ética e de Filosofia Política ganharam mais espaço nas coleções aprovadas para o PNLD 2021, permitindo abordagens mais enfáticas relacionadas com temáticas tais como: Estado, poder, democracia, totalitarismo e cidadania. Houve também, nestas obras, espaço para temas que tem mobilizado o debate filosófico mais recente.

> Alguns temas emergentes no debate filosófico atual aparecem em alguns livros, por exemplo: bioética, ética ambiental, questões de gênero, feminismo, mundo do trabalho, redes sociais, decolonialismo e pós-verdade. É notória também a preocupação, por parte de algumas obras, em citar filósofas e/ou filósofos/as de outros continentes que não seja o europeu, como a África, a América do Sul e a Ásia. (NASCIMENTO, 2023, p. 136)

Mobilizar a Filosofia a fim de pensar nas questões atuais do debate filosófico, como assinalado acima, implica reconhecer a relevância de problemas e desafios do tempo presente, evitando restringi-la às questões canônicas. Questões tais como as desigualdades e o racismo estrutural, jamais superadas em todo o mundo, estão intimamente implicadas, assim como destacaram Ferreira e Ferreira:

> Fruto da desigualdade em vários níveis, o racismo se põe, portanto, como uma ferida social que precisa ser curada mediante a problematização do *status quo* e instauração de uma educação para a diversidade. A cada vez que a escola e a sociedade silenciam/mascaram a existência do racismo, muito mais eloquente se faz a violência produzida pela não aceitação das diferenças, que por isso, se tornam desigualdades. (FERREIRA e FERREIRA, 2021, p. 3)

É possível concordar com os pesquisadores, no sentido de que uma educação para a diversidade se faz necessária. Logo, esta pesquisa colocará em perspectiva, também, a busca pela localização da pluralidade de Filosofias, que não somente as europeias, na elaboração dos livros, uma vez que, para desarticular o eurocentrismo, é necessário tomar conhecimento de outras matrizes de pensamento.

> Na construção de novos processos "indagativos", é possível estabelecer uma (re)leitura da formação/configuração do conhecimento ocidental e, por conseguinte, da própria cultura brasileira. Cabe destacar que os parâmetros teórico-metodológicos que embasam o estabelecimento do saber científico no Brasil se ordenam pelo viés do pensamento europeu. Daí torna-se ímpar desvelar nos discursos hegemônicos do pensamento filosófico cuja matriz epistemológica é direcionada pelo viés eurocêntrico, o caráter excludente e discriminador dessa abordagem frente aos conhecimentos de outras matrizes. (FERREIRA e FERREIRA, 2021, p. 6)

Considerar outras matrizes de pensamento que não exclusivamente aquelas que integram a tradição canônica europeia abre um horizonte de perspectivas que possibilita a inclusão de outras matrizes de pensamento, inclusive a brasileira. Seria interessante

verificar como as editoras teriam incluído formulações filosóficas elaboradas por brasileiros e brasileiras. Ora, sabe-se que no Brasil existem – e existiram – filósofos e filósofas que obtiveram o devido reconhecimento social e acadêmico, tais como Marilena Chauí, Djamila Ribeiro, Ailton Krenak, Silvio Gallo, Miguel Reale, Raimundo de Farias Brito e outros nomes que deixaram suas marcas na intelectualidade brasileira. Seria possível encontrar tais pensadores nos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2021?

Pensar na possibilidade de uma matriz epistemológica não eurocêntrica levou à possibilidade de localizar, nas obras que integram o *corpus* desta pesquisa, as formulações filosóficas porventura presentes que demonstrassem um filosofar partindo do Brasil. E, deste modo, valorizar os esforços de pensamentos elaborados por pessoas que pensam *a partir de um modo de ser brasileiro*, assim como assinalou Raquel Sturza:

> O filosofar desde o Brasil seria o resultado do esforço de brasileiros para enfrentar as grandes questões consagradas pela tradição filosófica, ou ainda melhor, a partir de um modo de ser brasileiro. (STURZA, 2023, p. 58)

A ideia de pensar a partir de um modo de ser brasileiro é originária dos escritos do professor Júlio Cabrera, que no ano de 2010 publicou o livro *Diário de um filósofo no Brasil*, o qual teve sua segunda edição em 2013. Inquieto com a afirmação de que no Brasil não haveria filósofos, o professor procurou investigar três fatores: o que é "Filosofia", o que é o "Brasil" e o que significaria "não haver". Para Cabrera, ao pensar no Brasil ou *desde o Brasil*, um filósofo não faz Filosofia brasileira. Faz Filosofia.

> Vou admitir que se um filósofo pensa no Brasil ou (como direi) desde o Brasil, ele não fará “Filosofia brasileira”, mas pura e simplesmente “Filosofia”. Embora esse filósofo faça uma atividade que denunciará as suas origens de alguma maneira (em grande medida), não proposital, como é nórdico o pensamento de Kierkegaard, britânico o pensamento de Locke, norte-americano o pensamento de Dewey, brasileiro o pensamento de Farias Brito e argentino o pensamento de Domingo F. Sarmiento. (CABRERA, 2013, p. 28)

Cabrera considera a possibilidade de ruptura com o academicismo que engessa e impõe limites à atividade filosófica. Para ele, é possível elaborar um pensamento original, alternativo, que vai muito além de produzir História da Filosofia ou de comentar obras já existentes.

> Não é estranho que "não existam filósofos no Brasil" quando a frase é dita a partir de um modelo que sistematicamente os exclui e não permite visualizar ou ridiculariza aqueles que ainda tentam sê-lo. Creio que à medida que esse modelo for afrouxando suas restrições mais autoritárias, os filósofos irão, como por milagre, aparecendo, não digo "grandes filósofos" (seja isso o que for), mas filósofos como sempre existiram, pensadores na estrita medida de seu próprio ousar reflexivo e de suas forças de comprometimento e talento especulativo e expressivo. (CABRERA, 2013, p. 71)

Considerando as variáveis debatidas até aqui, foi necessário que se estabelecessem parâmetros metodológicos que viabilizassem a pesquisa para a dissertação. Com base em quais categorias seria feito o trabalho de análise das coleções?

Para o trabalho de análise foram desenvolvidas quatro categorias: *presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas* e *Filosofias brasileiras*. Tais categorias, já especificadas na metodologia desta pesquisa, se farão presentes na análise e na avaliação das coleções como um todo.

Torna-se relevante destacar, mais uma vez, que o PNLD por áreas do conhecimento, à semelhança do que ocorreu em 2021, será descontinuado. O novo Edital do PNLD do Ensino Médio volta a contemplar os livros didáticos por componente curricular, ainda que os atrelando às grandes áreas (PEREIRA, 2024, p. 235).

Entretanto, a análise e a avaliação das coleções do PNLD 2021 – ainda que num horizonte de descontinuidade – têm certamente o seu lugar de relevância, porque, por intermédio deste esforço de pesquisa, é possível antever possibilidades e limitações para se manter o ensino de Filosofia, tendo em conta a existência de entraves como os propostos pela BNCC.

### 2.1.1 – Coleção Multiversos Ciências Humanas

A Coleção Multiversos Ciências Humanas, da Editora FTD, foi elaborada no ano de 2020 com a finalidade de atender à implementação do Novo Ensino Médio, bem como integrar o Programa Nacional do Livro Didático de 2021, para o qual obteve aprovação. Consta nas bases do FNDE que esta foi a coleção que alcançou maior distribuição nas escolas – dado o número de tiragens e o valor negociado por título impresso – conforme tabela do anexo 1.

Em síntese, os avaliadores e os pareceristas que participaram do processo de avaliação dos títulos submetidos em atendimento ao Edital do PNLD 2021 – Objeto 2 aprovaram a obra, uma vez que atendeu aos critérios e requisitos estabelecidos.

Destacaram os avaliadores e pareceristas que houve tratamento parcial no que se refere às noções ligadas à lógica e à argumentação – capacidades relevantes para análises mais profundas sobre digressões, generalizações e carência de dados – e, fazendo a ressalva de que foram "formuladas diversas atividades que têm potencial para mobilizar o desenvolvimento e a aquisição da habilidade argumentativa", proporcionando a oportunidade de os alunos se posicionarem sobre variados assuntos relacionados às culturas juvenis.

A carência das abordagens de lógica parece ser contornada pela equipe de avaliadores do PNLD quando incentivam ao docente que lance mão de seus próprios conhecimentos neste campo:

> Para isso, você também pode contar com seus próprios conhecimentos de Lógica, ensinando técnicas que habilitem os (as) seus estudantes para o reconhecimento de fragilidades argumentativas, digressões e falácias, tão bem contempladas pela Filosofia. (PNLD, 2021, p. 80)

No corpo de autores estão os seguintes nomes: Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão e Laercio Furquim Júnior, sendo que o primeiro deles, Boulos, possui vasta experiência nesta mesma editora com didáticos de História e os demais são experientes em Geografia. Embora a coleção promova uma discussão – no Manual do Professor – quanto ao não apagamento das disciplinas apesar da interdisciplinaridade, cabe

contrapor as ausências no corpo editorial de autores com formação em Filosofia e em Sociologia.

Em defesa da BNCC, o corpo editorial afirma que foi promovido o agrupamento de componentes curriculares em áreas mais abrangentes, a fim de que o conhecimento não seja concebido de maneira "fragmentada e dividida". De acordo com este posicionamento, agrupar os conhecimentos não anula as disciplinas, mas fortalece sua integração. Tal argumentação segue a BNCC no que concerne às disciplinas, que interpreta o Parecer CNE/CP 11/2009 do MEC.

> Em vez de trabalhar os conhecimentos por disciplinas, os saberes são apresentados em áreas do conhecimento. Isso não significa a anulação das disciplinas, nem mesmo que houve diminuição no número de componentes curriculares que serão abordados no Novo Ensino Médio. (BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 170)

Ainda em acordo com a BNCC percebe-se, na elaboração da coleção, toda uma estratégia da equipe editorial – certamente no sentido de obter a aprovação dos avaliadores do PNLD – no sentido de relacionar os conteúdos dos volumes às competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, conforme pode-se verificar na tabela 2, apresentada a seguir:

Tabela 2: Competências específicas das CHSA na Coleção Multiversos

| Competências específicas CHSA | Títulos dos volumes |
|---|---|
| 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço |
| 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras |

| Competências específicas CHSA | Títulos dos volumes |
|---|---|
| 3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade |
| 4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade |
| 5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos |
| 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570) | Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania |

Fonte: elaboração do autor.

Quanto aos conteúdos de Filosofia, diluídos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos seis volumes, pode-se verificar a existência de capítulos por volume contendo abordagens filosóficas – alguns com temáticas específicas do campo, outros com conteúdos filosóficos diluídos em outros temas pertinentes às humanidades. Em conformidade ao já citado Edital, no Manual do Professor, disposto em cada volume, há indicações específicas para o trabalho do docente por área do conhecimento (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

Das referências bibliográficas do Manual do Professor, presentes na página 203 de cada um dos volumes, alguns títulos que contém abordagens filosóficas poderiam ser destacados, dentre eles: *Escola e a sociedade e a criança e o currículo*, publicado em 2002 sob a autoria de John Dewey, filósofo e pedagogo norte-americano, que desenvolveu uma Filosofia da Educação como inovação, centrada nas crianças; *Vigiar e punir: nascimento da prisão,* clássico de Michel Foucault, publicado originalmente em 1975, considerado revolucionário por modificar o pensar e o fazer política social no mundo ocidental; e *Filosofia da práxis*, de Adolfo Sánchez Vázquez, publicada

originalmente 1967, livro no qual o filósofo mexicano procura refletir sobre a obra de Marx a partir do conceito de práxis de maneira inovadora e antidogmática.

A coleção é composta por seis volumes autocontidos[13] e não sequenciais. Cada volume possui duas unidades, com três capítulos por unidade, organizados por meio de abordagem interdisciplinar, os quais tendem a priorizar a prática docente de metodologias ativas.

### 2.1.1.1 – Análise da coleção Multiversos Ciências Humanas

A coleção Multiversos Ciências Humanas, como já observado, foi aquela que maior distribuição alcançou nas escolas da educação básica brasileira. O motivo de haver sido esta a coleção preferida é desconhecido. Alguns fatores elencados na apresentação da mesma dão conta de elaborar algumas suposições; por exemplo no que tange ao atendimento dos critérios da BNCC: os editores demonstraram atenção aos mesmos, observando-os com acurácia. Tal fator teria influenciado na decisão final das escolas?

Os modos de se utilizar a Filosofia, nesta coleção, atendem às prerrogativas da BNCC: parecem constituir uma indumentária "útil" ao treinamento, às avaliações de larga escala aplicadas no Brasil, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desta forma, instrumentaliza-se a Filosofia nos conteúdos dos capítulos para a realização das mais diversas atividades interdisciplinares ao fim de cada capítulo. Talvez isso se dê pela ausência de profissionais com formação em Filosofia no corpo de autores – que são referência nas áreas de História e de Geografia – fator que certamente contribui para um bom volume de pedidos nas escolas.

A Filosofia e a Sociologia – lateralizadas, ofertadas em *perspectiva interdisciplinar* – exigem dos professores em campo estratégias didáticas diferenciadas para além do livro didático. A justificativa da existência de abordagens interdisciplinares mascara, certamente, a ausência de conteúdos específicos destes campos em toda a coleção.

---

[13] Conforme estipulado no Edital do PNLD 2021, item 2.3.1.4.2, os volumes não deveriam ser sequenciais: deveriam considerar o crescente em termos de complexidade pedagógica. Cada volume deveria ser autocontido no que se refere à progressão das abordagens das habilidades e das competências específicas, assim como da articulação com as competências gerais, com os temas contemporâneos e com as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC.

Outro fator que também ficou evidente foi o cuidado dos editores e autores da Coleção Multiversos no sentido de relacionar os conteúdos dos volumes às competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, algo também determinado pela BNCC. A presença da Filosofia se dá em função do atendimento a determinadas competências e habilidades predeterminadas no documento normativo, proveniente da BNCC e que norteia, também, o Edital do PNLD 2021.

> O conjunto dos seis volumes do livro do estudante deve abordar, de maneira equânime, todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento (com exceção de língua inglesa na área de linguagens e suas tecnologias). Ao se abordar as habilidades e as competências específicas, deve ser explicitada a devida articulação delas com as competências gerais, os temas contemporâneos e as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC. (FNDE, 2021, p. 5)

Ainda que a fragmentação dos conteúdos prejudique o conhecimento, os autores e editores certamente assim o fizeram porque o Edital do PNLD 2021 – elaborado em conformidade com a BNCC – assim o determinou. E as editoras – certamente almejando manter-se no páreo competitivo – sabiam que, não atendendo aos critérios dos editais, correriam o risco de terem suas obras reprovadas, conforme previsto nos critérios eliminatórios do Edital:

> Assim sendo, a avaliação das obras didáticas inscritas no PNLD 2021 se fará por meio de um conjunto de critérios eliminatórios comuns e de critérios eliminatórios específicos descritos neste Edital. A não observância de qualquer um desses critérios, detalhados a seguir, resultará em proposta incompatível com os objetivos estabelecidos para o Ensino Médio, o que justificará, *ipso facto*, sua reprovação do PNLD 2021. (FNDE, 2021, p. 50)

Cabe, em síntese, destacar que a coleção Multiversos é uma das que mais considerou e observou os critérios estabelecidos em Edital. Se isso foi determinante para seu sucesso de distribuição em território nacional, não há maneira de descobrir. Contudo, esta poderia ser considerada uma suposição válida.

Os subitens adiante darão conta de explicitar as análises desta coleção conforme as quatro categorias estabelecidas na metodologia desta dissertação: *presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas* e *Filosofias brasileiras*.

2.1.1.1.1 – Multiversos Ciências Humanas: presença precária da Filosofia

Nos seis volumes da Coleção Multiversos fica evidente a presença precária da Filosofia. Dada falta de especificidade da disciplina e seu aparecimento sob o vago formato de "estudos e práticas", suas abordagens acabam sendo elaboradas para o atendimento das competências e habilidades da BNCC, reduzindo as possibilidades e os direitos de aprendizagem dos estudantes.

O volume que trata de *Ética, cultura e direitos* é aquele que mais apresenta oportunidades para o ensino de Filosofia, ainda que as recomendações do Manual do Professor se façam em conjunto com as demais áreas das CHSA não somente neste volume, mas na coleção como um todo. Nos demais volumes pode-se observar, em média, dois capítulos em que a Filosofia se faça de algum modo presente, ainda que precário. Nas atividades e projetos, em todos os volumes, observa-se recomendações de trabalho em conjunto com todos os professores: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Um exemplo de inclusão precária – dentre diversos outros que aqui poderiam ser elencados – ocorre no tópico relacionado com Ética e saúde (no volume *Ética, cultura e direitos*, páginas 143 e 144). Nesta ocorrência verifica-se que o pensamento dos filósofos Francis Wolff e André Comte-Sponville poderia ter sido melhor aprofundado, uma vez que eles são citados como pensadores que debateram dilemas éticos causados pelas mudanças no campo social e tecnológico. A mesma situação ocorre na página 145, neste mesmo volume, onde é citado o pensador sueco Nick Bostrom no contexto do transumanismo. As obras destes intelectuais sequer estão citadas no livro do estudante.

Outro exemplo de inclusão precária da Filosofia se dá no volume intitulado *populações, territórios e fronteiras*, no qual é possível observar que nos capítulos cinco e seis, que teriam oportunizado temáticas voltadas também para a Filosofia, foi priorizada a abordagem sob o viés da Geografia, da História e da Sociologia. O capítulo cinco trata de migrações, nacionalismos e conflitos; o capítulo seis, da sociedade

brasileira. A oportunidade para o ensino de Filosofia, nestes dois capítulos, se restringe apenas à seção *Leitura de Imagem* (páginas 129 e 149). Não há nenhuma exposição de formulações elaboradas por filósofos ou filósofas que possa cooperar para as reflexões que permeiam tais capítulos.

Os exemplos de inclusão precária acima destacados ocorrem em múltiplas ocasiões e volumes desta coleção. Parece que os autores priorizaram, em muitos casos, abordar temáticas utilizando a Filosofia ou citando alguns filósofos sem aprofundar suas teorias ou não oferecendo ao aluno a materialidade do pensamento dos teóricos escolhidos. Muitas abordagens carecem de aprofundamento e de melhor explicitação de referências das obras produzidas por estes.

A tabela 3 foi elaborada para oferecer um panorama geral de inclusões precárias da Filosofia em toda a coleção. Foram listadas as ocorrências onde a Filosofia foi incluída de forma superficial ou subalterna nos capítulos que integram os seis volumes.

Tabela 3: Inclusões precárias da Filosofia na Coleção Multiversos

| Ocorrências | Volumes |
|---|---|
| ✓ ***Capítulo 1:*** Introduz o fenômeno da globalização em uma perspectiva interdisciplinar sem alusões específicas à Filosofia;<br>✓ ***Capítulo 2:*** Aprofunda o conceito de globalização, incluindo apenas, em perspectiva interdisciplinar, uma atividade em grupo sobre os pensadores da globalização;<br>✓ ***Capítulo 5:*** Trata da formação do território da América espanhola e chega a abordar as Filosofias mexica, *teotl* e andina, bem como a Filosofia grega como contextualização. Mas, tais abordagens não são recomendadas para serem trabalhadas de forma exclusiva pelos professores de Filosofia. | Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço |
| ✓ ***Capítulo 2:*** Aborda a resistência à dominação, incluindo apenas, em perspectiva interdisciplinar, duas atividades conjuntas com os três demais professores das outras áreas: uma roda de conversa sobre o Imperialismo do século XIX e uma discussão sobre o conceito de Malthusianismo;<br>✓ ***Capítulo 5:*** Trata de migrações, nacionalismos e conflitos e sugere, como única atividade relacionada à Filosofia, a seção Leitura de Imagem (página 129) na qual se utiliza a obra *Law of the journey* (Lei da jornada) destinada a reflexões interdisciplinares;<br>✓ ***Capítulo 6:*** Trata da sociedade brasileira e sugere uma única atividade relacionada à Filosofia: reflexões interdisciplinares sobre a pintura *Os Retirantes* (Leitura de Imagem, página 149). | Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras |

| Ocorrências | Volumes |
|---|---|
| ✓ ***Capítulo 3:*** Trata da água, referindo-se a Tales de Mileto sem qualquer aprofundamento de suas ideias, o que faz a exposição de seu pensamento assemelhar-se a uma narrativa mítica. | Multiversos Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade |
| ✓ ***Capítulo 2:*** Aborda as relações de trabalho no espaço e no tempo. A inclusão precária se faz na ausência de tratamento filosófico para as noções de liberdade, de escravidão e de reconhecimento;<br>✓ ***Capítulo 3:*** Tematiza trabalho e pensamento econômico. Embora haja indicação, no Manual do Professor, de docente com formação em Filosofia, no livro do estudante não existe tratamento nem referencial filosófico para as temáticas relacionadas com capital e trabalho, liberalismo e neoliberalismo;<br>✓ ***Capítulo 4:*** Fala do trabalho e dos indicadores sociais e de desigualdades sem considerar abordagens tais como a da Filosofia da Tecnologia no contexto do capitalismo. | Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade |
| ✓ ***Capítulo 1:*** A Ética da Idade Média ao Renascimento – as éticas Ubuntu e indígena, ainda que abordadas, foram consideradas num contexto de "antiguidade";<br>✓ ***Capítulo 5:*** A violência – no que compete à Filosofia, houve recomendação de abordagem interdisciplinar, porém não há neste capítulo aprofundamento e referencial teórico pertinente;<br>✓ ***Capítulo 6:*** Os impasses éticos atuais – o pensamento dos filósofos Francis Wolff, André Comte-Sponville, Nick Bostrom e Hans Jonas foi citado, mas não aprofundado; suas obras não foram referenciadas. | Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos |
| ✓ ***Capítulo 1:*** Trata dos indígenas e afrodescendentes no Brasil. Tal capítulo teria certamente oportunizado abordagens de filosofias não-ocidentais e o pensamento decolonial, porém foram priorizadas abordagens históricas, geográficas e antropológicas;<br>✓ ***Capítulo 3:*** Sobre as experiências autoritárias do século XX na América Latina. Cabe registrar a ausência de contribuições para pensar a América Latina, tais como as formuladas por Lélia Gonzalez e Enrique Dussell. | Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania |

Fonte: elaboração do autor.

Não se poderia deixar de assinalar que a prioridade de conteúdos e temáticas – verificadas na coleção como um todo – se dá para as áreas de História e Geografia. A Sociologia e a Filosofia, diminuídas, parecem funcionar a reboque destas outras duas.

2.1.1.1.2 – Multiversos Ciências Humanas: mulheres filósofas

Os seis volumes da Coleção Multiversos apresentam em geral – porém não equânime se comparada aos filósofos homens – alguma presença de mulheres filósofas, como determina o Edital do PNLD 2021. As obras, para serem aprovadas, deveriam abster-se de estereótipos ou preconceitos de diversas condições, inclusive as de gênero. (FNDE, 2021, p. 52)

É possível afirmar que a legislação educacional brasileira reconhece a importância da mulher e combate o preconceito de gênero, muito embora o Edital do PNLD 2021 não tenha estabelecido que a representatividade feminina nas obras deveria seguir a um referencial quantitativo em relação ao masculino. Tal Edital estabeleceu a obrigatoriedade de se promover positivamente a imagem feminina, mas não estabeleceu parâmetros, nem ao menos se deveria a representatividade das mulheres ser equânime ou equitativa em relação à dos homens: neste quesito, lamentavelmente o Edital deixou lacunas, brechas interpretativas.

Cabe, no entanto, uma ressalva quanto ao Objeto 5: Obras Literárias (que não é objeto desta dissertação), no qual o texto do Edital foi um pouco mais específico: tais obras deveriam proporcionar o amplo contato dos estudantes do Ensino Médio com diferentes gêneros, estilos, autores e autoras contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, latino-americanos, africanos e de outros países. As obras aprovadas deveriam

> representar múltiplas variedades da língua portuguesa e diversidade no que tange à autoria e ao contexto de produção (expressiva quantidade de autoras mulheres, bem como de africanos/as, afro-brasileiros/as e indígenas). (FNDE, 2021, p. 94)

A citação destacada acima traz a obrigatoriedade de que haja expressiva quantidade de autoras mulheres nas obras, o que provoca uma lacuna interpretativa em relação ao Objeto 2, que não traz em seu texto nada que se refira a um quantitativo expressivo relacionado a autoras mulheres: fala-se em “promover positivamente a imagem da mulher (...) ao longo da obra” (FNDE, 2021, p. 52). Parece que o quantitativo fica a encargo interpretativo das editoras e/ou dos avaliadores do PNLD.

A tabela 4 foi elaborada com a finalidade de oferecer um panorama geral de inclusões de mulheres filósofas em toda a coleção, sem determinar, contudo, a qualidade de tais inclusões. A tabela demonstra as ocorrências de filósofas por volume, suas obras e em qual contexto foram elas abordadas.

Tabela 4: Mulheres filósofas na Coleção Multiversos

| Filósofa | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço** | | | |
| Maria Lúcia de Arruda Aranha | Maquiavel: a lógica da força | Teoria Política na época Moderna | 71 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras** | | | |
| Grada Kilomba | Enquanto Escrevo | Alteridade e escrita de si | 84-85 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade** | | | |
| Sem ocorrências | - | - | - |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade** | | | |
| Hannah Arendt | A condição humana | Trabalho | 157 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos** | | | |
| Maria Luiza Quaresma Tonelli | Ética e política: qual liberdade? | Tragédia e Filosofia moral | 30; 160 |
| Olympe de Gouges | Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã | Direitos das mulheres | 65; 81 |
| Simone de Beauvoir | O Segundo Sexo | Feminismo | 66-67; 232 |
| Márcia Tiburi | Feminismo em comum: para todas, todes e todos | Patriarcado | 69; 160; 234 |
| Sueli Carneiro | Você sabe o que é discriminação racial? | Racismo | 83-84 |
| Ruth Bleier | *Science and Gender: A Critique of Biology and Its Theories on Women* | Patriarcado | 233-234 |
| Audre Lorde | Conferência da Associação Nacional dos Estudos sobre Mulheres | Feminismo negro | 233 |
| Adriana Varejão, et. al | Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais | Pensamento feminista, decolonialismo | 234 |
| Djamila Ribeiro | Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 264 |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil | Racismo | 264 |
| Chimamanda Ngozi Adichie | O perigo de uma história única | Criação de estereótipos e verdades absolutas | 272 |

| Filósofa | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania** | | | |
| Angela Davis | Não citada | Movimento negro e resistência democrática nos EUA | 32 |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; Escritos de uma vida | Racismo | 37; 216-217 |
| Djamila Ribeiro | O que é Lugar de fala?; Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 37; 217 |
| Elizângela Cardoso de Araújo Silva | Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira | Política indigenista | 40-41 |
| Ana Carolina Luz | As raízes coloniais do autoritarismo | Colonialidade do poder | 73-74 |
| Hannah Arendt | A condição humana | Mediações políticas da ONU | 102-103; 158; 257 |
| Silvia Federici | O ponto zero da revolução | Capitalismo e trabalho feminino | 257 |
| Karen Armstrong | É muito fácil dizer que é religião, mas o terrorismo é sempre político | Terrorismo | 268 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.1.1.3 – Multiversos Ciências Humanas: Filosofias não-eurocentradas

O texto da Base Nacional Comum Curricular traz, no bojo do quadro de competências específicas e habilidades, subsídios para desarticular perspectivas eurocêntricas e valorizar culturas locais.

A Competência Específica 1 trata da análise de processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos (BRASIL, 2018, p. 570). Tal Competência visa, dentre outros objetivos, à discussão crítica de circunstâncias históricas que favoreceram matrizes conceituais dicotômicas, tais como modernidade/atraso, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, etc. (BRASIL, 2018, p. 571). A Competência Específica 1 inclui a habilidade EM13CHS102, que determina:

> (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. (BRASIL, 2018, p. 572)

Já a Competência Específica 5, que busca identificar e combater injustiças, preconceitos e violências expressas nas mais diversas formas, através da adoção de princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e, em respeito aos Direitos Humanos (BRASIL, 2018, p. 570) explicita que o exercício da reflexão preside a construção do pensamento filosófico e pode fazer com que os jovens compreendam os fundamentos da Ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos (BRASIL, 2018, p. 577). Nesta direção, cabe destacar as habilidades EM13CHS501 e EM13CHS502, cujo texto determina:

> (EM13CHS501) Analisar os fundamentos da Ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
>
> (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. (BRASIL, 2018, p. 577)

Como definir, estabelecer um quantitativo justo de Filosofias, ao longo da obra, que incluam referenciais não somente europeus? Uma vez que o Edital versa, na alínea "f" do critério eliminatório comum 2.1.2 (FNDE, 2021, p. 52), sobre incluir ao longo da obra a cultura e a História afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, nova lacuna interpretativa se interpõe.

A percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural é certamente uma atitude que pode cooperar na desarticulação do eurocentrismo no ensino de Filosofia. Conforme Ferreira e Ferreira, uma mudança radical na forma de conceber a questão da diversidade étnico-racial no Brasil e no mundo se faz necessária.

> emerge o debate acerca da colonialidade do poder e o eurocentrismo que se instituem enquanto elementos constitutivos da formação da sociedade em suas diversas construções e elaborações, principalmente nos países da América Latina e da África. (FERREIRA e FERREIRA, 2021, p. 26)

O que os editores entenderam, qual interpretação fizeram em relação a este quesito? Uma visita à coleção poderia responder tal questionamento. Verifica-se, no volume que trata de *Populações, territórios e fronteiras*, na página 45, um esforço para procurar enxergar outras visões de mundo que não pela perspectiva do eurocentrismo.

> Durante muito tempo, a África foi vista, descrita e analisada de uma perspectiva europeia. A história africana era um apêndice da história da Europa, e só aparecia em capítulos como Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, ou Imperialismo europeu na África e na Ásia no século XIX. Assim, tanto em um caso quanto no outro, a África aparecia como um figurante mudo, um território vencido e dominado pelos europeus. Nas últimas quatro décadas, historiadores especializados em África, dos dois lados do Atlântico, publicaram inúmeros estudos sobre episódios de resistência africana ao imperialismo europeu, como a Revolta de Bailundo e a Revolta Bambata. (BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 45)

Neste mesmo volume, a atividade interdisciplinar com Linguagens sobre racismo, etnocentrismo e eurocentrismo (página 85), que inclui a obra da intelectual Grada Kilomba, também poderia ser elencada como esforço para visibilizar ecos de pensamentos afrodiaspóricos.

Ainda neste volume, verifica-se no Manual do Professor (página 208) uma atividade interdisciplinar com Linguagens a partir das obras do poeta e médico angolano Agostinho Neto e da poetisa moçambicana Noémia de Sousa dá tratamento às questões do racismo, do etnocentrismo e do eurocentrismo.

O volume intitulado *Política, conflitos e cidadania* traz, nas páginas 73 e 74, o texto da pesquisadora Ana Carolina Luz sobre o autoritarismo na América Latina e o conceito de colonialidade do poder. A autora assinala que, no período colonial, indígenas e negros não podiam manifestar-se cultural, artística ou religiosamente sem sofrer repressões. Na atualidade a autora reconhece que

> valorizar outros padrões além dos europeus é uma bandeira de vários movimentos artísticos da América Latina. Essas práticas de superação do eurocentrismo e de afirmação da identidade latino-americana são exemplos de práticas de "descolonialidade". (LUZ, 2020 *apud* BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 73-74)

Encontra-se também neste volume uma atividade que, mesmo não orientada especificamente para o ensino de Filosofia, demonstra o esforço dos autores no sentido de desarticular perspectivas eurocêntricas de mundo. Nas orientações ao docente no que se refere a uma atividade de pesquisa relacionada a conflitos no Oriente Médio (página 264) há a seguinte observação:

> A intenção dessa pesquisa é buscar a pluralidade de visões de mundo, de modo a não se restringir ao eurocentrismo em que grande parte da cultura brasileira está inserida. (BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 264)

A tabela 5 foi elaborada com o objetivo de registrar as inclusões de Filosofias não-eurocentradas ao longo de toda a coleção, as quais foram listadas por volume, mencionando as obras e o contexto a elas relacionado. A seleção se deu por consideração à nacionalidade dos pensadores: europeus, ainda que tenham promovido discussões não-eurocentradas incluídas nos volumes, não foram aqui incluídos.

Tabela 5: Filosofias não-eurocentradas na Coleção Multiversos

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço** | | | |
| Vilém Flusser | Filosofia da caixa preta | Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) | 35 |
| Byung-Chul Han | Sociedade da transparência | Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) | 35 |
| Ailton Krenak | Ideias para adiar o fim do mundo | Território | 207 |
| Teodoro Sampaio | Não citada | Mestiçagem, racismo científico | 254 |
| Leandro Karnal | História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI | Iluminismo | 276-277 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras** | | | |
| Grada Kilomba | Enquanto Escrevo | Alteridade e escrita de si | 84-85 |
| Sandro Mezzadra | Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade | Migrações | 259-260 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade** | | | |
| Sem ocorrências | - | - | - |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade** | | | |
| Nei Lopes | Kitábu: O livro do saber e do espírito negro-africanos | Trabalho | 48 |
| Luis Gutiérrez e Sofia Valenzuela (orgs.) | Bioética, Filosofia e Biotecnologia | Bioética, Filosofia e Biotecnologia | 273 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos** | | | |
| Marcelo José Derzi Moraes | A Filosofia Ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. | Ética Ubuntu | 15; 207-208 |
| Jean-Bosco Kakozi Kashindi | Não citada | Ética Ubuntu | 15; 207-208 |
| Maria Luiza Quaresma Tonelli | Ética e política: qual liberdade? | Tragédia e Filosofia moral | 30; 160 |
| Márcia Tiburi | Feminismo em comum: para todas, todes e todos | Patriarcado | 69; 160; 234 |
| Achille Mbembe | Crítica da Razão Negra | Necropolítica | 72 |
| Sueli Carneiro | Você sabe o que é discriminação racial? | Racismo | 83-84 |
| Adriana Varejão, *et. al* | Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais | Pensamento feminista, decolonialismo | 234 |
| Djamila Ribeiro | Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 264 |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil | Racismo | 264 |
| Fabiano de Abreu | Uso acrítico das redes sociais pode levar à manipulação de consumo e massificação de gostos | Consumo e comportamento | 280 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania** | | | |
| Angela Davis | Não citada | Movimento negro e resistência democrática nos EUA | 32 |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; Escritos de uma vida | Racismo | 37; 216-217 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania** | | | |
| Djamila Ribeiro | O que é Lugar de fala?; Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 37; 217 |
| Elizângela Cardoso de Araújo Silva | Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira | Política indigenista | 40-41 |
| Ana Carolina Luz | As raízes coloniais do autoritarismo | Colonialidade do poder | 73-74 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.1.1.4 – Multiversos Ciências Humanas: Filosofias brasileiras

Na elaboração da categoria Filosofias brasileiras foi considerada a possibilidade de coleta, nas coleções, de formulações elaboradas por pessoas que pudessem pensar **a partir de um modo de ser brasileiro** (STURZA, 2023, p. 58). Tal atividade visa evocar a pluralidade de vozes e de pensamentos que não somente os europeus capazes de valorizar formulações filosóficas e culturais advindas ou a partir do Brasil.

Para Thiago Ferreira dos Santos, a ideia de pensamento filosófico no Brasil deve ser refletida sob dois aspectos importantes para a compreensão do que caracteriza uma Filosofia brasileira:

> Primeiro, se uma Filosofia brasileira deve ser entendida como o exercício do pensar filosófico correlacionado com as circunstâncias da realidade brasileira, devendo ser pensada como um pensamento filosófico que surja de uma brasilidade latente; segundo, se uma Filosofia brasileira pode assim ser caracterizada, se corresponde a um autor brasileiro e é construída no país, uma vez que os objetos da Filosofia são em geral universais podendo ser refletidos sob seus vários aspectos em diversos países. (SANTOS, 2016, p. 114)

Desta forma, para se produzir uma Filosofia brasileira, o brasileiro precisa ser o centro da crítica e da reflexão sobre as questões que urgem ser pensadas **na realidade brasileira** (SANTOS, 2016, p. 123, grifo meu).

Na obra *Crítica da Razão Tupiniquim*, Roberto Gomes problematizou a originalidade do pensamento filosófico brasileiro, atacando o modelo da nossa Filosofia como mera reprodutora de uma seriedade estrangeira e reflexo de um modelo alheio ao

vivido por aqui. O pensamento filosófico no Brasil não deveria, de forma alguma, ser procurado em teses universitárias, cursos de graduação e de pós-graduação, revistas especializadas, uma vez que nestes locais, que reproduzem "nosso pensamento oficial" não se encontraria qualquer sinal de uma atitude capaz de assumir o Brasil, pretendendo pensá-lo em nossos temos (GOMES, 1979, p. 11).

> A originalidade da Filosofia consiste em descobrir-se em determinada posição, assumindo-a reflexivamente (...) eis porque uma Filosofia brasileira só terá condições de originalidade e existência quando se descobrir *no* Brasil. (GOMES, 1979, p. 23)

Faz sentido para esta pesquisa elucidar formas de elaboração, de crítica e de reflexão que sejam pensadas *na realidade brasileira*, assim como defendeu Santos (2016), e que levem em consideração, assim como assinalado por Sturza (2023), o pensar *a partir de um modo de ser brasileiro*.

O critério eliminatório comum 2.1.2 do Edital do PNLD 2021, em sua alínea "g" (FNDE, 2021, p. 52), estabeleceu que as obras aprovadas deveriam expressar a representatividade brasileira para subsidiar a análise crítica, criativa e propositiva da realidade local. A forma como os autores e editores da coleção Multiversos interpretaram tal obrigatoriedade pode ser verificada na tabela 6, elaborada na intenção de registrar as inclusões de Filosofias brasileiras ao longo de toda a coleção.

A tabela demonstra as ocorrências de filósofas e filósofos brasileiros por volume, suas obras e o contexto relacionado. Em geral, percebe-se a pouca representatividade na coleção como um todo, com maior presença de Filosofias a partir do Brasil nos dois últimos volumes relacionados na tabela. Destaca-se a ausência de referências brasileiras em Filosofia no volume intitulado *Sociedade, natureza e sustentabilidade*.

Tabela 6: Filosofias brasileiras na Coleção Multiversos

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço** | | | |
| Vilém Flusser | Filosofia da caixa preta | Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) | 35 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço** | | | |
| Ailton Krenak | Ideias para adiar o fim do mundo | Território | 207 |
| Teodoro Sampaio | Não citada | Mestiçagem, racismo científico | 254 |
| Leandro Karnal | História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI | Iluminismo | 276-277 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras** | | | |
| Sandro Mezzadra | Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade | Migrações | 259-260 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: sociedade, natureza e sustentabilidade** | | | |
| Sem ocorrências | - | - | - |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade** | | | |
| Nei Lopes | Kitábu: O livro do saber e do espírito negro-africanos | Trabalho | 48 |
| Luis Gutiérrez e Sofia Valenzuela (orgs.) | Bioética, Filosofia e Biotecnologia | Bioética, Filosofia e Biotecnologia | 273 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos** | | | |
| Marcelo José Derzi Moraes | A Filosofia Ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. | Ética Ubuntu | 15; 207-208 |
| Maria Luiza Quaresma Tonelli | Ética e política: qual liberdade? | Tragédia e Filosofia moral | 30; 160 |
| Márcia Tiburi | Feminismo em comum: para todas, todes e todos | Patriarcado | 69; 160 |
| Sueli Carneiro | Você sabe o que é discriminação racial? | Racismo | 83-84 |
| Djamila Ribeiro | Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 264 |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil | Racismo | 264 |
| Fabiano de Abreu | Uso acrítico das redes sociais pode levar à manipulação de consumo e massificação de gostos | Consumo e comportamento | 280 |
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania** | | | |
| Sueli Carneiro | Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; Escritos de uma vida | Racismo | 37; 216-217 |
| Djamila Ribeiro | O que é Lugar de fala?; Pequeno Manual Antirracista | Racismo | 37; 217 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania** | | | |
| Elizângela Cardoso de Araújo Silva | Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira | Política indigenista | 40-41 |
| Ana Carolina Luz | As raízes coloniais do autoritarismo | Colonialidade do poder | 73-74 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.1.1.5 – Síntese das análises da coleção Multiversos Ciências Humanas

Constituída por seis volumes do Livro do Estudante (o qual contém seis capítulos agrupados em duas unidades, cada uma contendo três capítulos), Manual do Professor e Material Digital do Professor, a Coleção Multiversos Ciências Humanas foi a líder em vendas/distribuição nacional no PNLD 2021, conforme demonstrado nas bases da FNDE na tabela do anexo 1 da presente pesquisa. Os seis volumes abordam os seguintes temas: ***Globalização, tempo e espaço; Populações, territórios e fronteiras; Sociedade, natureza e sustentabilidade; Trabalho, tecnologia e desigualdade; Ética, cultura e direitos*** e ***Política, conflitos e cidadania***.

A interdisciplinaridade constitui a estratégia teórico-metodológica da coleção: os temas dos volumes foram abordados pelos quatro componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) de forma "espiralada".

A obra destaca-se por abordar os temas dos volumes relacionando-os diretamente com as competências específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A coleção Multiversos é uma das que mais se adequou aos critérios de aprovação do Edital: a sua defesa em prol do "*agrupamento de componentes curriculares em áreas mais abrangentes"* demonstra o alinhamento entre editora, autores e editores com os critérios do Edital do PNLD 2021, que está em conformidade com as determinações e normativas da BNCC.

### 2.1.2 – Coleção Moderna Plus

Assim como a Coleção Multiversos, a Coleção Moderna Plus também foi elaborada em 2020 para atender à implementação do Novo Ensino Médio e integrar o Programa Nacional do Livro Didático, obtendo aprovação para o PNLD 2021. Moderna Plus é a segunda colocada na corrida de distribuição, conforme apontam as bases do FNDE demonstradas na tabela do anexo 1 desta pesquisa: atrás dos seis volumes da Coleção Multiversos, da Editora FTD, que alcançaram maior distribuição nas escolas – dado o número de tiragens e o valor negociado por título impresso – aparecem quatro dos seis volumes da presente coleção (FNDE, 2023).

Os avaliadores e os pareceristas que participaram do processo de avaliação dos títulos submetidos em atendimento ao Edital do PNLD 2021 – Objeto 2 aprovaram a obra, uma vez que, em síntese, atende aos critérios e requisitos do Edital e da legislação educacional conforme os princípios ético-democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano. Foi destacado como ponto forte o estímulo ao uso cotidiano das pesquisas e dos debates, permitindo aprofundamento do conhecer sobre a sociedade, confrontando formas estabelecidas de doutrinação, preconceitos e *fake news*. Um outro ponto de destaque da obra, elencado pelos avaliadores e pareceristas, foi o desenvolvimento de algoritmos, que são um conjunto de procedimentos lógicos utilizados na solução de determinado problema em etapas, o que coopera para que estudantes e docentes compreendam a conexão entre seu dia-a-dia e os problemas da sociedade.

O corpo de autores é extenso, constando os nomes de: Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Lygia Terra, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Maria Lúcia de Arruda Aranha, Martha Nogueira, Myriam Becho Mota, Otair Fernandes de Oliveira, Patrícia Ramos Braick, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Raul Borges Guimarães, Regina Araújo, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires; as autoras Maria Lúcia de Arruda Aranha (com vasta experiência em didáticos de Filosofia nesta mesma editora: dentre seus trabalhos estão o clássico *"Filosofando"*) e Cassia Miranda possuem formação em Filosofia. Quanto aos conteúdos de Filosofia, os quais encontram-se diluídos em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos seis

volumes, pode-se verificar a existência de ao menos um capítulo por volume contendo abordagens filosóficas. Como orienta o Edital do PNLD 2021, para cada um dos volumes foi elaborado um Manual do Professor, no qual há indicações específicas para o trabalhar em sala de aula segundo cada área do conhecimento (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

A coleção é composta por seis volumes autocontidos[14] e não sequenciais. Cada volume possui seis capítulos contendo abordagens interdisciplinares considerando a prática de ensino por intermédio das metodologias ativas e, ao final de cada volume, uma atividade integradora denominada *MovimentAção*, proposta de trabalho cooperativo voltado à intervenção cidadã e à participação ativa dos alunos na sociedade.

Percebe-se, em todos os volumes, uma preocupação editorial em organizar os capítulos por componente curricular, facilitando o planejamento docente, constituindo assim, em conformidade com a BNCC, os eixos temáticos norteados pelas categorias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

### 2.1.2.1 – Análise da coleção Moderna Plus

A coleção Moderna Plus reúne os conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos seis volumes conforme determinado pelo Edital do PNLD 2021. Contudo, algo que chama atenção é a disposição – ou preocupação com a prática docente no planejamento das aulas – de, além de dispor de um suplemento para o professor, que contém orientações específicas, dispor também de um suplemento adicional denominado *Mapa Conceitual*. Tal material possibilita ao docente de História, de Geografia, de Sociologia e de Filosofia visualizar, ao longo do mapa, onde estão as temáticas que se relacionam aos conhecimentos específicos. No site da editora é possível visualizar os livros, baixá-los ou mesmo “enxergar as disciplinas” por intermédio do referido mapa.

Ainda que a BNCC tenha determinado a reunião das anteriores disciplinas em grandes áreas do conhecimento, a atitude da editora em elaborar tal material poderia ser interpretada como facilitadora, uma vez que ao docente se interpõe o desafio de planejar suas aulas reunindo os conhecimentos fragmentados nos livros aprovados pelo PNLD.

[14] Verificar nota nº **13** incluída na página **77** desta dissertação.

Nesta coleção ocorre algo diferente: respeita-se a reunião em grandes áreas e obedece-se ao critério de interdisciplinaridade; mas, pode-se verificar uma melhor disposição de conteúdos por área de conhecimento separados por capítulos específicos, orientados respectivamente no Manual do Professor para serem ministrados pelos professores correspondentes. Tal organização não contradiz o Edital, que estabeleceu, quanto à adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor:

> O manual do professor deve: (a) Disponibilizar a formação disciplinar do professor indicado para trabalhar, de forma prioritária, com cada segmento correspondente da obra. (b) Disponibilizar subsídios para o planejamento individual e coletivo (com professores do mesmo ou de outros componentes curriculares) para cada segmento correspondente da obra. (c) Disponibilizar subsídios para a autonomia do professor, possibilitando diferentes modos de apresentação e ordenação do conteúdo. (FNDE, 2021, p. 54)

Os seis volumes desta coleção são autocontidos e não estão dispostos sequencialmente. Neles foi verificada a seguinte disposição, comum a cada um deles: dois capítulos recomendados para os professores com formação em História, dois para Geografia, um para Sociologia e um para Filosofia. Os autores e editores cuidaram para que, no bojo destes capítulos, fossem inseridos conteúdos com perspectivas interdisciplinares incluindo Linguagens, Matemáticas e Ciências. Adotando tal estratégia, não incorreriam na reprovação da coleção pelos avaliadores do PNLD, cujo Edital estabelecia claramente que:

> Os volumes não devem ser sequenciais, considerando o crescente em termos de complexidade pedagógica. Cada volume deve ser autocontido no que se refere à progressão das abordagens das habilidades e das competências específicas, assim como da articulação com as competências gerais, com os temas contemporâneos e com as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC. (FNDE, 2021, p. 5)

O corpo de autores da coleção é extenso: vinte e três autores e autoras. Observa-se que nenhuma das quatro áreas ficou a descoberto. Isso implica dizer que a Coleção Moderna Plus foi elaborada por autores com formação em História, em Geografia, em Sociologia e em Filosofia. Ao apresentar a coleção aos professores no suplemento específico, os autores lançam mão da experiência dos mesmos nas quatro áreas de

conhecimento a fim de subsidiar algo significativo no que tange ao processo de ensino-aprendizagem:

> esta coleção une o trabalho de autores e autoras experientes dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de subsidiar uma experiência de ensino-aprendizagem que seja realmente significativa, colaborando com o trabalho docente para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para os estudantes do Ensino Médio e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável. (BRAICK, *et al*., 2020, p. III)

Destaca-se, no que se refere à Filosofia, o nome de Maria Lúcia de Arruda Aranha, profissional experiente em docência e autora de livros didáticos há décadas, tendo lançado o clássico *Filosofando: Introdução à Filosofia* em 1986 em parceria com Maria Helena Pires Martins, obra que constou do catálogo da Editora Moderna desde seu lançamento, sendo reeditada até a sexta edição no ano de 2016, edição a qual fez parte do PNLD 2018. A obra deixou de ser editada e distribuída em função das mudanças impostas pela BNCC, que descontinuou os livros por disciplina.

A credibilidade da Editora e dos autores pode ter contribuído para que se alcançasse êxito em distribuição nas escolas pelo Brasil. Talvez a disposição de conteúdos em capítulos organizados por área de conhecimento – incluindo abordagens interdisciplinares – e o suplemento *Mapa Conceitual* tenha sido um atrativo aos docentes que analisaram a obra e pensaram numa melhor possibilidade de planejamento de suas aulas. Além disso, a Editora Moderna, assim como sua concorrente Editora FTD, são gigantes editoriais no campo da educação, especificamente no que tange aos livros didáticos. Logo, há um componente mercadológico envolvido que não pode ser desconsiderado na elaboração de hipóteses quanto ao seu sucesso em distribuição.

Os subitens elencados a seguir explicitarão as análises da coleção Moderna Plus conforme as quatro categorias estabelecidas na metodologia desta dissertação: *presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas* e *Filosofias brasileiras*. Torna-se importante assinalar que, ainda que a coleção Moderna Plus conte com capítulos específicos por componente, a análise da coleção, aqui empreendida, ocorreu como um todo, não estando apenas circunscrita àqueles capítulos que continham conteúdos específicos relacionados ao componente Filosofia.

2.1.2.1.1 – Moderna Plus: presença precária da Filosofia

A Coleção Moderna Plus apresenta, assim como a Coleção Multiversos, lacunas que tornam o ensino de Filosofia vulnerável. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é a principal responsável por esta situação, uma vez que, com suas normativas, retira a especificidade das disciplinas, destitui os docentes de seus cargos, reduz os direitos de aprendizagem dos estudantes e, especificamente no que se refere à Filosofia, exclui sua abordagem através das áreas filosóficas: Epistemologia, Estética, Ética, Filosofia Política, Lógica e Metafísica e as reduz à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a qual restringe-se, apenas, às áreas de Epistemologia, Ética, Filosofia Política e Metafísica.

Observa-se na construção dos capítulos que se relacionam com a Filosofia uma preocupação em seguir uma linha do tempo que tenha por referência a História tradicional da Filosofia para demonstrar, abordar as temáticas relacionadas.

A precariedade da Filosofia na Coleção Moderna Plus se manifesta em algumas ocorrências, tais como a do volume intitulado *Poder e política*, capítulo dois, página 53, na qual verifica-se, no tópico *Socialismo e Democracia*, que os autores citam Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci como teóricos do socialismo no século XX, contudo não aprofundando suas teorias ou formulações. As obras destes pensadores não são citadas no corpo do texto ou nas referências bibliográficas do volume.

O capítulo três do volume *Natureza em transformação* foi organizado de forma a oferecer perspectivas sobre a natureza segundo uma linha do tempo que faz referência à História da Filosofia: Grécia antiga, Idade Média, Modernidade e Contemporaneidade. Deve-se observar, contudo, que a abordagem sobre a contribuição dos islâmicos para a Filosofia, contida na página 65, é superficial e carece de referenciais filosóficos: mais aponta para o interesse destes pelo resgate de Aristóteles que evidencia, de fato, sua contribuição para o resgate histórico e filosófico daquele contexto medieval. Neste mesmo capítulo, nas abordagens sobre *Ética do Discurso* (página 76) e *Ética da responsabilidade* (página 77) há abordagens que incluem os filósofos Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel, Ernst Tugendhat e Jean-Bosco Kakozi Kashindi sem maiores aprofundamentos.

A tabela 7 foi elaborada com a finalidade de oferecer um panorama geral de inclusões precárias da Filosofia em toda a coleção Moderna Plus. Foram listadas as ocorrências onde a Filosofia foi subalterna ou superficialmente incluída nos capítulos que integram os seis volumes.

Tabela 7: Inclusões precárias da Filosofia na Coleção Moderna Plus

| Ocorrências | Volumes |
|---|---|
| ✓ ***Capítulo 2:*** trata dos recursos naturais e das primeiras civilizações. Foi incluída, num box que se relaciona com o tópico *A desagregação do Império Romano do Ocidente*, uma recomendação fílmica relacionada à filósofa Hipátia de Alexandria. Não há, ao longo da coleção, nenhuma alusão à atividade de Hipátia como pensadora ou suas contribuições como matemática ou como astrônoma. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação |
| ✓ ***Capítulo 3:*** tematiza perspectivas sobre a natureza. A seção *A presença dos islâmicos na Europa* (p. 65) confere breve abordagem – sem nenhuma citação – sobre o papel dos sábios islâmicos que traduziram clássicos da Filosofia grega e que despertaram interesse por Aristóteles; A abordagem sobre *Ética do Discurso* (p. 76), no contexto da racionalidade e da ação comunicativa, é breve e tem como referencial o filósofo Jürgen Habermas; O filósofo alemão Karl-Otto Apel e o filósofo tcheco Ernst Tugendhat foram mencionados numa única linha, que não trouxe referências de sua atuação. O mesmo ocorre em relação ao filósofo congolês Jean-Bosco Kakozi Kashindi, expoente da Filosofia Ubuntu, que não teve inserido nenhum fragmento de seu pensamento na discussão que se faz na página 77 quanto à *Ética da responsabilidade*. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação |
| ✓ ***Capítulo 6:*** O sujeito em transformação é o tema principal. Observa-se que não houve tratamento filosófico, no tópico que se relaciona com as *mutações contemporâneas* inserido na página 149, para os seguintes temas: individualismo, narcisismo e febre de *selfies*. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania |
| Na elaboração deste volume, os autores não deixaram de abordar questões relacionadas a gênero: foram encontradas diversas ocorrências relacionadas às mulheres. Deve-se, contudo, fazer uma ressalva: é quase inexistente a citação de filósofas na construção argumentativa e nas citações diretas. Para tal finalidade, foram privilegiados trabalhos de historiadoras como Mary Del Priore, Tânia Regina de Luca, Lilia Schwarcz, Olwen Hufton e Michelle Perrot. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: trabalho, ciência e tecnologia |

| Ocorrências | Volumes |
|---|---|
| ✓ ***Capítulo 2:*** Aborda as relações de Poder, de política de democracia. Verifica-se na página 53, no tópico *Socialismo e Democracia*, uma citação de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci como teóricos do socialismo no século XX. As teorias ou formulações destes filósofos não foram aprofundadas, bem como suas obras, as quais não foram citadas no corpo do texto ou nas referências bibliográficas do volume. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: poder e política |
| ✓ ***Capítulo 1:*** Aborda a cultura como trajetória humana. Na página 16 foi trabalhado o tema transversal do *Multiculturalismo* nos Jogos Olímpicos Rio 2016: contudo a elaboração não contou com referenciais filosóficos; o mesmo ocorreu em relação à temática dos *mitos* e das *tradições*, abordada na página 20, que também foi elaborada sem referenciais filosóficos. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: sociedade, política e Cultura |
| ✓ ***Capítulo 6:*** as questões étnico-raciais que se abordam neste capítulo, tais como o racismo, os conflitos por desigualdade racial, a necessidade das políticas afirmativas, dentre outras, embora abordadas sob importante viés sociológico, poderiam ter sido exploradas também com referenciais filosóficos. | Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades |

Fonte: elaboração do autor.

Como observado em relação à Coleção Multiversos, na Moderna Plus também foi concedida maior prioridade de conteúdos, de abordagens e de temáticas para as áreas de conhecimento História e Geografia. A Sociologia e a Filosofia contam com menores espaços nas abordagens específicas e nos capítulos.

2.1.2.1.2 – Moderna Plus: mulheres filósofas

Os seis volumes da Coleção Moderna Plus contêm representações femininas, assim como determinou o Edital do PNLD 2021. Verificou-se alguma participação de mulheres filósofas, em geral, ao longo dos volumes. Porém, a inclusão de filósofas na coleção não se revelou equânime no que se refere à dos filósofos.

A manutenção de preconceitos contra as mulheres, para Silvio Gallo, tem sido corroborada pelas crenças comuns, crenças estas que inferiorizam as mulheres.

> Muitas vezes o senso comum é prejudicial e alimenta preconceitos e injustiças. A constituição de sociedades patriarcais e a depreciação da mulher, sempre relegada a uma posição de inferioridade em relação aos homens, é um exemplo disso. A manutenção desse preconceito é corroborada pela crença comum de que as mulheres são mais frágeis, não possuem as mesmas habilidades, nem a mesma inteligência, nasceram para servir aos homens e, por esse motivo, não podem ter os mesmos direitos, devendo permanecer subalternas. A história do feminismo nos mostra quanto foi – e ainda é – difícil lutar contra o senso comum que preconiza a inferioridade das mulheres. Nesse sentido, a Filosofia, como discussão Ética e política, tem contribuído muito para a derrubada de tais crenças. (GALLO, 2016, p. 32)

Nesta dissertação evoca-se a categoria mulheres filósofas a fim de encontrar, nas obras analisadas, as contribuições formuladas pelas mulheres relacionadas ao saber filosófico. Esta categoria trata da percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural nas coleções aprovadas pelo PNLD 2021 e que tenham sido elencadas como objeto de análise para esta pesquisa.

No volume intitulado *Natureza em transformação* (pág. 55) a inclusão da filósofa Hipátia de Alexandria merece ser problematizada, posto que pode vir a não cooperar para sua devida visibilidade, dando margem ao entendimento equivocado de que naquele tempo só pensadores homens seriam agentes ativos na construção do conhecimento. Hipátia aparece apenas num box como recomendação fílmica. Em mais nenhum outro volume da coleção ela é citada como pensadora ou se faz alusão aos contributos desta importante mulher nas ciências astronômicas ou matemáticas.

É fundamental reconhecer a importância da participação feminina na sociedade e na construção do pensamento – e, também, defender os ideais de uma sociedade justa, equitativa e não-patriarcal. Neste sentido, o resgate histórico das participações femininas torna-se importante ferramenta no combate à misoginia, aos preconceitos e às desigualdades de gênero ainda tão presentes na sociedade atual.

A tabela 8 foi elaborada com o objetivo de demonstrar um panorama geral de inclusões de mulheres filósofas ao longo dos seis volumes da Coleção Moderna Plus. Foram listadas as obras relacionadas às mulheres filósofas sem determinar, contudo, a qualidade de tais inclusões. A tabela demonstra as ocorrências de filósofas por volume, suas obras e em qual contexto elas foram abordadas.

Tabela 8: Mulheres filósofas na Coleção Moderna Plus

| Filósofa | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação** | | | |
| Hipátia de Alexandria | Alexandria (filme espanhol de 2009 do diretor Alejandro Amenábar) | A desagregação do Império Romano do Ocidente | 55 |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles | Anaximandro e a luta dos contrários | 59 |
| Adela Cortina | Ética | Desenvolvimento Sustentável | 78 |
| Isabelle Stengers | No tempo das catástrofes | Desenvolvimento Sustentável | 79 |
| Vandana Shiva | Guerras por água: privatização, poluição e lucro | Desagregação social do capitalismo | 144 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania** | | | |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe | Exclusões sociais sofridas pelas mulheres negras | LXXV |
| Scarlett Marton | Nietzsche: a transvaloração dos valores | Transvaloração dos valores | 133 |
| Lou Salomé | Lou (filme alemão-suíço de 2016 da diretora Cordula Kablitz-Post) | Psicanálise e cultura | 135 |
| Grada Kilomba | Ilusões vol. II, Édipo | Engajamento contra a opressão do povo negro | 138 |
| Simone de Beauvoir | O Segundo Sexo | A mulher e o existencialismo | 140 |
| Djamila Ribeiro | O que é lugar de fala? | Razão negra | 147 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: trabalho, ciência e tecnologia** | | | |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe | Desigualdade na divisão de gêneros no trabalho e na mobilidade social | LXXVIII |
| Michelle Perrot | Figuras e papéis | Gênero e desigualdades no campo do trabalho | 57 |
| Angela Davis (citada pela historiadora Olwen Hufton) | Mulheres, raça e classe | Exploração do trabalho de mulheres e crianças durante a Revolução Industrial | 76 |

| Filósofa | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: poder e política** | | | |
| Hannah Arendt | As origens do totalitarismo; Homens em tempos sombrios | Política; relações de poder | LXXVIII |
| Marilena Chauí | Simulacro e poder: uma análise da mídia | Poder da mídia (quarto poder) | 25 |
| Judith Butler | *El capitalismo tiene sus límites* | Dimensão paradoxal de espaço criada com a pandemia de Covid-19 | 32 |
| Maria Lúcia de Arruda Aranha | Maquiavel: a lógica da força | Teoria política na época Moderna | 33 |
| Rosa Luxemburgo | Não citada | Socialismo e democracia | 53 |
| Olympe de Gouges | Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã; Olympe de Gouges (*graphic novel* de 2014 dos quadrinistas José-Louis Bocquet e Catel Muller) | Mulheres na Revolução Francesa | 69 |
| Mary Wollstonecraft, Flora Tristan e Aurore Dupin | Não citada | A luta das mulheres no século XIX por direitos das mulheres e dos trabalhadores | 97 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: sociedade, política e cultura** | | | |
| Marilena Chauí | Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro | Paternalismo e autoritarismo no contexto cultural brasileiro | 17 |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: as escolas helenísticas | Manifestações do divino e concepção estoica de Deus | 22 |
| Heleieth Saffioti | Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade | Desigualdades e violência de gênero | 39; 158 |
| Lélia Gonzalez | Racismo e sexismo na cultura brasileira | O lugar das mulheres negras trabalhadoras na sociedade brasileira | 39; 158 |
| Catherine Walsh | *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de (re)existir y (re)vivir* | Pedagogia decolonial | 43; 158 |

| Filósofa | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades** | | | |
| Angela Davis | Libertem Angela Davis (filme americano do ano de 2012 dirigido por Shola Lynch) | Direitos civis da população afro-americana | LXXXI |
| Thatiane Moreira | Covid-19: vigilância como controle ou cuidado? | Terrorismo e vigilância | 85 |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe; A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura | Violência estrutural e interseccionalidade | 102-103 |
| Hannah Arendt | Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal | A banalidade do mal | 106 |
| Hannah Arendt | As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo | Segregação humana | 121 |
| Sueli Carneiro | Site da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra | Racismo no Brasil de hoje | 126 |
| Sueli Carneiro | Cartaz da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra que denuncia e combate o crime de racismo | Racismo no Brasil de hoje | 131 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.2.1.3 – Moderna Plus: Filosofias não-eurocentradas

A Competência Específica 1 da BNCC aborda os processos de ordem política, econômica, social, ambiental e cultural em âmbito local, regional e mundial em diferentes temporalidades e territorialidades, a fim de subsidiar a análise crítica dos alunos sobre tais processos. Contextualizar, ao longo da coleção, diferentes linguagens e narrativas que possam expressar diferentes culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas (BRASIL, 2018, p. 571) é uma forma de viabilizar a compreensão e o posicionamento crítico dos alunos levando em consideração os mais diversos pontos de vista.

Já a Competência Específica 5, que visa combater preconceitos, violências e injustiças por intermédio da adoção de princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, que respeitem os Direitos Humanos, indica que o exercício da reflexão na abordagem de circunstâncias cotidianas dos alunos possibilita desnaturalizar condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos e silenciamentos (BRASIL, 2018, p. 577).

Quanto ao objeto de análise deste tópico cabe observar que, para obter a almejada aprovação e ser inserida no PNLD, a Editora Moderna (responsável pela Coleção Moderna Plus) não deixou de observar as determinações da BNCC (principalmente no que se refere às Competências Específicas 1 e 5) e os princípios éticos estabelecidos no dispositivo 2.1.2 do Edital do PNLD 2021. A Editora FTD (responsável pela Coleção Multiversos) também observou as mesmas determinações.

Definiu-se como relevante para esta pesquisa analisar como foram inseridos os conteúdos que pudessem subsidiar a criticidade dos alunos quanto às perspectivas eurocêntricas de mundo; neste sentido, a categoria de análise Filosofias não-eurocentradas poderia cooperar na identificação da pluralidade de ideias e de abordagens que não tomassem prioritariamente a Europa como referência, mas que evocassem a diversidade de perspectivas de elaboração de pensamento e de formas de ver, sentir, conhecer e viver.

O volume da Moderna Plus que tematiza *globalização, emancipação e cidadania* trouxe, no capítulo seis, a possibilidade de debater o preconceito contra mulheres, contra refugiados e contra negros através dos seguintes tópicos: *Desconstrução na ética e na política* (página 144), *Achille Mbembe: a Razão Negra* (página 147) e *A necropolítica* (página 148).

O volume que trata de *conflitos e desigualdades* abordou, no quinto capítulo, o pensamento do filósofo francês Francis Wolff, que chegou a atuar como professor de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) de 1980 a 1984. A inclusão de Francis Wolff no quadro de filosofias não-eurocentradas se justifica por ele, mesmo sendo um pensador europeu, ter assumido uma perspectiva não tendenciosa na resolução de um conflito étnico, ao não afirmar a supremacia do Ocidente sobre o Islã, propondo a luta pela diversidade da humanidade. No contexto do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 ele questionou: *"Quem é bárbaro?"* No volume intitulado *sociedade, política e*

*cultura* foi utilizado um exerto desta mesma obra de Wolff numa sessão de atividades da página 33, na qual é proposta a seguinte dissertação: “O eu e o outro: a relação entre o familiar e o diverso”. O objetivo desta atividade dissertativa é trazer a importância, para os alunos, de harmonizar a convivência e as trocas culturais num mundo cada vez mais globalizado e que tem vivido, de forma antagônica, o aumento da xenofobia.

Ainda no volume *conflitos e desigualdades* é mencionada a crítica ao multiculturalismo, que coloca em evidência a questão da diversidade cultural. Os críticos do multiculturalismo denunciam seu caráter eurocêntrico e a subordinação de diversas culturas coexistentes sem questionar a ordem hegemônica atribuída à cultura ocidental. A interculturalidade crítica tem sido proposta como uma outra forma de pensar a diversidade, compreendendo a sociedade com base em conflitos sociais, enfocando o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (BRAICK, *et al*., 2020, p. 131).

Os autores abordaram, no contexto da cultura escolar, a hegemonia europeia na elaboração dos currículos:

> Exemplo disso é o modo pelo qual as populações negra e indígena são incorporadas à cultura escolar. Muitas vezes, os currículos ignoram a contribuição desses grupos para a construção do conhecimento. Suas culturas e saberes são desconsiderados na formulação de critérios para a organização curricular, sendo essa uma das causas da dificuldade de adaptação e do fracasso escolar de estudantes negros e indígenas na escola básica, na qual é expressiva a difusão de ideias e valores eurocêntricos, mesmo considerando os avanços recentes na educação brasileira. (BRAICK, *et al*., 2020, p. 131).

As inclusões de Filosofias que estimulam o respeito à diferença em âmbito étnico-racial, cultural, linguístico ou religioso e que não consideram a Europa como principal centro de referência poderão ser verificadas na tabela 9, disposta a seguir. Deve-se, contudo, assinalar que a seleção resultante da elaboração da tabela deu-se por consideração à nacionalidade dos pensadores. Desta forma os europeus, ainda que tenham promovido discussões que não tomem como centro a Europa – ou mesmo contra o eurocentrismo – e que tais discussões tenham sido incluídas em algum dos seis volumes da coleção, não foram aqui incluídas.

Tabela 9: Filosofias não-eurocentradas na Coleção Moderna Plus

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação** | | | |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles | Anaximandro e a luta dos contrários | 59 |
| Jean-Bosco Kakozi Kashindi | Não citada | Ética da responsabilidade | 77 |
| Vandana Shiva | Guerras por água: privatização, poluição e lucro | Desagregação social do capitalismo | 144 |
| Spensy Kmitta Pimentel | Cosmopolítica kaiowá e guarani: uma crítica ameríndia ao Agronegócio | Movimentos sociais indígenas e luta pela terra | 151 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania** | | | |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe | Exclusões sociais sofridas pelas mulheres negras | LXXV |
| Silvio Gallo; Regina Maria de Souza | Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência | Impasses do mundo globalizado sob a perspectiva do ensino de Filosofia | LXXX |
| Scarlett Marton | Nietzsche: a transvaloração dos valores | Transvaloração dos valores | 133 |
| Grada Kilomba | Ilusões vol. II, Édipo | Engajamento contra a opressão do povo negro | 138 |
| Achille Mbembe | Crítica da razão negra; Necropolítica | Necropolítica; racionalidade do biopoder | 147; 148 |
| Djamila Ribeiro | O que é lugar de fala? | Razão negra | 147 |
| Franklin Leopoldo e Silva | Felicidade: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos | Felicidade e autonomia | 150 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: trabalho, ciência e tecnologia** | | | |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe | Desigualdade na divisão de gêneros – no trabalho e na mobilidade social – entre brancos e negros | LXXVIII |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas trabalho, ciência e tecnologia** | | | |
| Pierre Clastres | A sociedade contra o Estado | Trabalho e economia de subsistência indígena | 31 |
| Angela Davis (citada pela historiadora Olwen Hufton) | Mulheres, raça e classe | Exploração do trabalho de mulheres e crianças durante a Revolução Industrial. | 76 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: poder e política** | | | |
| José Antônio Martins | Filosofia política | Reflexões filosóficas sobre a política | LV |
| Marilena Chauí | Simulacro e poder: uma análise da mídia | Poder da mídia (quarto poder) | 25 |
| Judith Butler | *El capitalismo tiene sus límites* | Dimensão paradoxal de espaço criada com a pandemia de Covid-19 | 32 |
| Maria Lúcia de Arruda Aranha | Maquiavel: a lógica da força | Teoria política na época Moderna | 33 |
| Wolfgang Adolf Karl Döpcke | A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra | Estado, poder e território | 126-127; 160 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: sociedade, política e cultura** | | | |
| Marilena Chauí | Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro | Paternalismo e autoritarismo no contexto cultural brasileiro | 17 |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: as escolas helenísticas | Manifestações do divino e concepção estoica de Deus | 22 |
| Francis Wolff | Quem é bárbaro? | O eu e o outro: a relação entre o familiar e o diverso | 33; 158 |
| Heleieth Saffioti | Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade | Desigualdades e violência de gênero | 39; 158 |
| Lélia Gonzalez | Racismo e sexismo na cultura brasileira | O lugar das mulheres negras trabalhadoras na sociedade brasileira | 39; 158 |
| Paulo Freire | Pedagogia da autonomia | Hegemonia e controle ideológico | 55 |
| Abdias do Nascimento | Teatro Experimental do Negro | Ancestralidade negra; Movimento negro | 96; 147 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades** | | | |
| Angela Davis | Libertem Angela Davis (filme americano de 2012 dirigido por Shola Lynch) | Direitos civis da população afro-americana | LXXXI |
| Fábio Konder Comparato | A afirmação histórica dos direitos humanos | Dignidade humana | LXXXI |
| Silvio Luiz de Almeida | O que é racismo estrutural? | Racismo | LXXXIX |
| Thatiane Moreira | Covid-19: vigilância como controle ou cuidado? | Terrorismo e vigilância | 85 |
| Angela Davis | Mulheres, raça e classe; A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura | Violência estrutural e interseccionalidade | 102-103 |
| Francis Wolff | Quem é bárbaro? | Fundamentalismo e conflitos entre Islã e Ocidente | 104 |
| Mahatma Gandhi | Não citada | Filosofia da não violência | 108 |
| Henry David Thoreau | A desobediência civil | Filosofia da não violência | 108 |
| Nei Lopes | O racismo explicado aos meus filhos | Colonização e racismo | 123 |
| Sueli Carneiro | Site da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra | Racismo no Brasil de hoje | 126 |
| Sueli Carneiro | Cartaz da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra: denúncia e combate ao racismo | Racismo no Brasil de hoje | 131 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.2.1.4 – Moderna Plus: Filosofias brasileiras

Identificar Filosofias brasileiras nos livros que compõe o PNLD pode ser um indicativo do quanto a representatividade do pensamento elaborado por brasileiros tem

obtido o devido reconhecimento pela sociedade. Questionar os cânones tradicionais relacionados à Filosofia e seu ensino é necessário, pois há que se reconhecer a importância do pensamento formulado por pensadores e pensadoras em qualquer parte do mundo, desarticulando perspectivas hegemônicas.

Nastassja Pugliese, pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assinala que a investigação dos cânones tradicionais da História da Filosofia permite detectar certas ausências como, por exemplo, de autoras mulheres, de autores negros, de autores de classes sociais diversas e de culturas não-europeias.

> As obras desses autores ausentes, quanto investigadas, mostram-se muitas vezes contraintuitivas, apresentando estilos de escrita alternativos, apresentando teses políticas subversivas e em desacordo tanto com as questões como com as hipóteses tradicionais. (PUGLIESE, 2019, p. 404)

Deve a análise e a crítica dos livros didáticos levar em consideração o cotidiano dos alunos, considerando questões que façam sentido às suas singularidades. O estudo das culturas locais, das classes sociais, das desigualdades de gênero e de etnia, por exemplo, são conteúdos que tem potencial para desmistificar supostas verdades absolutas, que coincidentemente procuram legitimar os valores e ideais de culturas hegemônicas (STURZA, 2017, p. 224).

A categoria de análise Filosofias brasileiras, aqui evocada, foi elaborada no sentido de valorizar as formulações filosóficas e culturais advindas ou a partir do Brasil, levando em consideração a pluralidade de vozes e de pensamentos que constituem o modo de ser brasileiro.

De acordo com o pensamento de Julio Cabrera, aquele que pensa Filosofia a partir do Brasil não pensa questões exclusivamente brasileiras, não está restrito a uma territorialidade específica, fugindo à expectativa de formulação de uma "Filosofia brasileira". Pensadores que pensam *desde* o Brasil carregam uma série de influências e referenciais não estritamente brasileiros (CABRERA, 2013, p. 29). Reconhecer influências externas no pensamento de filósofos brasileiros não implica negar que exista Filosofia no Brasil, salienta Cabrera.

> Filósofos que pensam *desde* o Brasil farão simplesmente Filosofia (e não "Filosofia brasileira"), mas não farão Filosofia que qualquer outro poderia ter feito desde qualquer outro lugar, nem farão meros comentários sobre Filosofias feitas em outros lugares. Não serão, pois, nem pensadores ultrapessoais ("pensadores nacionais") nem pensadores "impessoais" ("técnicos da Filosofia", como é hoje recomendado), mas filósofos pessoais: eles terão apresentado em seus textos a sua pessoa filosófica, a sua procedência de pensadores. Os filósofos não estão nacionalmente filiados, mas tampouco são conjuntos de exilados. A estes eu chamo "filósofos *desde* o Brasil", pensadores que não são nem exóticas entidades nacionais nem comentadores anônimos (CABRERA, 2013, p. 30).

As inclusões de formulações filosóficas brasileiras na Coleção Moderna Plus poderão ser verificadas na tabela 10, que evidencia se foi ou não cumprida a determinação do Edital do PNLD 2021 destacada na alínea "g" do critério eliminatório comum 2.1.2 (FNDE, 2021, p. 52), e, em caso positivo, demonstra as ocorrências por volume, suas obras e o contexto a elas relacionado. Em geral, percebe-se alguma representatividade na coleção como um todo, muito embora o volume que tematiza *trabalho, ciência e tecnologia* não contenha referências brasileiras.

Tabela 10: Filosofias brasileiras na Coleção Moderna Plus

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação** | | | |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles | Anaximandro e a luta dos contrários | 59 |
| Spensy Kmitta Pimentel | Cosmopolítica kaiowá e guarani: uma crítica ameríndia ao Agronegócio | Movimentos sociais indígenas e luta pela terra | 151 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania** | | | |
| Silvio Gallo; Regina Maria de Souza | Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência | Impasses do mundo globalizado sob a perspectiva do ensino de Filosofia | LXXX |
| Scarlett Marton | Nietzsche: transvaloração dos valores | Transvaloração dos valores | 133 |
| Djamila Ribeiro | O que é lugar de fala? | Razão negra | 147 |
| Franklin Leopoldo e Silva | Felicidade: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos | Felicidade e autonomia | 150 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: trabalho, ciência e tecnologia** | | | |
| Sem Ocorrências | - | - | - |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: poder e política** | | | |
| José Antônio Martins | Filosofia política | Reflexões filosóficas sobre a política | LV |
| Marilena Chauí | Simulacro e poder: uma análise da mídia | Poder da mídia (quarto poder) | 25 |
| Maria Lúcia de Arruda Aranha | Maquiavel: a lógica da força | Teoria política na época Moderna | 33 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: sociedade, política e cultura** | | | |
| Marilena Chauí | Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro | Paternalismo e autoritarismo no contexto cultural brasileiro | 17 |
| Marilena Chauí | Introdução à História da Filosofia: as escolas helenísticas | Manifestações do divino e concepção estoica de Deus | 22 |
| Heleieth Saffioti | Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade | Desigualdades e violência de gênero | 39; 158 |
| Lélia Gonzalez | Racismo e sexismo na cultura brasileira | O lugar das mulheres negras trabalhadoras na sociedade brasileira | 39; 158 |
| Paulo Freire | Pedagogia da autonomia | Hegemonia e controle ideológico | 55 |
| Abdias do Nascimento | Teatro Experimental do Negro | Ancestralidade negra; Movimento negro | 96; 147 |
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades** | | | |
| Fábio Konder Comparato | A afirmação histórica dos direitos humanos | Dignidade humana | LXXXI |
| Silvio Luiz de Almeida | O que é racismo estrutural? | Racismo | LXXXIX |
| Thatiane Moreira | Covid-19: vigilância como controle ou cuidado? | Terrorismo e vigilância | 85 |
| Nei Lopes | O racismo explicado aos meus filhos | Colonização e racismo | 123 |
| Sueli Carneiro | Site da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra | Racismo no Brasil de hoje | 126 |

| Filósofo (a) | Obra | Contexto | Página |
|---|---|---|---|
| Volume: **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades** | | | |
| Sueli Carneiro | Cartaz da ONG Geledés Instituto da Mulher Negra que denuncia e combate o crime de racismo | Racismo no Brasil de hoje | 131 |

Fonte: elaboração do autor.

2.1.2.1.5 – Síntese das análises da coleção Moderna Plus

A coleção Moderna Plus é constituída por seis volumes do Livro do Estudante (que possui uma organização fixa de seis capítulos por volume e uma atividade integradora), bem como pelo respectivo Manual do Professor e Material Digital do Professor. Os seis volumes abordam os seguintes temas: ***Natureza em Transformação; Globalização, emancipação e cidadania; Trabalho, ciência e tecnologia; Poder e política; Sociedade, política e cultura*** e ***Conflitos e desigualdades.***

A coleção articula os conhecimentos de História, de Geografia, de Filosofia e de Sociologia no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma interdisciplinar conforme os critérios e as normativas do Edital do PNLD 2021, documento este ancorado na BNCC.

Um dos destaques da obra é o suplemento digital *Mapa Conceitual,* que se propõe a facilitar o trabalho dos professores pela visualização das temáticas relacionadas com os conhecimentos específicos. Além disso, a organização dos capítulos por componente curricular, além de não ferir as normativas do Edital, contribui para um melhor planejamento docente.

# 3- Produção de materiais didáticos no Ensino de Filosofia

Um produto educacional se configura como uma modalidade de Produção Técnica e Tecnológica. Muitos ingressantes em programas de Mestrado Profissional assustam-se com a possibilidade de seu desenvolvimento, por vezes não compreendendo sua finalidade e seu conceito. Logo, esta temática necessita de esclarecimento.

A portaria nº 60/2019 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que dispõe sobre Mestrado o Doutorado Profissionais, estabelece, em seu capítulo IV, que os trabalhos de conclusão de curso devam atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa e, que são permitidos formatos inovadores.

> Art. 11: Os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética. Parágrafo único. O regulamento do programa Profissional deverá indicar os formatos dos trabalhos de conclusão, assim como os mecanismos de registro documentado sobre o conhecimento gerado pela pesquisa, para fins de verificação e avaliação. Art. 12: As orientações específicas para os formatos dos trabalhos de conclusão serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação, permitindo formatos inovadores, com destaque para a relevância, inovação e aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar. (BRASIL, 2019)

As normas Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) estabelecem como Trabalho de Conclusão de Curso a elaboração de uma dissertação e um produto didático, produto este que pode ser elaborado nos mais diversos formatos: sequências didáticas, guias, cartilhas, jogos, *podcasts*, filmes, mapas, catálogos, oficinas, eventos, etc.

Os Produtos Educacionais de Filosofia são Produções Técnicas e Tecnológicas (PTT) que se destinam ao ensino de Filosofia, bem como à divulgação de saberes e práticas a ela correlacionados, desenvolvidos no decurso de pesquisas científicas, constituindo, assim, objetos de aprendizagem.

A área da CAPES de Filosofia enumerou, em 2019, os seguintes tipos de PTT como sendo relevantes para a avaliação da produção dos programas de Mestrado Profissional (PINTO; PEREIRA, 2024, p. 5, 6):

- ✓ Material didático;
- ✓ Curso de formação profissional;
- ✓ Evento organizado;
- ✓ Produto bibliográfico;
- ✓ Produto de editoração;
- ✓ Produto de comunicação;
- ✓ Acervo;
- ✓ Produto de editoração;
- ✓ Tecnologia social; e
- ✓ Tradução.

Pinto e Pereira (2024) recomendam que as experiências e os processos educacionais estejam comprometidos com uma ideia de formação filosófica: daí a importância de que se formulem estratégias e PTTs em Filosofia destinados à educação básica, e que as experiências de tais estratégias e produtos sejam discutidas publicamente em ambiente acadêmico. A definição formulada por tais pesquisadores sobre os produtos educacionais é a seguinte:

> Embora o material didático seja um tipo de PTT de aderência mais evidente ao campo do ensino de Filosofia, os demais tipos não são menos importantes para o amadurecimento e a consolidação do ensino e da área de Filosofia. Chamamos produtos educacionais aos PTTs, situados em todo esse amplo espectro de tipos selecionados, que sejam diretamente voltados ao ensino e à divulgação da Filosofia no âmbito da educação, formal e não-formal, e da comunicação social. Entendemos que a categoria "produto educacional" oferece mediação capaz de compreender uma gama de produções de natureza técnica e tecnológica que são voltadas para o ensino e a divulgação filosófica, não se confundindo com a categoria geral de PTT nem se reduzindo ao tipo "material didático". (PINTO; PEREIRA, 2024, p. 6)

Outra questão abordada pelos pesquisadores é a problemática em torno do esvaziamento de conteúdos filosóficos nas obras mais recentes, em obediência às mais

diversas diretrizes governamentais. A BNCC é um exemplo. Seu caráter reducionista e ambíguo no que tange a "estudos e práticas", afeta diretamente o PNLD. Este fator, já observado na análise das obras apresentadas no capítulo anterior, poderia ser melhor explicitado através da elaboração e da produção de um produto educacional que demonstrasse o resultado das análises e avaliações obtidas em prol da presente dissertação. Vejamos:

> Há ainda outro elemento que compõe o contexto esse em que o produto educacional aparece como uma necessidade e oportunidade para a área de Filosofia: o já citado momento delicado por que passa o PNLD. O caminho imposto para a formação filosófica na Educação Básica pela Lei nº 13.415/17 e seus efeitos já visíveis na nova edição do PNLD Ensino Médio é de retrocesso. Com Edital atrelado a uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cuja homologação foi marcada pela ruptura com relação ao processo pelo qual vinham sendo elaboradas as versões anteriores da base, e que contava com representantes dos componentes curriculares reconhecidos pelas respectivas comunidades científicas dispostos a dialogar e acolher as críticas apresentadas por meio de consulta pública, o atual PNLD impõe nova ruptura à produção educacional ao dispor os livros didáticos por grandes áreas. O programa faz, assim, desaparecer o livro didático de Filosofia do seu quadro de volumes, oferecendo às escolas, professores e estudantes livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos quais os objetos e procedimentos do fazer filosófico encontram-se diluídos nas obras e dissociados de uma concepção refletida e justificada a respeito do ensino de Filosofia e das práticas filosóficas. (PINTO; PEREIRA, 2021)

Os docentes – ao assumirem a vulnerabilidade da disciplina diante de vários aspectos, tais como: falta de docentes habilitados, carga horária mínima, Projeto de Vida adquirindo *status* de disciplina (PEREIRA, 2024, p. 236) – podem vir a encarar a produção educacional autoral como um desafio. Entretanto, conforme assinalou Pereira, tal produção não visa a uma concorrência direta com os livros didáticos ou com outros materiais considerados institucionais. A produção educacional autoral pode, inclusive, ser adotada como uma estratégia de resistência.

> No atual contexto, produtos e processos educacionais podem ser a possibilidade de encarnar a Filosofia e ocupar o espaço vazio deixado pela diluição de seus conteúdos nos livros do PNLD. Com isso não se pretende fazer uma defesa da extinção ou abandono dos livros didáticos, mas, sobretudo, olhar atentamente para novas aberturas no ensino-aprendizagem da Filosofia. (PEREIRA, 2024, p. 236)

A produção educacional pode, certamente, agregar valores à prática profissional docente, bem como contribuir significativamente no processo de ensino e aprendizagem. Um bom produto pode cooperar no sentido de que haja melhoria na qualidade do ensino. Os egressos dos programas de pós-graduação profissional em ensino poderão, ao tomar contato com diversas produções educacionais, refletir sobre suas práticas docentes, aprimorando-as. Poderão, também, aplicar o resultado do aprendizado em novos produtos, aprimorar ou até mesmo ampliar produções existentes.

Conforme Alves e Gutierre, a reflexão sobre os produtos técnicos pode contribuir para o entendimento das demandas escolares e da sociedade:

> Vale mencionar a relevância da pesquisa para o meio acadêmico mediante o levantamento teórico acerca das produções técnicas, apresentando a importância de como esta reflexão pode contribuir para o entendimento das demandas de ensino nas escolas. E contribuir, de algum modo, para o aprimoramento da sociedade com a disseminação desses Produtos Educacionais, ampliando seu leque de abrangência e transformando o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo, nas formas de se pensar, ensinar e aprender num mundo influenciado pela complexidade das coisas com grandes desafios para a educação contemporânea. (ALVES; GUTIERRE, 2018)

A participação nas disciplinas de **Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais** do PPFEN foi fundamental para que fosse definido o produto educacional que viria a constituir o apêndice desta pesquisa. Nestas disciplinas, além de todo o debate teórico e metodológico, foram demonstradas diversas possibilidades de produtos educacionais.

Durante o curso da disciplina *Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais II (FEN9037)*, cursada no 3º trimestre de 2023, houve o primeiro contato e amadurecimento do corpo discente relacionado à temática e à importância do produto educacional. Os docentes demonstraram múltiplos produtos educacionais e a relação destes com o ensino e a divulgação da Filosofia. Esta disciplina tem por ementa:

> Os múltiplos gêneros de produtos educacionais. Linguagens, mecânicas e media. Tradução e apropriação. Produtos educacionais e divulgação da filosofia. Oficinas de experimentação e produção coletiva. (PPFEN, 2025)

Já na disciplina *Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais III (FEN9040)*, cursada no 3º trimestre de 2024, os discentes puderam aprofundar-se nas temáticas do produto educacional não somente por intermédio dos artigos e das aulas expositivas, mas também pelos exercícios práticos (individuais e em grupo). A ementa desta disciplina é a seguinte:

> Recortes específicos para a pesquisa de produtos educacionais. Produção com ênfase em algum gênero (jogo, cartilha, exposição, aplicativo, oficina, etc.) e/ou público-alvo (escolar/não-escolar, nível básico/superior, professores/estudantes). Análise do potencial filosófico do gênero, seus elementos, seus limites e suas funcionalidades. Reconhecimento da tipologia e do vocabulário característico do gênero. (PPFEN, 2025)

No decurso da presente pesquisa, após analisar e avaliar as obras elencadas, refletir e mapeá-las (conforme demonstrado no capítulo dois), a princípio definiram-se duas propostas para um produto educacional. A primeira proposta seria **transportar os resultados de análise para uma tabela** que pudesse ser destinada aos docentes e à comunidade acadêmica para que fosse facilitado o acesso ao conteúdo filosófico de algumas obras componentes do PNLD 2021 – Ensino Médio – Objeto 2, com potencial para colaborar no processo de escolha e análise de livros destinados a escolas e alunos. Tal tabela, cuja publicação se daria em formato digital, constituiria o produto educacional a compor o apêndice desta dissertação. O problema desta proposta reside no fato de que as próprias editoras, no suplemento Manual do Professor, já disponibilizam uma seção com demarcações e indicações de trabalho por área docente, proposta que resultaria numa produção educacional redundante.

Uma segunda proposta seria **elaborar o produto em formato oficina** destinada a professores de Filosofia ou a pesquisadores com exposição de metodologia capaz de elucidar os conteúdos filosóficos nos livros analisados, constituindo assim um relevante contributo à reflexão crítica sobre as possibilidades de ensino de Filosofia expressas em tais livros. A oficina seria (ou poderia ser) realizada junto a licenciandos e professores e seu roteiro detalhado poderia ser publicizado em formato digital.

Contudo, após muitos debates em reuniões de orientação e apresentações de protótipos junto ao corpo discente no decorrer das disciplinas de *Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais* do PPFEN, a proposta que se mostrou mais

viável foi a de elaborar o produto educacional constituindo-o de um **roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia** pelos professores, contemplando uma síntese das análises realizadas na pesquisa. Tal produto será composto de um manual em formato digital com tabelas que ajudem a demonstrar o resumo das análises e o resultado da "interdisciplinaridade" nos livros analisados de forma crítico-demonstrativa. O material disposto no Anexo 4 é o resultado da *Proposta de Produto Educacional* elaborada para esta pesquisa durante o curso da disciplina *Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais III*.

O título do produto educacional será ***"Roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia"***. Tal roteiro trará a exposição da metodologia de análise que levou à confecção das tabelas demonstrativas que identificam a presença da Filosofia nas duas coleções examinadas na pesquisa.

Este produto educacional justifica-se por sintetizar o procedimento analítico adotado no decorrer da pesquisa e por contribuir diretamente para o trabalho cotidiano de seu público-alvo: professores de Filosofia e pesquisadores interessados em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Como referencial teórico e bibliográfico para o produto educacional foram selecionados artigos produzidos para diversas revistas acadêmicas, tais como *O que nos faz pensar* e *REFilo;* publicações da ANPOF correlatas; o Edital do PNLD-2021; a Lei nº 13.415/2017; as coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas das editoras FTD (Multiversos) e Moderna (Moderna Plus) que foram aprovadas no PNLD-2021 e o pensamento crítico para o campo educacional de pensadores como Chauí, Gallo e Nascimento.

Torna-se importante salientar que, no âmbito das escolhas de livros didáticos destinados ao ensino público, as análises pelos agentes interessados devem seguir alguns critérios definidos pelas redes de ensino, que decidem sobre qual modelo de escolha pretendem adotar. A rede de ensino deve informar se deseja que cada escola receba o material registrado no sistema, se deseja criar grupos de escolas que receberão o mesmo material ou ainda se deseja adotar o mesmo material para todas as escolas integrantes da rede de ensino (PNLD, 2021).

A rede de ensino pode organizar suas escolas em torno de três modelos de escolha: escolha única para cada escola; escolha única para cada grupo de escolas da rede ou escolha única para todas as escolas da rede (FNDE, 2025).

Múltiplos fatores podem ser considerados no processo de análise e de escolha de livros didáticos, fatores estes que podem envolver a rede de ensino, as escolas, a comunidade escolar ou mesmo a opção pessoal de determinado docente.

O produto educacional pretende demonstrar, por intermédio de seu roteiro, as etapas que podem ser consideradas no procedimento de análise de livros didáticos, etapas estas que foram utilizadas no decurso desta pesquisa:

- ✓ Delimitação do campo de análise (*corpus* analítico);
- ✓ Seleção de livros a analisar (por coleção, por editora, por autores, pela base de dados da FNDE, etc.);
- ✓ Estabelecimentos de critérios e categorias de análise (o que analisar nos livros selecionados);
- ✓ Confecção de relatório sintético das análises para divulgação à comunidade escolar ou acadêmica (a depender do público-alvo, se professores ou se pesquisadores interessados na temática correlacionada).

No apêndice desta dissertação encontra-se o produto educacional que se vincula a esta pesquisa, o qual poderá ser visualizado, debatido, problematizado e ampliado em pesquisas futuras, uma vez que seria impossível esgotar a importante temática do livro didático para o ensino de Filosofia na educação básica brasileira.

Almeja-se, contudo, que este produto desperte outros trabalhos, outras pesquisas, outras necessidades de um olhar crítico e reflexivo sobre as políticas públicas em educação no Brasil que afetam, como já demonstrado, a produção didática e o ensino, que muitas vezes se faz refém de políticas que não o favorecem, mas que o limitam.

# Considerações Finais

A Filosofia passou por "idas e vindas" do currículo da educação pública básica brasileira nas décadas mais recentes dos séculos XX e XXI.

O golpe que teve como desfecho o *impeachment* de Dilma Rousseff no ano de 2016 e que trouxe Michel Temer como presidente representou também o avanço do neoliberalismo sobre as políticas públicas educacionais no Brasil. O ensino de Filosofia, a partir deste novo governo, também foi duramente golpeado. Desde a aprovação da Lei nº 11.684/2008 a Filosofia mantinha seu lugar garantido como disciplina obrigatória no Ensino Médio. No governo Temer foi aprovada a Lei nº 13.415/2017, que impactou profundamente o ensino de Filosofia no Ensino Médio transformando-a em componente curricular de segundo nível – ou, como queira a letra da lei, transformando-a em "estudos e práticas" e, inserindo-a na grande área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esta pesquisa buscou verificar qual o lugar do ensino de Filosofia expresso nos livros didáticos, mais especificamente em duas coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a partir da "reforma" denominada Novo Ensino Médio promovida pela Lei nº 13.415/2017. Por intermédio da investigação de pesquisa nas coleções **Multiversos**, da **Editora FTD** e **Moderna Plus**, da **Editora Moderna**, buscou-se verificar quais as possibilidades para o ensino de Filosofia nelas expressas, partindo do pressuposto que foram as duas coleções destinadas ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio que obtiveram maior distribuição conforme os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Tomando de empréstimo as palavras de Silvio Carneiro entendemos que a BNCC do Ensino Médio fragmentou o ensino de Filosofia, fragilizando-o profundamente, apagando-o e, destituindo-o por intermédio de sua diluição no currículo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. História, Geografia, Sociologia e Filosofia passaram, assim, a compor uma "grande área" de conhecimento. O mesmo ocorreu com outras disciplinas: foram inseridas em "grandes áreas", subalternizando-as. Houve exceção desta subalternização apenas em relação ao ensino de Português e de

Matemática, as únicas disciplinas que continuaram como componentes obrigatórios em todas as séries do Novo Ensino Médio.

> Pois em um currículo fragmentado, como o que se anuncia na BNCC do Ensino Médio, a experiência filosófica passa a ser diluída no currículo. O lugar da Filosofia nem é controlado nem indefinido, tampouco garantido. Disperso no véu das áreas de conhecimento, em que todos os discursos passam a ressoar sem quaisquer referências, o discurso filosófico assume uma fantasmagoria daquela potência apagada, em que "se deixa dizer, faz-se morrer". (CARNEIRO, 2019, p. 230)

O recorte desta pesquisa tem potencial para proporcionar um intenso mergulho no universo do saber e, também, para ter papel ativo na academia. Por isso, investigou-se, já no **primeiro capítulo**, qual foi o impacto provocado pela Lei nº 13.415/2017 sobre o ensino de Filosofia. Tomando como referencial teórico a filósofa Marilena Chauí, foi questionado o discurso de competências da BNCC sob a ótica da **ideologia da competência**, concluindo que a alteração da legislação educacional favorece a competição dos indivíduos – o mais competente prevalece – fomentando e aprofundando as desigualdades sociais e intelectuais.

Ficou evidente, também, que a "reforma" proposta pelo Novo Ensino Médio tornou o Ensino de Filosofia alienado, esvaziado de seus sentidos e que, tal alienação e esvaziamento foi replicada na maior política de distribuição de livros didáticos destinados à educação básica no Brasil: o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Pondo uma lupa sobre o Edital do PNLD 2021, foram verificadas as determinações impostas ao mercado editorial: a interpretação das autoras, autores e editoras sobre como mobilizariam as obrigatoriedades foi decisiva, uma vez que, caso não adequassem suas propostas aos normativos expressos em Edital não teriam suas obras aprovadas. Logo, a produção autoral/editorial teve de submeter-se às pressões, sob pena de reprovação e consequente exclusão do PNLD 2021. Analisar o Edital e as obras foi um meio de verificar como foram mobilizadas, materialmente, as obrigatoriedades.

Uma vez definido o recorte da pesquisa e o *corpus* de análise, qual seja, as coleções Multiversos e Moderna Plus, cada qual contendo seis volumes destinados ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, foram estabelecidas

quatro categorias de análise: **presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas** e **Filosofias brasileiras**. O objetivo de tais categorias era responder a dois questionamentos-base: 1) onde estaria a Filosofia nos livros elencados; e 2) de que forma os conteúdos filosóficos, quando incluídos em tais livros, cooperariam para seu efetivo ensino. A análise das duas coleções foi desenvolvida no **segundo capítulo** desta pesquisa e apontou para um cenário de limitações impostas pelo Edital do PNLD 2021, este ancorado na BNCC e esta, aprovada no bojo da Lei nº 13.415/2017. Assim, as editoras se viram obrigadas a diluir o conteúdo de História, de Geografia, de Sociologia e de Filosofia no decorrer dos seis volumes de cada coleção, sempre priorizando maior quantidade de capítulos e de temáticas à História e à Geografia. A Sociologia e a Filosofia contam com menor espaço nestas coleções, espaço este totalmente fragmentário, ainda que uma das coleções tenha priorizado organizar os capítulos por componente curricular.

O trabalho com as categorias foi capaz de demonstrar, nas tabelas elaboradas especialmente para esta pesquisa, a precariedade de inserção de alguns conteúdos específicos. Por exemplo, podemos citar as ocorrências nas quais as obras dos filósofos e filósofas não foram devidamente citadas ou com menções superficiais a seus nomes, sem aprofundamento. Casos em que aparecem apenas imagens com legendas também foram aqui elencados, assim como temáticas nas quais se verificou ausência de tratamento filosófico.

A presença de mulheres filósofas foi detectada no decorrer das duas coleções, entretanto nunca de forma equitativa em relação a dos filósofos homens (a questão do quantitativo ser equânime não era uma questão no Edital: tratava-se de uma preocupação desta pesquisa apenas). O critério eliminatório comum 2.1.2 do Edital do PNLD 2021, em sua alínea "e", expressava apenas a obrigatoriedade de se promover, de forma positiva, a imagem da mulher nas obras aprovadas. Observou-se também que o panorama de inclusões de filósofas ao longo das duas coleções era da época contemporânea.

A localização de Filosofias não-eurocentradas e de Filosofias brasileiras guarda relação com as alíneas "d", "f" e "g" do critério eliminatório comum 2.1.2 do Edital do PNLD 2021. É evidente que ambas as editoras observaram atentamente esta normativa e que, com limitações, buscaram inserir representatividades de pensamentos locais e

também de filosofias fora da esfera eurocêntrica ao longo dos seis volumes componentes de cada coleção. Contudo, por ser uma novidade, arriscaram-se ao mínimo: não deixando de introduzir referenciais diversificados, as editoras mantiveram uma estrutura padrão. Foi possível observar que os referenciais não europeus/afrodiaspóricos, nestas coleções, ficaram concentrados em discussões contemporâneas.

Por tratar-se de uma pesquisa vinculada a um Mestrado Profissional, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN), inserida na linha de pesquisa *Teoria e Prática do Ensino de Filosofia* com seu projeto *Produção e Avaliação de Material Didático no Ensino de Filosofia,* era salutar que fosse também produzido um produto educacional destinado ao ensino de Filosofia: uma Produção Técnica e Tecnológica (PTT) capaz de ensinar e divulgar saberes e práticas desenvolvidas no decurso de pesquisas científicas. Desenvolveu-se, assim, no **terceiro capítulo**, o produto intitulado *Roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia*.

Trata-se de uma publicação digital destinada a uso em pesquisa e ensino escolar contendo tabelas capazes de demonstrar as análises executadas na pesquisa e, também, o resultado da "interdisciplinaridade" nos livros analisados de forma crítico-demonstrativa. O público-alvo deste produto educacional são professores de Filosofia e pesquisadores interessados em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Entende-se que tal material tenha potencial para otimizar o trabalho dos docentes e o planejamento de suas aulas, por intermédio da delimitação dos conteúdos de Filosofia nas obras, uma vez que tais conteúdos estão fragmentados e diluídos conforme determinou o Edital do PNLD 2021, Edital este ancorado na BNCC. A produção educacional vinculada a esta pesquisa também favorece futuras pesquisas, por intermédio da exposição de sua metodologia: são abordadas questões a serem observadas na avaliação de livros didáticos do PNLD, e também quais aspectos devem ser considerados na avaliação de livros didáticos de Filosofia. Ao abordar os procedimentos para avaliação de livros didáticos de Filosofia, o produto ensina e agrega valor à prática docente. Fomenta, também, a continuidade e o aprimoramento futuro desta produção educacional.

À guisa de concluir os esforços de pesquisa para esta dissertação, não se pode, novamente, deixar de reconhecer a importância e a relevância de se analisar a produção educacional destinada à educação básica. Tal esforço de análise é mais uma das formas de refletir sobre o impacto das políticas públicas sobre o ensino brasileiro e, de estabelecer estratégias para resistir ao desmonte da educação pública em detrimento de práticas e políticas neoliberais que aprofundem, cada vez mais, as desigualdades na sociedade brasileira.

A presente pesquisa trouxe evidências de que a Lei nº 13.415/2017 afetou profundamente os rumos da educação no Brasil; não somente na letra da lei, mas na prática docente que se faz por intermédio – também – da produção educacional expressa em formato de livros didáticos.

Foi possível constatar, no âmbito desta pesquisa, o aprofundamento da vulnerabilidade da Filosofia no Ensino Médio por meio de sua inclusão precária nos livros didáticos, tendo em vista que sua presença se dá em função do atendimento a determinadas competências e habilidades. A vulnerabilidade da Filosofia, evidenciada nos livros didáticos analisados, não se limita à divisão dos livros por área, mas também à própria pedagogia das competências.

Ainda que, por intermédio de pressão e resistência da comunidade docente, de profissionais e pesquisadores tais como o professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento, de Associações como a ANPOF e de Sindicatos os mais diversos, tais como o SEPE-RJ, tenha sido sancionada a Lei nº 14.945/2024 e que algumas reformas tenham sido efetuadas, principalmente no tocante à carga horária da Formação Geral Básica (FGB) – de 1.800 para 2.400 horas – é salutar observar que a Filosofia não foi reintroduzida como componente obrigatório no Ensino Médio, estando, ainda, integrada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ademais, a Lei nº 14.945/2024 não revogou a BNCC, a qual permanece obrigatória no "Novíssimo" Ensino Médio, ora introduzido por força desta mais nova legislação educacional brasileira.

Os produtos educacionais materializam um ato educativo. Analisar, avaliar e problematizar tal materialização – independentemente da descontinuidade da modalidade atual para o próximo PNLD – possibilita entrever limites e estratégias para manter o ensino de Filosofia depois do Novo Ensino Médio que, ancorado pela BNCC, organiza-se por competências e habilidades.

Caberá a uma futura pesquisa analisar qual o lugar da Filosofia após a sanção da Lei nº 14.945/2024, bem como o de futuros PNLDs. O PNLD 2026, por exemplo, ainda que tenha sido elaborado em conformidade com a BNCC, marcará o retorno dos livros didáticos em separado de História, de Geografia, de Sociologia e de Filosofia, entretanto ainda os submetendo, integrando-os à grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Qual será o impacto desta alteração na produção didática que, a esta altura já concluída, encontra-se em processo de análise pelos avaliadores do PNLD?

# Referências


ALVES, Cídia Paula da Costa; GUTIERRE, Liliane dos Santos. **Produto Educacional advindo de um Mestrado Profissional: perspectivas e desafios quanto sua aplicabilidade, em especial, no ensino de Matemática**, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/download/6433/5759/. Acesso em 26 mar. 2025.

ALVES, Henrique Napoleão. **Afinal de contas, o que é "marco teórico?"**, 2017. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/afinal-de-contas-o-que-%C3%A9-marco-te%C3%B3rico-henrique-napole%C3%A3o-alves-phd. Acesso em 17 set. 2024.

ANPOF. **Nota de repúdio a declarações do ministro da educação e do presidente da república sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente Filosofia e Sociologia**. **Coluna ANPOF**, 26 abr. 2019. Disponível em: https://anpof.org/comunicacoes/notas-e-comunicados/nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia. Acesso em 25 jan. 2024.

ARAÚJO, Claisy Maria Marinho; ALMEIDA, Leandro da Silva. **Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação superior**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 32, n. esp., p. 1-10, 2016.

BLOG CIDADANIA & CULTURA. **Ideologia da Competência**, 2018. Disponível em: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2018/08/05/ideologia-da-competencia/. Acesso em 26 jan. 2024.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; DA SILVA, Edilson Adão Cândido; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. **Multiversos Ciências Humanas: ética, cultura e direitos: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos Ciências Humanas: globalização, tempo e espaço: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos Ciências Humanas: política, conflitos e cidadania: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos Ciências Humanas: populações, territórios e fronteiras: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos Ciências Humanas**: **sociedade, natureza e sustentabilidade: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

_____. **Multiversos Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e desigualdade: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

BRAICK, Patrícia Ramos, *et al*. **Mapa conceitual**, 2020. Disponível em: https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Mapa-Moderna-Plus-%E2%80%93-Ci%C3%AAncias-Humanas-e-Sociais-Aplicadas-PNLD-2021-Objeto-2-Editora-Moderna.pdf. Acesso em 04 out. 2024.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: natureza em transformação: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: trabalho, ciência e tecnologia: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: poder e política: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: sociedade, política e cultura: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

_____. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: conflitos e desigualdades: Ensino Médio: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 88.295, de 10 de maio de 1983**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88295-10-maio-1983-438189-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 11 fev. 2025.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 11 fev. 2025.

_____. Câmara dos Deputados. **Novo Plano de Educação institui metas para a educação brasileira até 2034**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1077593-novo-plano-de-educacao-institui-metas-para-a-educacao-brasileira-ate-2034/. Acesso em 05 fev. 2025.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867 de 2015**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015. Acesso em 14 fev. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.230 de 2023**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598. Acesso em 29 mar. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto do governo federal redefine diretrizes do Ensino Médio no País**, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1012689-

projeto-do-governo-federal-redefine-diretrizes-do-ensino-medio-no-pais/. Acesso em 26 jan. 2024.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 60, de 20 de março de 2019**. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=884#anchor. Acesso em 30 mar. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 06 fev. 2024.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 06 fev. 2024.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be. Acesso em 25 jan. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em 25 jan. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf. Acesso em 06 fev. 2024.

BUGS, Jonathan Dalla Vechia. **A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: implicações para o Ensino da Filosofia**, 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria, 2021.

CABRERA, Julio. **Diário de um filósofo no Brasil**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013, p. 28; 29; 30; 71; 87.

CALLEGARI, Cesar. **Por que tentam excluir Filosofia e Sociologia do currículo escolar?**, 2024. Entrevistadora: Laura Rachid. Entrevista concedida à Revista Educação. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2024/02/27/tentam-excluir-filosofia-e-sociologia-do-curriculo-escolar/. Acesso em 06 mar. 2024.

CARDOSO, João Augusto; MARTINS, Carlos José; ARAÚJO, Rogério Bianchi de. **A interdisciplinaridade no ensino de Filosofia e Sociologia e sua integração como "estudos e práticas" em face da BNCC de 2018**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 8, p. e2/1–19, 2022. DOI: 10.5902/2448065765963.

CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. **A Filosofia enquanto estudos e práticas**. **Coluna ANPOF**, 07 fev. 2017. Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-filosofia-enquanto-estudos-e-praticas. Acesso em 04 fev. 2025.

_____. Filosofia de base: o ensino filosófico em um currículo fragmentado. *In*: **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CARVALHO, Marcelo. **Ensino de Filosofia e Currículo. Coluna ANPOF**, 02 nov. 2016. Disponível em: https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/ensino-de-filosofia-e-curriculo. Acesso em 25 jan. 2024.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. *In*: **A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí**. Vol. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 43-48.

_____. Contra o discurso competente. *In*: **A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí**. Vol. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 98-100.

_____. O pacote competente. *In*: **A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí**. Vol. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 101-103.

_____. **Mito e Filosofia – Marilena Chauí**, 2013. Disponível em: https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2013/04/15/mito-e-filosofia-marilena-chaui/. Acesso em 04 fev. 2025.

CORRÊA, Cintia Chung Marques. **A BNCC: cultura, ideologia e poder**. Revista Poder & Cultura, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 62-77, jan./jun. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 150-151; 213; 322.

DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro. **Competências na formação de professores no Brasil: O que (não) há de novo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1155-1177, dezembro 2003.

FERREIRA, Soraia Aparecida Belton; FERREIRA, Amauri Carlos. **Os livros de filosofia do PNLD/2018 e a lei 10.639/03: reflexões sobre a diversidade étnico-racial no material didático de filosofia no ensino médio**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 33, p. e20190112, 2022. DOI: 10.1590/1980-6248-2019-0112.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004, p. 19; 49.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021, p. 76-77; 108; 113; 122-123.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC: uma base para o gerencialismo-populista**, 2017. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/. Acesso em 12 fev. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Documento Final da Conae 2024**. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/conae2024/CONAE_2024_Documento_Final_26_02.pdf. Acesso em 06 mar. 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Audiência Pública n° 2/2024 – PNLD**, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T8FNcYolN74. Acesso em 28 mai. 2024.

_____. **Dados estatísticos**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos. Acesso em 25 jan. 2024.

_____. **Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos: Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências – 1ª a 4ª séries**. Brasília: FAE, 1994.

_____. **Edital PNLD 2021 Consolidado**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em 02 out. 2024.

_____. **Fazer inscrição no Banco de Avaliadores do Programa Nacional do Livro e do Material Didático**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/fazer-inscricao-no-banco-de-avaliadores-dos-programas-nacionais-do-livro. Acesso em 11 fev. 2025.

_____. **Guia de livros didáticos – PNLD 2012 – Filosofia – Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. **Guia de livros didáticos – PNLD 2015 – Filosofia – Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. **Guia Digital – PNLD 2018**, s.d. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/. Acesso em 07 mai. 2025.

_____. **Manual para indicação de Livro Didático – PNLD 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1987.

_____. **Modelo de escolha**, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/modelo-escolha. Acesso em 08 mai. 2025.

_____. **Pesquisa nacional avalia o uso dos livros do PNLD nas escolas**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-nacional-avalia-o-uso-dos-livros-do-pnld-nas-escolas. Acesso em 11 fev. 2025.

GALLO, Silvio. **A função da Filosofia na escola e seu caráter interdisciplinar**, 2011 Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), n. 2. Disponível em: https://doi.org/10.26512/resafe.v0i2.3919. Acesso em 18 out. 2024.

_____. **BNCC é um desastre para a educação brasileira, critica Silvio Gallo**, 2022. Entrevistadora: Laura Rachid. Entrevista concedida à Revista Educação. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2022/05/16/silvio-gallo-bncc/. Acesso em 17 out. 2024.

_____. **Filosofia: experiência do pensamento**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016, p. 32.

_____. **Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação**. 1. ed. Campinas: Papirus, 1995, p. 37.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Movimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979, p. 11; 23.

GONTIJO, Pedro Ergnaldo. **Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário.** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 133-147, jan.-jun.2019.

LYRA, Edgar. **Notas sobre Formação de Professores e Ensino de Filosofia no Brasil.** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 45, p. 320-351, jul.-dez.2019.

MELO, Alessandro de; MAROCHI, Ana Claudia. **Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 35, e203727, 2019.

MONTEIRO, Ezequiel Matos. **O filosofar em sala de aula: uma perspectiva do livro didático de Filosofia**, 2021. 139f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Cuiabá, 2021.

NAJJAR, Jorge; MORGAN, Karine; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre. **A disputa pela ideia de qualidade educacional: os reformadores empresariais e o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação,** 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA9_ID287_02052018085919.pdf. Acesso em 25 fev. 2025.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. **A presença da Filosofia no novo Ensino Médio**. Vol. 6. Maceió: Café com Sociologia, 2023.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; LIMA, Maíra Rodrigues. **A presença da Filosofia no novo Ensino Médio: algumas considerações iniciais**, 2022. Disponível em: https://obsefis.wordpress.com/2022/12/02/a-presenca-da-filosofia-no-novo-ensino-medio-algumas-consideracoes-iniciais/. Acesso em 25 jan. 2024.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; PEREIRA, Taís. **O ensino de Filosofia diante do 'novíssimo' Ensino Médio**. **Coluna ANPOF**, 13 ago. 2024. Disponível em: https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-ensino-de-filosofia-diante-do-novissimo-ensino-medio. Acesso em 11 dez. 2024.

OBSEFIS. **O que é o Novo Ensino Médio 2.0?** Youtube, 19 dez. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OlfQW_yp3XE. Acesso em 15 fev. 2024.

_____. **Censo Escolar registra queda no número de professores/as de Filosofia no Ensino Médio**, 2024. Disponível em: https://obsefis.wordpress.com/2024/02/25/censo-

escolar-registra-queda-no-numero-de-professores-as-de-filosofia-no-ensino-medio/. Acesso em 04 fev. 2025.

ONFRAY, Michel. **A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão.** São Paulo: Rocco, 2001, p. 85; 183; 240.

PEREIRA, Taís Silva. **Um retrato (parcial) da Filosofia na escola: desafios diante do Novo Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular**. Problemata – Revista Internacional de Filosofia. v.15 n.1 (2024), p.229-239.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Taís Silva. **A produção educacional na área de Filosofia**. **Coluna ANPOF**, 08 out. 2021. Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/-a-producao-educacional-na-area-de-filosofia. Acesso em 25 jan. 2024.

_____. **A produção educacional no campo do ensino de Filosofia: lugares, sentidos e limites**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.38, art.68031, p.1-22, 2024. e-ISSN 1982-596X.

_____. **Produtos educacionais de Filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto**. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 108-132, jan.-jun.2019.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA E ENSINO – PPFEN. **Linhas e Projetos de Pesquisa**, 2025. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/linhas-de-pesquisa. Acesso em 20 mar. 2025.

_____. **Estrutura curricular e regime acadêmico**, 2025. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/disciplinas. Acesso em 20 mar. 2025.

_____. **Ementas da Linha 1**, 2025. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/ppfen/attachments/article/82/PPFENEmentasLinha1.pdf. Acesso em 20 mar. 2025.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO – PNLD. **Guia Digital do PNLD 2021: Escolha**, 2021. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/pnld_2021_didatico_escolha. Acesso em 20 mar. 2025.

_____. **Guia Digital do PNLD 2021: Obras didáticas por área do conhecimento e específicas**, 2021. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_didatico_pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas.pdf. Acesso em 25 jan. 2024.

PUGLIESE, Nastassja. **A Questão do Cânone no Ensino da História da Filosofia.** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 45, p. 402-413, jul.-dez.2019.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. **Contrarreforma do Ensino Médio: dimensão renovada da pedagogia das competências?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 34, p. 71-88, jan./abr. 2022.

SANCHEZ, Liliane Barreira; MOTTA, Jaqueline da Cunha. **Filosofia no ensino fundamental: formando cidadãos críticos?** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v.28, n.45, p.386-401, jul.-dez.2019.

SANTOS, Thiago Ferreira dos. **Panorama histórico da filosofia no Brasil: da chegada dos jesuítas ao lugar da Filosofia na atualidade**. Seara Filosófica, n. 12, Inverno, 2016, p. 126-140. ISSN: 2177-8698.

SILVA, Monica Ribeiro da. **A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Educação em Revista | Belo Horizonte | v.34 | e214130 | 2018.

_____. **Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 123-135, jan./mai. 2019.

SOCIEDADE DE ESTUDOS E ATIVIDADES FILOSÓFICAS. **Nota sobre o Currículo de Filosofia elaborado pela SEEDUC-RJ para as escolas do Estado do RJ em 2025**. Disponível em: https://www.seaf.com.br/2025/02/nota-sobre-o-curriculo-de-filosofia.html. Acesso em 25 fev. 2025.

SILVA, Micael Rosa. **A História da Filosofia como prerrogativa para o ensino de Filosofia no ciclo básico brasileiro.** O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 45, p. 414-433, jul.-dez.2019.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio: uma análise do livro Iniciação à Filosofia de Marilena Chauí**. Cadernos do PET Filosofia, Vol. 6, n. 11, Jan-Jul, 2015, p. 75-92.

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Propostas do SEPE sobre a matriz curricular e grade de ensino apresentadas à SEEDUC**, 2024. Disponível em: https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/02/SOBRE-MATRIZ-CURRICULAR_SEEDUC.pdf. Acesso em 06 mar. 2024.

_____. **Veja moções aprovadas na plenária final da Conae 2024**, 2024. Disponível em: https://seperj.org.br/veja-mocoes-aprovadas-na-plenaria-final-da-conae-2024/. Acesso em 05 fev. 2025.

SOARES, Helton Lima; BRÍCIO, Vilma Nonato de. **O ensino de Filosofia sob o controle da concepção de competências na BNCC**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 8, p. e3/1–19, 2022. DOI: 10.5902/2448065768682.

STURZA, Raquel Brum. **A Filosofia como saber escolar no Brasil: uma história a partir dos livros escolares (1960-2018)**, 2023. 282f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande do Sul, 2023.

_____. **Livros didáticos de filosofia no Ensino Médio: da gestão escolar à sala de aula**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. DOI: 10.5902/2448065729903.

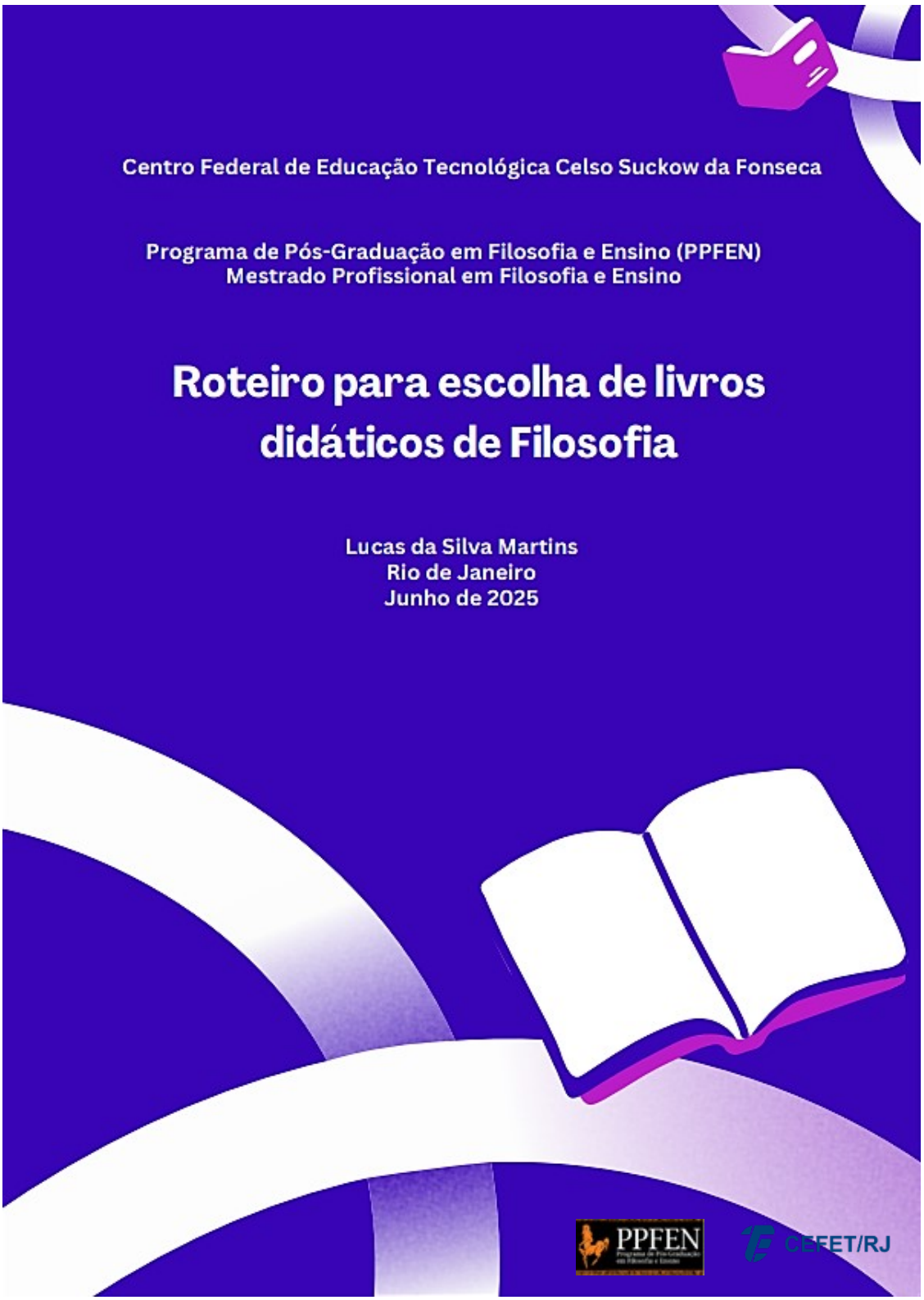
SÜSSEKIND, Maria Luiza. **A BNCC e o "novo" Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 91-107, jan./mai. 2019.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VON ZUBEN, Marcos de Camargo; ARAÚJO, Joelson Silva de; COSTA, Izanete de Medeiros. **Avaliação dos principais livros didáticos de Filosofia para o Ensino Médio existentes no mercado editorial brasileiro**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), (20), 157–178.

ZAJAC, Danilo Rodrigues; CÁSSIO, Fernando. **A aprendificação da pedagogia das competências na BNCC**. Educ. Soc., Campinas, v. 44, 2023. DOI: 10.1590/ES.270962.

# Apêndice – Produto Educacional



# Sumário

Visão geral do produto educacional ..... 3

Questões a serem observadas na avaliação de livros didáticos do PNLD ..... 4

1) Modelos de escolha ..... 4

2) Escolha de livros por área do conhecimento ..... 5

3) Autonomia e transparência ..... 5

4) Normas de conduta do PNLD ..... 6

A escolha do livro didático de Filosofia pelos docentes ..... 7

1) *Corpus* analítico: interesses conflitantes ..... 9

2) Definir critérios de análise ..... 10

3) Estabelecer categorias de análise ..... 11

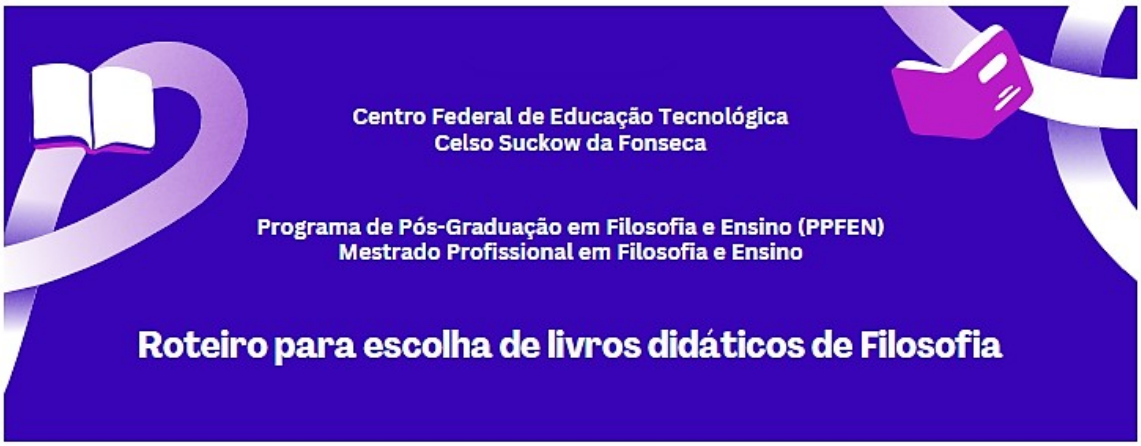
4) Registrar os resultados da análise de cada livro didático ..... 13

Conclusão ..... 14

Referências Bibliográficas ..... 15



Figura 1: mão escrevendo. Fonte: Google Imagens





| | |
|---|---|
| **Mestrando** | **Lucas da Silva Martins** – matrícula 2330069PFENMA<br>http://lattes.cnpq.br/3719953127843567<br>lucas.martins.1@aluno.cefet-rj.br |
| **Orientadores** | **Taís Silva Pereira**<br>http://lattes.cnpq.br/6365788917912925<br>tais.pereira@cefet-rj.br<br>**Felipe Gonçalves Pinto**<br>http://lattes.cnpq.br/3155279910416854<br>felipe.pinto@cefet-rj.br |


# Visão geral do produto educacional

O produto educacional *Roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia* foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia e Ensino.

O público-alvo deste material são professores de Filosofia e pesquisadores interessados em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Como principais objetivos deste produto educacional enumeram-se:

- ser um facilitador no processo de escolha de livros didáticos de Filosofia para professores da educação básica brasileira;
- colaborar no trabalho de pesquisadores que manifestem interesse em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

# Questões a serem observadas na avaliação de livros didáticos do PNLD

No âmbito das políticas educacionais brasileiras temos o **Programa Nacional do Livro e do Material Didático** (PNLD) – instituído por força do Decreto nº 91.542 de 1985. É uma política pública executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC) destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita aos alunos matriculados nas redes de ensino públicas brasileiras.

O Edital do PNLD 2021 estabeleceu que as obras que seriam adquiridas pelo Governo estariam divididas em cinco objetos: **Objeto 1:** Obras Didáticas de Projetos Integradores e Projeto de Vida; **Objeto 2:** Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do Ensino Médio; **Objeto 3**: Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio; **Objeto 4**: Recursos Digitais; e **Objeto 5**: Obras Literárias.

Os esforços de pesquisa que levaram à confecção deste material levaram em consideração o Objeto 2 do PNLD 2021, ou seja, os livros didáticos por área do conhecimento. E, em específico, a área do conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) uma vez que nela estão inseridos os conhecimentos de Filosofia, área de principal interesse da pesquisa em questão.

É importante levar em consideração que, quando se fala em políticas de distribuição de livros didáticos para a educação pública básica, tal distribuição não se faz de forma aleatória: existem critérios estabelecidos pelas **redes de ensino**, redes estas submetidas ao poder público. Logo, as análises pelos agentes interessados estarão a elas subordinadas. Os itens a seguir trazem algumas considerações específicas destes critérios.

## 1) Modelos de escolha

No âmbito das escolhas de livros didáticos destinados ao ensino público, as análises pelos agentes interessados devem seguir alguns critérios definidos pelas **redes de ensino**, que decidem sobre qual modelo de escolha pretendem adotar. As redes de ensino devem informar se desejam que cada escola receba o material registrado no sistema, se desejam criar grupos de escolas que receberão o mesmo material ou, ainda, se desejam adotar o mesmo material

para todas as escolas da rede de ensino (PNLD, 2021). As redes de ensino podem organizar as escolas em três modelos de escolha, conforme orientações do FNDE dispostas no quadro 1, inserido abaixo:

Quadro 1: Modelos de escolha

| | |
|---|---|
| Material único para cada escola | Cada escola irá realizar sua própria escolha individualmente e receberá o material escolhido pelo seu corpo docente. |
| Material único para cada grupo de escolas | A rede de ensino irá definir um grupo específico de escolas que fará uma escolha única e utilizará o mesmo material didático. O material a ser adotado será o mais escolhido dentre as escolas pertencentes ao grupo de escolas definido pela rede de ensino. |
| Material único para toda a rede | A escolha da rede de ensino será unificada e TODAS as escolas da rede utilizarão o mesmo material. O material a ser adotado será o mais escolhido dentre as escolas pertencentes à rede de ensino. |

Fonte: FNDE, 2015.

Quando a rede de ensino não opta por um dos modelos de escolha passa a ser considerado o registro de escolha realizado por cada escola individualmente.

## 2) Escolha de livros por área do conhecimento

O Edital do PNLD 2021 estabeleceu que as escolas com estudantes no Ensino Médio registrassem a escolha de livros didáticos para áreas do conhecimento e para obras didáticas específicas. Contudo, essa escolha se daria por **coleções** compostas por seis volumes cada uma; deveriam ser registradas no sistema de escolha do PNLD duas opções de escolha por coleção.

Depois que a primeira opção fosse indicada, obrigatoriamente o gestor deveria indicar a obra que desejasse receber em segunda opção. Para cada obra, deveriam ser escolhidas duas opções de editoras diferentes.

## 3) Autonomia e transparência

Compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha **democraticamente** (PNLD, 2021). Por isso, decisão sobre a escolha das coleções do PNLD 2021 deveria ser documentada por meio da **Ata de Escolha**, documento que teve por finalidade registrar a participação dos professores na escolha, conferindo transparência ao processo. Por recomendação do PNLD, a Ata de Escolha deveria ser afixada na escola, em local apropriado, público e de fácil acesso, para que todos os membros da comunidade escolar pudessem ter ciência das escolhas efetuadas.

## 4) Normas de conduta do PNLD

A Resolução nº 15 publicada em 26/07/2018 dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução do PNLD. As normas de conduta do PNLD correspondem a uma série de dispositivos que devem ser observados por professores e gestores da educação básica e todos os interessados em participar do PNLD. Esses dispositivos visam estabelecer uma postura ética entre os concorrentes, no que tange à produção de livros e materiais didáticos, a fim de garantir lealdade de concorrência no que tange às obras inscritas em cada Programa (FNDE, 2021). O quadro 2, a seguir, dispõe sobre as **obrigações** e **proibições** da Resolução nº 15/2018, e também questões vedadas aos representantes das editoras participantes do programa:

Quadro 2: Normas de conduta do PNLD

| | |
|---|---|
| Obrigações das escolas | • Manter sigilo sobre os dados de acesso ao sistema de registro de escolha;<br>• Informar sobre a visita de representante que realizou a divulgação de material do PNLD no sistema PDDE Interativo/Simec;<br>• Divulgar, em local público, a Ata da Escolha, o Comprovante do Registro da Escolha e o Comprovante de Modelo de Escolha; dentre outras obrigações. |
| Proibições às escolas | • Aceitar, a qualquer tempo, vantagens, presentes ou brindes dos representantes em razão da escolha dos materiais do PNLD;<br>• Permitir o acesso de representantes nas dependências da escola durante o período de Registro da Escolha;<br>• Permitir acesso de representantes aos dispositivos em que é realizado o registro da escolha;<br>• Disponibilizar, a qualquer tempo, espaço público para a realização de eventos promovidos pelos representantes;<br>• Permitir, a qualquer tempo, a participação dos representantes em eventos promovidos pela escola; entre outras vedações. |
| Vedado aos representantes das editoras | • Acessar o sistema de registro da escolha;<br>• Realizar orientação pedagógica ou divulgação de materiais, durante o período de registro da escolha;<br>• Patrocinar, apoiar ou realizar eventos relativos ao PNLD para escolas e beneficiadas ou redes de ensino;<br>• Oferecer vantagens, distribuir presentes ou brindes, ou induzir, pressionar ou assediar para que seus materiais sejam escolhidos. |

Fonte: FNDE, 2018.

# A escolha do livro didático de Filosofia pelos docentes

Alguns aspectos devem ser objeto de reflexão por parte dos docentes quando empenhados na difícil tarefa de analisar livros didáticos para sua escola. Como já posto no item anterior, quando se fala em livros submetidos ao PNLD, existem inúmeros critérios – legais, administrativos e éticos – que devem ser seguidos no processo de escolha a fim de que a mesma seja concretizada e que os alunos tenham garantido seu direito de receber os materiais.

Dois pontos requerem atenção: as políticas públicas de distribuição de livros didáticos em território nacional e as metodologias próprias de escolha e de avaliação executadas pelo PNLD antes mesmo da chegada dos livros às mãos dos alunos. Como observou Sturza (2023), cada Edital do governo contém normas específicas, princípios e critérios de avaliação:

> Cada Edital de convocação apresenta normas específicas acerca da estrutura editorial das obras didáticas, como o conteúdo da capa do livro (segunda e terceira capa), folha de rosto, lombada e o miolo do livro. Estas normas dizem respeito às informações necessárias e ao uso de imagens. Além destas normas editoriais há uma série de princípios e critérios para a avaliação, tais como: relação com a proposta atual do Ensino Médio; respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao Ensino Médio; observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social; coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra; correção e atualização de conceitos; critérios específicos das áreas, neste caso a área de Ciências Humanas e suas tecnologias e critérios específicos dos componentes curriculares, neste caso a Filosofia. (STURZA, 2023 p. 192)

Os principais pontos de interesse para a escolha devem ser também relacionados, uma vez que tocam no dia-a-dia do fazer docente, bem como no processo de ensino e de aprendizagem. As perguntas listadas no quadro 3 – relacionadas à **prática docente** e ao **conteúdo geral e específico das obras** – podem cooperar na reflexão que conduzirá a avaliação das mesmas:

Quadro 3: Aspectos a serem considerados na avaliação de livros didáticos de Filosofia

| | |
|---|---|
| **Prática docente** | • No que tange à organização da obra como um todo, a **abordagem pedagógica** combina com o seu estilo de trabalho?<br>• Foram sugeridas **atividades e práticas reflexivas** que cooperem para o filosofar dentro e fora de sala de aula?<br>• Os textos e os exercícios atendem ao seu **planejamento pedagógico**? Eles elucidam a disciplina de Filosofia, fazem com que o aluno tenha real contato com as reflexões e investigações pertinentes à área? |

| | |
|---|---|
| **Prática docente** | • Foram disponibilizadas **seções e atividades extras** como recursos pedagógicos para o professor? |
| Conteúdo geral da obra | • Temas sociais caros à sociedade atual – como as **desigualdades sociais, a importância da Ética no debate sobre o Desenvolvimento Sustentável**, dentre outros – certamente foram incluídos nas obras. De que maneira o contato com estes temas pode provocar nos alunos uma vontade de intervir crítica e construtivamente na sociedade e no ambiente em que vivem?<br>• A obra favorece o preparo dos estudantes para as avaliações em larga escala, tais como o **Enem**? Foram disponibilizados exercícios suficientes para que os alunos do Ensino Médio estejam preparados para a realização deste exame?<br>• Os conteúdos da obra são adequados à **faixa etária dos estudantes** e à **realidade da comunidade** onde a escola está inserida?<br>• A obra analisada permite facilidade de adaptação ao **currículo estadual**?<br>• A obra como um todo favorece a **interdisciplinaridade** da Filosofia em relação a outros saberes, outras ciências, ou coopera para seu **esvaziamento** em nome da mesma interdisciplinaridade? |
| Conteúdo específico da obra | • De que forma foi feita, ao longo da obra, a **promoção positiva da imagem da mulher**?<br><br>*A alínea "e" do Edital do PNLD 2021 orienta que as obras devem levar em consideração a participação das mulheres em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, com o intuito explícito de valorizar sua visibilidade e protagonismo social. Esta mesma alínea orienta, também, que deve ser dada especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher.*<br><br>• Como as editoras materializaram, nas obras, a **promoção positiva da imagem de afrodescendentes e indígenas**?<br><br>*Conforme estabelecido na alínea "d" do Edital do PNLD 2021, deve ser considerada, nas obras, a participação dos afrodescententes e dos indígenas em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando, assim sua visibilidade e protagonismo social.*<br><br>*A preocupação com a maneira pela as editoras promoveram positivamente a imagem dos afrodescententes e dos indígenas guarda relação direta com a Lei nº 10.639/2003 e com a Lei nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, no Brasil.*<br><br>• Como se deu a **promoção positiva da cultura e da história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo** ao longo da obra?<br><br>*A alínea "f" do Edital do PNLD 2021 estabelece a obrigatoriedade desta promoção positiva com o intuito explícito de valorizar os saberes, conhecimentos, tradições, organizações, valores e formas de participação social destes povos. Problematizar a materialização, nas obras, da promoção positiva da cultura destes sujeitos é também uma forma de bem observar o disposto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.* |

| | |
|---|---|
| Conteúdo específico da obra | • As **abordagens decoloniais, antirracistas e de gênero** mobilizadas nas obras provocam no aluno uma reflexão crítica capaz de questionar e desarticular o racismo, o patriarcado, a misoginia, a homofobia e a transfobia?<br><br>*É importante analisar se a forma como os textos e debates foram mobilizados cooperam, efetivamente, para que os alunos reflitam sobre a importância da criminalização do racismo, do feminicídio, da homofobia e da transfobia.* |

Fonte: elaboração do autor.

O processo de avaliação de livros didáticos de Filosofia deve prescindir de procedimentos metodológicos. Importa destacar que a **metodologia** que passa a ser aqui sugerida é fruto de reflexão do pesquisador-autor deste produto educacional durante o processo que levou à elaboração e escrita de sua Dissertação de Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino. Os livros didáticos que são elaborados pelas editoras e submetidos à avaliação do PNLD para que sejam, após aprovados, adquiridos pelo governo e distribuídos às escolas, gozam de outra metodologia de análise, efetuada exclusivamente pelo PNLD para atender em específico às competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos anseios do governo. Portanto, a metodologia aqui sugerida faz referência ao percurso do próprio pesquisador-autor e não guarda relação direta com as avaliações efetuadas por ou em nome de representantes de entidades ou órgãos governamentais.

Os itens a seguir trazem algumas sugestões do que se pode considerar quando da atividade de análise de livros didáticos de Filosofia, seja por um docente que os avalia para aplicação em seu meio de trabalho, em sua escola, para seus alunos, etc. ou mesmo para pesquisadores interessados na área de Ensino de Filosofia ou livros didáticos relacionados a este saber.

## 1) *Corpus* analítico: interesses conflitantes

Os livros didáticos, assim como o currículo, são muitas vezes objeto, alvo de disputas entre múltiplos agentes envolvidos: os próprios professores, os alunos, a abordagem priorizada na elaboração da obra pelos editores e autores, as próprias editoras, o governo e uma miríade de outros interesses que podem vir a conflitar-se, contradizer-se na decisão final de escolha pós-avaliação.

Destaca-se a importância da **construção de reuniões para avaliação conjunta**. A análise dos livros deve ser realizada de forma democrática e colaborativa. Ao final do processo, o diretor escolar deve tornar pública a lista de livros escolhidos, afixando um cartaz na escola para que todos tomem conhecimento.

**Organizar grupos de estudo** pode ser uma boa alternativa. Ao final do processo avaliativo – ou mesmo durante – os grupos podem compartilhar suas impressões quanto às obras analisadas e produzir um relatório baseado na reflexão cruzada entre os grupos. Utilizar formulários contendo critérios e perguntas comuns a todos os grupos pode também ser um elemento norteador das análises. Pode ser solicitado que se analise, por exemplo, se a obra responde aos critérios de coerência textual, de correção gramatical, de diversidade e pluralidade de filósofos (presença ao longo da obra de mulheres filósofas, de filosofias não-europeias, etc.).

Se a análise se efetua por interesse de um pesquisador independente, por iniciativa própria ou mesmo para atender a fins de pesquisa acadêmica, os critérios acima poderão ser flexibilizados. Cabe ressaltar, entretanto, que também a pesquisa acadêmica deverá respeitar os critérios da instituição a que é submetida, estabelecidos em normativos e documentações pertinentes. Se financiada por algum órgão ou instituição, certamente estará sujeita às interferências e critérios previamente estabelecidos por estes.

## 2) Definir critérios de análise

Uma vez definido o *corpus* de análise, qual seja, os livros ou o livro que será objeto de avaliação, necessário se torna responder à seguinte questão: *o que analisar em tais materiais?*

A fim de não escolher arbitrariamente o que analisar, é recomendável definir **critérios ou categorias de escolha**. Por exemplo, o Edital do PNLD 2021 estabeleceu o seguinte critério para aprovação das obras submetidas:

> para atender a este Edital, as obras inscritas precisam **contribuir, decisivamente**, para a formação de jovens capazes de construir uma sociedade mais ética, justa, inclusiva, sustentável e solidária (FNDE, 2021 p. 50, grifo meu).

A contribuição a que se refere o Edital pode ser contemplada de diversas maneiras, de acordo com a concepção pedagógica, metodológica e filosófica de cada obra. A concepção de cada livro didático consta da parte suplementar do Manual do Professor e merece especial atenção.

Uma vez definidos os critérios, a atividade de análise torna-se direcionada ao atendimento dos mesmos. Por exemplo, na pesquisa por livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a qual este produto educacional está vinculado, sugerimos quatro critérios:

- Localizar onde a Filosofia está indicada pelos autores nos textuais e na elaboração das atividades;
- Analisar como, nestas indicações, os itens foram trabalhados, pensando nas ausências e no modo como as presenças são delimitadas (binômio presença/ausência), detectando as possibilidades de ensino de Filosofia perdidas/negadas nos livros analisados;
- Localizar a enunciação da Filosofia nos Manuais do Professor;
- Perceber a presença de pensadores e pensadoras de forma plural (mulheres filósofas, filosofias não-ocidentais, etc.).

As coleções foram analisadas volume a volume conforme estes quatro critérios, os quais subsidiaram um trabalho posterior: a análise das coleções de acordo com categorias específicas de análise. Outros critérios podem vir a ser elaborados de acordo com a necessidade da pesquisa.

## 3) Estabelecer categorias de análise

As categorias de análise podem cooperar na elucidação dos critérios de análise. Localizar a Filosofia em livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pode ser algo complexo, pois os conteúdos foram diluídos ao longo dos volumes que compõem as coleções. Estabelecer categorias pode colaborar para essa localização: a busca passa a ser feita de acordo com elas, e não de forma aleatória.

Vejamos o exemplo aplicado à análise da **Unidade 1** do volume ***Trabalho, Tecnologia e Desigualdade*** da coleção ***Multiversos*** demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Multiversos Ciências Humanas: Trabalho, Tecnologia e Desigualdade (Unidade 1)

| Capítulo | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | • Aula dialogada conceituando juventude.<br>• Atividade com seção Dialogando da p. 12.<br>• Debate sobre o mundo do trabalho e as legislações trabalhistas.<br>• Atividade com a seção Dialogando da p. 13.<br>• Aula dialogada sobre categorias de trabalhadores e pessoas jurídicas.<br>• Atividade com a seção Dialogando da p. 17.<br>• Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 18. | Filosofia, História, Sociologia e Geografia |
| 2 | • Atividade com a seção Retomando das p. 45 a 48.<br>• Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 49.<br>• Projeto em grupo sobre quilombos (atividade extra, p. 224) | História, Sociologia, Geografia e Filosofia |
| 3 | • Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 72 e 73.<br>• Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 74 e 75.<br>• Processo Avaliativo | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 240-241.

Como pode-se depreender do exemplo acima, localizar a presença da Filosofia numa coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pode ser algo desafiador, uma vez que as recomendações de trabalho docente do Manual do Professor elaborado pela própria editora não trazem recomendações específicas da Filosofia. Recomenda-se a Filosofia em conjunto com outras disciplinas, diluindo seu conteúdo e as temáticas pertinentes ao campo.

A **interdisciplinaridade**, empregada aqui sob o pretexto de atender à BNCC, que agrupa os componentes História, Geografia, Filosofia e Sociologia na grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, **mais coopera para o esvaziamento das disciplinas que para sua integração**. Ainda que o corpo editorial da coleção *Multiversos* tenha afirmado que foi promovido o agrupamento de componentes curriculares em áreas mais abrangentes, a fim de que o conhecimento não fosse concebido de maneira "fragmentada e dividida".

Diante de tal situação, o estabelecimento de quatro categorias de análise cooperou para nortear a análise. Tais categorias guardavam relação com os critérios previamente definidos, elucidando-os. As quatro categorias elaboradas foram as seguintes: ***presença precária, mulheres filósofas, Filosofias não-eurocentradas*** e ***Filosofias brasileiras***, as quais foram delimitadas conforme tabela 2, disposta a seguir:

Tabela 2: Categorias de análise

| Categoria de análise | Descrição |
|---|---|
| Presença precária | Partindo da localização dos conteúdos de Filosofia nos textuais, na elaboração das atividades e nas recomendações de trabalho com a Filosofia no Manual do Professor, pretende-se avaliar **qual é o lugar da Filosofia nos livros analisados** e se tais livros cooperam para sua difusão. |
| Mulheres filósofas | Categoria que se relaciona à **percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural**, o que inclui o levantamento e a verificação das contribuições formuladas pelas mulheres relacionadas ao saber filosófico e que tenham sido incluídas nas obras analisadas. |
| Filosofias não-eurocentradas | Localizar, nos livros analisados, as filosofias que partem de **outras matrizes que não a europeia** é certamente um contributo à percepção da presença de pensadores e pensadoras de forma plural, atitude que certamente pode cooperar para desarticular o eurocentrismo no ensino de Filosofia. |
| Filosofias brasileiras | A localização de Filosofias brasileiras nos livros analisados, valorizando formulações elaboradas por pessoas que pensam **a partir de um modo de ser brasileiro** coopera no evocar da pluralidade de vozes e de pensamentos que não somente os europeus. |

Fonte: elaboração do autor

## 4) Registrar os resultados da análise de cada livro didático

Uma vez estabelecidas as categorias de análise, tornou-se viável a escrita da dissertação que embasa este produto educacional, pensado para facilitar o trabalho de docentes ou de pesquisadores. O diálogo com pares/colegas de Filosofia ou de outras áreas é bem-vindo! Inclusive, esses grupos poderão ampliar este trabalho, que não se esgota com esta pesquisa, visto a amplitude de seu alcance e a relevância de sua temática central junto à comunidade escolar e acadêmica.

No caso de se empreender a atividade de análise destinada a outros fins – por exemplo, para atender a uma escola ou a uma finalidade de pesquisa acadêmica independente – recomenda-se **registrar** os resultados **de modo sintético**, a fim de permear reflexões ou decisões baseadas no material analisado. Se a análise for feita em grupo, é salutar recomendar, novamente, que a mesma deva ser feita de forma **colaborativa**. Por isso, é de vital importância que os resultados sintetizados sejam compartilhados com o grupo envolvido.



Figura 2: roda de conversa. Fonte: Google Imagens

# Conclusão

Este produto educacional tem potencial para exercer papel ativo na academia e no dia-a-dia docente. Sua problematização pode evocar debates e pesquisas no sentido de ampliá-lo, uma vez que seria impossível esgotar a importante temática do livro didático para o ensino de Filosofia na educação básica brasileira.

O produto educacional pretendeu demonstrar, por intermédio de seu roteiro, quatro etapas que podem ser consideradas no procedimento de análise de livros didáticos:

1. Delimitação do campo de análise (***corpus* analítico**) considerando os **interesses conflitantes**;
2. Definição de **critérios** (o que analisar nos livros selecionados);
3. Estabelecimento de **categorias de análise** capazes de elucidar os critérios avaliativos;
4. Confecção de **relatório sintético das análises** para divulgação à comunidade escolar ou acadêmica (a depender do público-alvo, se professores ou se pesquisadores interessados na temática correlacionada).

É de vital importância para a educação básica brasileira que se coloquem em pauta e que sejam articulados movimentos pela volta da Filosofia como componente da matriz curricular obrigatória. Em suma, a Filosofia precisa retornar ao seu lugar cativo na matriz curricular da última etapa da educação básica, além de que seja garantida uma carga horária compatível com as exigências de seu ensino (NASCIMENTO; LIMA, 2022). Neste sentido, a atividade de análise da produção didática em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas desde a sanção da Lei nº 13.415/2017 é um valioso trabalho que pode cooperar com a resistência a esta legislação pois, ainda que alterada sob a forma do PL nº 5.230/2023 (transformado em Lei Ordinária de nº 14.945/2024) e que os livros didáticos a partir do PNLD 2026 voltem a ser por disciplinas, as mesmas permanecem orientadas, segundo a BNCC, para a grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Que este produto desperte outros trabalhos, outras pesquisas, outras necessidades de um olhar crítico e reflexivo sobre as políticas públicas em educação no Brasil que afetam a produção didática e o ensino, que muitas vezes se faz refém de políticas que não o favorecem, mas que o limitam.

# Referências Bibliográficas

ALVES, Cídia Paula da Costa; GUTIERRE, Liliane dos Santos. **Produto Educacional advindo de um Mestrado Profissional: perspectivas e desafios quanto sua aplicabilidade, em especial, no ensino de Matemática**, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/download/6433/5759/. Acesso em 26 mar. 2025.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; DA SILVA, Edilson Adão Cândido; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. **Multiversos Ciências Humanas**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

BRAICK, Patrícia Ramos, *et al*. **Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 17 mar. 2025.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.230 de 2023**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598. Acesso em 17 mar. 2025.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be. Acesso em 17 mar. 2025.

CARDOSO, João Augusto, *et al*. **A interdisciplinaridade no ensino de Filosofia e sociologia e sua integração como "estudos e práticas" em face da BNCC de 2018**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 8, p. e2/1–19, 2022. DOI: 10.5902/2448065765963.

CARVALHO, Marcelo. **Ensino de Filosofia e Currículo**, 2016. Disponível em: https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/ensino-de-filosofia-e-curriculo. Acesso em 17 mar. 2025.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Edital PNLD 2021 Consolidado**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-

2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em 17 mar. 2025.

_____. **Modelo de escolha**, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/modelo-escolha. Acesso em 08 mai. 2025.

_____. **Resolução 15-2018 normas de conduta**, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao-pnld/resolucao-15-2018-normas-de-conduta.pdf/view.. Acesso em 08 mai. 2025.

GALLO, Silvio. **A função da Filosofia na escola e seu caráter interdisciplinar**, 2011 Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), n. 2. Disponível em: https://doi.org/10.26512/resafe.v0i2.3919. Acesso em 17 mar. 2025.

_____. **Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação**. 1. Ed. Campinas: Papirus, 1995 p. 37.

_____. **Sobre a pedagogia**. 2. Ed. Piracicaba: Editora Unimed, 1999 p. 27.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. **A presença da Filosofia no novo Ensino Médio**. Vol. 6. Maceió: Café com Sociologia, 2023.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; LIMA, Maíra Rodrigues. **A presença da Filosofia no novo Ensino Médio: algumas considerações iniciais**, 2022. Disponível em: https://obsefis.wordpress.com/2022/12/02/a-presenca-da-filosofia-no-novo-ensino-medio-algumas-consideracoes-iniciais/. Acesso em 17 mar. 2025.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; PEREIRA, Taís. **O ensino de Filosofia diante do 'novíssimo' Ensino Médio**. **Coluna ANPOF**, 13 ago. 2024. Disponível em: https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-ensino-de-filosofia-diante-do-novissimo-ensino-medio. Acesso em 17 mar. 2025.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Taís Silva. **A produção educacional na área de Filosofia**, 2021. **Coluna ANPOF**, 08 out. 2021. Disponível em: https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/-a-producao-educacional-na-area-de-filosofia. Acesso em 17 mar. 2025.

_____. **A produção educacional no campo do ensino de Filosofia: lugares, sentidos e limites**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.38, art.68031, p.1-22, 2024. e-ISSN 1982-596X.

_____. **Produtos educacionais de Filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto**. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 108-132, jan.-jun.2019.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO – PNLD. **Guia Digital do PNLD 2021: Escolha**, 2021. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/pnld_2021_didatico_escolha. Acesso em 20 mar. 2025.

_____. **Guia Digital do PNLD 2021: obras didáticas por área do conhecimento e específicas**, 2021. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_didatico_pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas.pdf. Acesso em 20 mar. 2025.

SOARES, Helton Lima; BRICIO, Vilma Nonato de. **O ensino de Filosofia sob o controle da concepção de competências na BNCC**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 8, p. e3/1–19, 2022. DOI: 10.5902/244806576868.

STURZA, Raquel Brum. **A Filosofia como saber escolar no Brasil: uma história a partir dos livros escolares (1960-2018)**, 2023. 282f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande do Sul, 2023.

_____. **Livros didáticos de filosofia no Ensino Médio: da gestão escolar à sala de aula**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. DOI: 10.5902/2448065729903.

VON ZUBEN, Marcos de Camargo; ARAÚJO, Joelson Silva de; COSTA, Izanete de Medeiros. **Avaliação dos principais livros didáticos de Filosofia para o Ensino Médio existentes no mercado editorial brasileiro**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE), (20), 157–178.

# Anexos

## Anexo 1: PNLD 2021 – Ensino Médio – Valores negociados por título (livros impressos) – Livros Didáticos – Objeto 2

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 133IL | GLOBALIZAÇÃO, TEMPO E ESPAÇO | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 5,64 | 608.291 | R$ 3.430.761,24 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 134IL | POPULAÇÕES, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 5,64 | 600.966 | R$ 3.389.448,24 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 135IL | SOCIEDADE, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,19 | 551.134 | R$ 3.411.519,46 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 136IL | TRABALHO, TECNOLOGIA E DESIGUALDADE | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,20 | 527.560 | R$ 3.270.872,00 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 137IL | ÉTICA, CULTURA E DIREITOS | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,24 | 485.685 | R$ 3.030.674,40 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 138IL | POLÍTICA, CONFLITOS E CIDADANIA | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,24 | 474.335 | R$ 2.959.850,40 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 133IL | NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,29 | 391.523 | R$ 2.462.679,67 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 134IL | GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 6,35 | 378.312 | R$ 2.402.281,20 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 135IL | TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,15 | 330.650 | R$ 2.364.147,50 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 136IL | PODER E POLÍTICA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,33 | 312.253 | R$ 2.288.814,49 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 133IL | CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,32 | 311.911 | R$ 2.283.188,52 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 133IL | SER HUMANO, CULTURA E SOCIEDADE | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,42 | 296.392 | R$ 2.199.228,64 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 134IL | POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,45 | 294.556 | R$ 2.194.442,20 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 137IL | SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,51 | 290.564 | R$ 2.182.135,64 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 138IL | CONFLITOS E DESIGUALDADES | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 152 | R$ 7,33 | 284.853 | R$ 2.087.972,49 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 134IL | TRABALHO, TECNOLOGIA E NATUREZA | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,57 | 284.235 | R$ 2.151.658,95 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 135IL | SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,75 | 267.285 | R$ 2.071.458,75 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 136IL | ÉTICA E CIDADANIA | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,90 | 254.361 | R$ 2.009.451,90 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 135IL | RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO, ESTADO E NAÇÃO | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 7,98 | 247.053 | R$ 1.971.482,94 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 136IL | LUTAS SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,07 | 240.985 | R$ 1.944.748,95 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 138IL | TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,28 | 228.779 | R$ 1.894.290,12 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204 137IL | ESTADO, PODER E DEMOCRACIA | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,30 | 228.368 | R$ 1.895.454,40 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 137IL | AMÉRICA: POVOS, TERRITÓRIOS E DOMINAÇÃO COLONIAL | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,30 | 227.707 | R$ 1.889.968,10 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204 138IL | DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,47 | 216.990 | R$ 1.837.905,30 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 133IL | INDIVÍDUO, SOCIEDADE E CULTURA | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,61 | 209.412 | R$ 1.803.037,32 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 133IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - COMPREENDER O MUNDO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,92 | 197.151 | R$ 1.758.586,92 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 134IL | TRABALHO E TECNOLOGIA | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,87 | 196.190 | R$ 1.740.205,30 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 134IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - MUNDO EM MOVIMENTO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,20 | 185.282 | R$ 1.704.594,40 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 135IL | TRANSFORMAÇÕES DA NATUREZA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,26 | 180.469 | R$ 1.671.142,94 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 135IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSCIÊNCIA AMBIENTAL | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,66 | 168.994 | R$ 1.632.482,04 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 136IL | POLÍTICA E TERRITÓRIO | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,53 | 168.078 | R$ 1.601.783,34 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 137IL | DINÂMICAS E FLUXOS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,77 | 160.390 | R$ 1.567.010,30 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 136IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - IMPORTÂNCIA DO TRABALHO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,00 | 157.509 | R$ 1.575.090,00 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 138IL | ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 9,92 | 155.939 | R$ 1.546.914,88 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 133IL | HUMANITAS.DOC - TEMPO E ESPAÇO | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,07 | 154.286 | R$ 1.553.660,02 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 134IL | HUMANITAS.DOC - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,37 | 146.265 | R$ 1.516.768,05 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 137IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONVÍVIO DEMOCRÁTICO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,40 | 145.133 | R$ 1.509.383,20 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 138IL | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,47 | 143.576 | R$ 1.503.240,72 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 133IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CIDADANIA E ÉTICA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,82 | 139.181 | R$ 1.505.938,42 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 135IL | HUMANITAS.DOC - INDIVÍDUO, SOCIEDADE E NATUREZA | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,85 | 134.541 | R$ 1.459.769,85 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 134IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - ECONOMIA E TRABALHO | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 10,94 | 133.061 | R$ 1.455.687,34 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 136IL | HUMANITAS.DOC - POLÍTICA E MUNDO DO TRABALHO | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 11,29 | 125.134 | R$ 1.412.762,86 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 135IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 11,39 | 118.303 | R$ 1.347.471,17 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 136IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TERRITÓRIO E FRONTEIRA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 12,37 | 116.049 | R$ 1.435.526,13 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 137IL | HUMANITAS.DOC - SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 13,19 | 115.473 | R$ 1.523.088,87 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 138IL | HUMANITAS.DOC - DIVERSIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 13,18 | 114.905 | R$ 1.514.447,90 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 133IL | MUNDO DO TRABALHO: INDIVÍDUO E SOCIEDADE | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,22 | 114.586 | R$ 941.896,92 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 134IL | POLÍTICA E ÉTICA EM AÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,22 | 113.190 | R$ 930.421,80 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 137IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E CULTURA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 11,24 | 111.001 | R$ 1.247.651,24 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 138IL | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIAS | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 12,66 | 109.909 | R$ 1.391.447,94 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 135IL | BRASIL DA DIVERSIDADE: SOCIEDADE E DIREITOS | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,22 | 103.481 | R$ 850.613,82 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 136IL | ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO: DESIGUALDADES E CONFLITOS | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,22 | 101.867 | R$ 837.346,74 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 137IL | SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO: SOCIEDADE E NATUREZA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,28 | 92.244 | R$ 763.780,32 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 138IL | MUNDO EM MOVIMENTO: GLOBALIZAÇÃO, CONFLITOS E PANDEMIA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 8,28 | 87.963 | R$ 728.333,64 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 134IL | CONTEXTO E AÇÃO - TERRITÓRIOS, PAISAGENS E RELAÇÕES SOCIAIS | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,18 | 82.603 | R$ 1.336.516,54 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 133IL | CONTEXTO E AÇÃO - GRANDES TRANSFORMAÇÕES | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,21 | 81.963 | R$ 1.328.620,23 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 133IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - LIBERDADE E VIDA SOCIAL | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 79.658 | R$ 1.210.005,02 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 134IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - FRONTEIRAS FÍSICAS E CULTURAIS | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 77.184 | R$ 1.172.424,96 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 135IL | CONTEXTO E AÇÃO - SOCIEDADE E NATUREZA | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,43 | 77.121 | R$ 1.267.098,03 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 136IL | CONTEXTO E AÇÃO - TRABALHO E SOCIEDADE | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,81 | 71.698 | R$ 1.205.243,38 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 135IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E NATUREZA | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 69.147 | R$ 1.050.342,93 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 138IL | CONTEXTO E AÇÃO - CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 17,04 | 67.252 | R$ 1.145.974,08 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204 137IL | CONTEXTO E AÇÃO - DESIGUALDADE E PODER | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 17,12 | 65.493 | R$ 1.121.240,16 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 133IL | INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 20,28 | 64.507 | R$ 1.308.201,96 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 136IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TRABALHO E SOCIEDADE | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 63.536 | R$ 965.111,84 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 134IL | OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 144 | R$ 19,89 | 62.796 | R$ 1.249.012,44 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 137IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONVIVÊNCIAS E CONFLITOS | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 60.434 | R$ 917.992,46 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204 138IL | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E CIDADANIA | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 57.991 | R$ 880.883,29 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 135IL | TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 23,25 | 52.256 | R$ 1.214.952,00 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 136IL | ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 23,41 | 51.679 | R$ 1.209.805,39 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 138IL | CULTURAS E DIFERENÇAS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 144 | R$ 23,04 | 45.463 | R$ 1.047.467,52 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 137IL | RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 25,83 | 44.846 | R$ 1.158.372,18 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 133IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: O MUNDO EM QUE VIVEMOS: ORIGENS, TRABALHO E A INVENÇÃO DA LIBERDADE | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 27,83 | 42.439 | R$ 1.181.077,37 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 134IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO CONTEMPORÂNEO: TENSÕES, CONFLITOS E COOPERAÇÃO | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 28,03 | 41.932 | R$ 1.175.353,96 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 133IL | INTERAÇÃO HUMANAS - A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES E DAS CIVILIZAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 38.834 | R$ 589.888,46 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 134IL | INTERAÇÃO HUMANAS - O TRABALHO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA HUMANA | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 15,19 | 36.286 | R$ 551.184,34 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 135IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL DIVERSO: POVOS E PAISAGENS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 32,00 | 35.648 | R$ 1.140.736,00 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 136IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL EM FORMAÇÃO: ENTRE O RURAL E O URBANO | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 33,15 | 34.779 | R$ 1.152.923,85 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 135IL | INTERAÇÃO HUMANAS - O PODER ECONÔMICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS POVOS E PAÍSES | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,09 | 31.234 | R$ 502.555,06 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 136IL | INTERAÇÃO HUMANAS - SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,09 | 30.387 | R$ 488.926,83 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 137IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO EM REDE: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 36,92 | 29.964 | R$ 1.106.270,88 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 138IL | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: ESTADO, POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 37,19 | 29.736 | R$ 1.105.881,84 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 138IL | INTERAÇÃO HUMANAS - AS SOCIEDADES HUMANAS, SEUS DESAFIOS E PERCURSOS | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,09 | 29.338 | R$ 472.048,42 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 137IL | INTERAÇÃO HUMANAS - O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 160 | R$ 16,09 | 28.916 | R$ 465.258,44 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 133IM | GLOBALIZAÇÃO, TEMPO E ESPAÇO | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 20,84 | 10.610 | R$ 221.112,40 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 134IM | POPULAÇÕES, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 20,84 | 10.478 | R$ 218.361,52 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 135IM | SOCIEDADE, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 20,88 | 9.950 | R$ 207.756,00 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 136IM | TRABALHO, TECNOLOGIA E DESIGUALDADE | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 20,96 | 9.604 | R$ 201.299,84 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 137IM | ÉTICA, CULTURA E DIREITOS | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 21,33 | 9.149 | R$ 195.148,17 |
| EDITORA FTD S A | 0214P21204 138IM | POLÍTICA, CONFLITOS E CIDADANIA | 0214P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 21,41 | 8.964 | R$ 191.919,24 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 133IM | NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 22,05 | 6.340 | R$ 139.797,00 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204 134IM | GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 22,13 | 6.213 | R$ 137.493,69 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204135IM | TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 22,35 | 5.669 | R$ 126.702,15 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204136IM | PODER E POLÍTICA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 22,55 | 5.400 | R$ 121.770,00 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204133IM | CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,15 | 5.255 | R$ 121.653,25 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204137IM | SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,38 | 5.166 | R$ 120.781,08 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0184P21204138IM | CONFLITOS E DESIGUALDADES | 0184P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,45 | 5.103 | R$ 119.665,35 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204134IM | POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,26 | 5.034 | R$ 117.090,84 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204133IM | SER HUMANO, CULTURA E SOCIEDADE | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,24 | 4.878 | R$ 113.364,72 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204134IM | TRABALHO, TECNOLOGIA E NATUREZA | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,41 | 4.733 | R$ 110.799,53 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204135IM | SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,68 | 4.701 | R$ 111.319,68 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204136IM | ÉTICA E CIDADANIA | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,72 | 4.496 | R$ 106.645,12 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204135IM | RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO, ESTADO E NAÇÃO | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,78 | 4.261 | R$ 101.326,58 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204138IM | TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 24,06 | 4.237 | R$ 101.942,22 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0192P21204137IM | ESTADO, PODER E DEMOCRACIA | 0192P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 24,03 | 4.229 | R$ 101.622,87 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204136IM | LUTAS SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 23,95 | 4.180 | R$ 100.111,00 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204137IM | AMÉRICA: POVOS, TERRITÓRIOS E DOMINAÇÃO COLONIAL | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 24,08 | 3.983 | R$ 95.910,64 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0200P21204138IM | DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS | 0200P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 24,20 | 3.856 | R$ 93.315,20 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204133IM | INDIVÍDUO, SOCIEDADE E CULTURA | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 23,84 | 3.411 | R$ 81.318,24 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204134IM | TRABALHO E TECNOLOGIA | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 24,05 | 3.239 | R$ 77.897,95 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204133IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - COMPREENDER O MUNDO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 25,49 | 3.236 | R$ 82.485,64 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204134IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - MUNDO EM MOVIMENTO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 25,17 | 3.108 | R$ 78.228,36 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204135IM | TRANSFORMAÇÕES DA NATUREZA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 24,95 | 3.056 | R$ 76.247,20 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204135IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSCIÊNCIA AMBIENTAL | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 26,03 | 2.939 | R$ 76.502,17 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204136IM | POLÍTICA E TERRITÓRIO | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 25,28 | 2.867 | R$ 72.477,76 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 137IM | DINÂMICAS E FLUXOS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 26,19 | 2.808 | R$ 73.541,52 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 136IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - IMPORTÂNCIA DO TRABALHO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 26,49 | 2.801 | R$ 74.198,49 |
| EDITORA MODERNA LTDA | 0190P21204 138IM | ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS | 0190P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 26,35 | 2.765 | R$ 72.857,75 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 137IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONVÍVIO DEMOCRÁTICO | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 240 | R$ 26,24 | 2.632 | R$ 69.063,68 |
| EDITORA ATICA S.A. | 0152P21204 138IM | DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA | 0152P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 27,66 | 2.583 | R$ 71.445,78 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 133IM | HUMANITAS.DOC - TEMPO E ESPAÇO | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 26,51 | 2.508 | R$ 66.487,08 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 134IM | HUMANITAS.DOC - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 28,11 | 2.415 | R$ 67.885,65 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 133IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CIDADANIA E ÉTICA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 23,50 | 2.361 | R$ 55.483,50 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 134IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - ECONOMIA E TRABALHO | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 27,70 | 2.278 | R$ 63.100,60 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 135IM | HUMANITAS.DOC - INDIVÍDUO, SOCIEDADE E NATUREZA | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 28,05 | 2.274 | R$ 63.785,70 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 136IM | HUMANITAS.DOC - POLÍTICA E MUNDO DO TRABALHO | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 29,17 | 2.158 | R$ 62.948,86 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 135IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 26,26 | 2.081 | R$ 54.647,06 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 138IM | HUMANITAS.DOC - DIVERSIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 29,65 | 2.048 | R$ 60.723,20 |
| SARAIVA EDUCACAO S.A. | 0188P21204 137IM | HUMANITAS.DOC - SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA | 0188P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 28,43 | 2.047 | R$ 58.196,21 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 136IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TERRITÓRIO E FRONTEIRA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 27,73 | 2.039 | R$ 56.541,47 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 137IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E CULTURA | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 25,90 | 2.010 | R$ 52.059,00 |
| EDICOES SM LTDA. | 0202P21204 138IM | SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIAS | 0202P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 25,99 | 1.995 | R$ 51.850,05 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204 133IM | MUNDO DO TRABALHO: INDIVÍDUO E SOCIEDADE | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,54 | 1.892 | R$ 52.105,68 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA FTD S A | 0215P21204134IM | POLÍTICA E ÉTICA EM AÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,55 | 1.881 | R$ 51.821,55 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204135IM | BRASIL DA DIVERSIDADE: SOCIEDADE E DIREITOS | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,62 | 1.750 | R$ 48.335,00 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204136IM | ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO: DESIGUALDADES E CONFLITOS | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,64 | 1.722 | R$ 47.596,08 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204137IM | SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO: SOCIEDADE E NATUREZA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,76 | 1.623 | R$ 45.054,48 |
| EDITORA FTD S A | 0215P21204138IM | MUNDO EM MOVIMENTO: GLOBALIZAÇÃO, CONFLITOS E PANDEMIA | 0215P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 27,78 | 1.567 | R$ 43.531,26 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204133IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - LIBERDADE E VIDA SOCIAL | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 32,25 | 1.377 | R$ 44.408,25 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204134IM | CONTEXTO E AÇÃO - TERRITÓRIOS, PAISAGENS E RELAÇÕES SOCIAIS | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 31,87 | 1.368 | R$ 43.598,16 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204133IM | CONTEXTO E AÇÃO - GRANDES TRANSFORMAÇÕES | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 31,97 | 1.361 | R$ 43.511,17 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204134IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - FRONTEIRAS FÍSICAS E CULTURAIS | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 32,45 | 1.339 | R$ 43.450,55 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204135IM | CONTEXTO E AÇÃO - SOCIEDADE E NATUREZA | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 32,64 | 1.303 | R$ 42.529,92 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204135IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E NATUREZA | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 33,67 | 1.241 | R$ 41.784,47 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204136IM | CONTEXTO E AÇÃO - TRABALHO E SOCIEDADE | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 33,35 | 1.238 | R$ 41.287,30 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204138IM | CONTEXTO E AÇÃO - CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 34,73 | 1.196 | R$ 41.537,08 |
| EDITORA SCIPIONE S.A. | 0183P21204137IM | CONTEXTO E AÇÃO - DESIGUALDADE E PODER | 0183P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 248 | R$ 34,24 | 1.185 | R$ 40.574,40 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204136IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TRABALHO E SOCIEDADE | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 35,20 | 1.158 | R$ 40.761,60 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204133IM | INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 280 | R$ 37,24 | 1.112 | R$ 41.410,88 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204137IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONVIVÊNCIAS E CONFLITOS | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 36,01 | 1.111 | R$ 40.007,11 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0212P21204138IM | CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E CIDADANIA | 0212P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 36,70 | 1.095 | R$ 40.186,50 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204134IM | OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 35,51 | 1.091 | R$ 38.741,41 |

| Editora | Código Volume | Volume | Código Coleção | Nome da Componente | Pági-nas | Valor Unitário | Tiragem Total | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 135IM | TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 272 | R$ 39,42 | 954 | R$ 37.606,68 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 136IM | ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 272 | R$ 39,70 | 944 | R$ 37.476,80 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 137IM | RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 41,36 | 881 | R$ 36.438,16 |
| EDITORA AJS LTDA. | 0229P21204 138IM | CULTURAS E DIFERENÇAS | 0229P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 40,44 | 881 | R$ 35.627,64 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 133IM | INTERAÇÃO HUMANAS - A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES E DAS CIVILIZAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,50 | 703 | R$ 30.580,50 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 134IM | INTERAÇÃO HUMANAS - O TRABALHO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA HUMANA | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,73 | 665 | R$ 29.080,45 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 133IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: O MUNDO EM QUE VIVEMOS: ORIGENS, TRABALHO E A INVENÇÃO DA LIBERDADE | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 280 | R$ 43,76 | 656 | R$ 28.706,56 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 134IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO CONTEMPORÂNEO: TENSÕES, CONFLITOS E COOPERAÇÃO | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 42,79 | 651 | R$ 27.856,29 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 135IM | INTERAÇÃO HUMANAS - O PODER ECONÔMICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS POVOS E PAÍSES | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,67 | 611 | R$ 26.682,37 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 135IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL DIVERSO: POVOS E PAISAGENS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 46,55 | 602 | R$ 28.023,10 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 136IM | INTERAÇÃO HUMANAS - SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,67 | 592 | R$ 25.852,64 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 138IM | INTERAÇÃO HUMANAS - AS SOCIEDADES HUMANAS, SEUS DESAFIOS E PERCURSOS | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,67 | 588 | R$ 25.677,96 |
| EDITORA DO BRASIL SA | 0151P21204 137IM | INTERAÇÃO HUMANAS - O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE | 0151P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 288 | R$ 43,67 | 587 | R$ 25.634,29 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 136IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL EM FORMAÇÃO: ENTRE O RURAL E O URBANO | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 272 | R$ 47,63 | 586 | R$ 27.911,18 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 138IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: ESTADO, POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 264 | R$ 51,13 | 520 | R$ 26.587,60 |
| PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA | 0240P21204 137IM | PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO EM REDE: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS | 0240P21204 | Ciências Humanas e Sociais Aplicadas | 256 | R$ 50,24 | 519 | R$ 26.074,56 |
| | | | | | | **TOTAIS:** | **14.366.128** | **R$ 136.620.820,39** |

Fonte: FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) – Programa Nacional do Livro e do Material Didático, com adaptação do autor.

**Anexo 2: Multiversos Ciências Humanas – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD2021 – Sugestões de trabalho por formação curricular do professor**

Tabela 11: Multiversos Ciências Humanas – Globalização, Tempo e Espaço

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 32. | Geografia, Sociologia e Filosofia |
| | Sequência de atividades sobre o conceito de lugar e globalização. | |
| | Atividade em grupo sobre pensadores da globalização. | |
| | Sequência de atividades sobre as ideias de Bauman sobre a globalização. | |
| | Trabalho com a seção Dialogando da p. 37. | |
| 2 | Atividade com a seção Dialogando da p. 44. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Discussão sobre a letra da canção de Kunumi MC. | |
| | Início do trabalho interdisciplinar de produção musical. Atividade de produção musical: apresentação e discussões. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 50 a 51. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 3 | Discussão sobre o conceito de Estado. | Filosofia, História, Sociologia |
| | Contextualização do surgimento do Estado. | |
| | Atividade síntese da página 55. | |
| | Atividade com base no texto “Do etnocídio”. | |
| | Separatismo espanhol. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 71 a 74. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Leitura de Imagem da p. 75. | |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 76 e 77. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 78 e 79. | |
| | Processo avaliativo. | |
| **UNIDADE 2** | | |
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia, Sociologia e História |
| 5 | Processos de independências na América Latina. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 125. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 126 a 128. | |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 129. | |
| 6 | Revolução e independência estadunidenses. | Filosofia, História, Geografia e Sociologia |
| | Atividade sobre Iluminismo e John Locke. | |
| | Problematização das dicotomias entre a Constituição dos Estados Unidos e a falta de direitos das minorias. | |
| | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 138. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 139. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 148 e 149. | |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 150 e 151. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 152 e 153. | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 247-248; 286-287, com adaptação do autor.

Tabela 12: Multiversos Ciências Humanas – Populações, Territórios e Fronteiras

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Trabalho com a seção Abertura. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Discutir o conceito de alteridade | |
| | Trabalho com a seção Dialogando da p. 15. | |
| | Compreender o Iluminismo. | |
| | Relacionar o racismo ao darwinismo social. | História, Sociologia e Filosofia |
| | Trabalho com a seção Dialogando da p. 17. | |
| | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 18. | |
| | Atividade interdisciplinar com Linguagens sobre racismo, etnocentrismo e eurocentrismo. | |
| | Discussão sobre o negacionismo do Holocausto. | História, Sociologia e Filosofia |
| | Antropologia Evolucionista x Relativismo Cultural | |
| | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 27. | |
| | Culturas juvenis no Século XXI. | |
| 2 | Atividade com a seção Dialogando da p. 36. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Avaliação diagnóstica por meio de roda de conversa sobre o Imperialismo no Século XIX. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 37. | |
| | Discutir o conceito de malthusianismo. | |
| | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 58. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 59 a 63. | |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 63 | |
| | Atividade sobre resistências às ocupações coloniais. | |
| 3 | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar da p. 66. | Filosofia, História, Geografia e Sociologia |
| | Discutir o conceito de negritude. | |
| | Processos de independência na África. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 78 a 81. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 82 e 83. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 84 e 85. | |
| | Processo avaliativo. | |
| **UNIDADE 2** | | |
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 4 | Debate sobre os conceitos de sociedade, indivíduo, coletivo e individual. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Diversidade cultural do Mundo. | |
| | Trabalho com a seção Para refletir e argumentar das pp. 100 e 101. | |
| 5 | Atividade com a seção Retomando das p. 126 a 128. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 129. | |
| | Atividade extra sobre refugiados. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 6 | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 149. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 148 e 149. | |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 150 e 151. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 152 e 153. | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 242-243; 288, com adaptação do autor.

Tabela 13: Multiversos Ciências Humanas – Sociedade Natureza e Sustentabilidade

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Apresentação da peça "O café baixou" e discussão sobre crise de superprodução. | Geografia, História, Filosofia e Sociologia |
| | Atividade sobre o filme "A história secreta da obsolescência programada". | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 13. | |
| | Discussão sobre o papel da propaganda na sociedade. | |
| | Problematização da relação entre classes sociais e acesso à cultura. | |
| | Aula dialogada sobre a indústria cultural. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 16. | |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia, Sociologia, Biologia e Química. |
| 3 | Atividade com a seção Retomando das p. 75 a 77. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 78 e 79. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 80 e 81. | |
| | Processo avaliativo. | |
| **UNIDADE 2** | | |
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| | Aula dialogada para sensibilização ao tema da sustentabilidade e desenvolvimento. | Geografia e Filosofia |
| | Atividade de fruição estética com a imagem da obra de arte da p. 85. | |
| | Atividade em grupo sobre a relação natureza-sociedade: separadas ou unidas? Roda de conversa sobre o tema. | |
| | Discussão sobre Antropoceno e análise do quadro tradicional de eras geológicas. | |
| | Reflexão sobre a mercantilização da natureza pela civilização ocidental e leitura do texto de Ailton Krenak. | |
| | Pesquisa sobre as ideias de Feliz Guattari e Milton Santos sobre os desequilíbrios ecológicos. | |
| 5 | Sequência de atividades a partir da Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. | Sociologia, Geografia, História e Filosofia |
| | Debate sobre economia verde, ações para a igualdade de gênero e conversão do PNUMA em uma agência da ONU. | |
| | Sequência de atividades sobre os Objetivos do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. | |
| 6 | Atividade com a seção Retomando das p. 147 a 149. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 150 e 151. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 152 e 153. | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 247-248; 287-288, com adaptação do autor.

Tabela 14: Multiversos Ciências Humanas – Trabalho Tecnologia e Desigualdade

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Aula dialogada conceituando juventude. | Filosofia, História, Sociologia e Geografia |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 12. | |
| | Debate sobre o mundo do trabalho e as legislações trabalhistas. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 13. | |
| | Aula dialogada sobre categorias de trabalhadores e pessoas jurídicas. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 17. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 18. | |
| 2 | Atividade com a seção Retomando das p. 45 a 48. | História, Sociologia, Geografia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 49. | |
| | Projeto em grupo sobre quilombos (atividade extra, p. 224). | |
| 3 | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 72 e 73. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 74 e 75. | |
| | Processo avaliativo. | |
| **UNIDADE 2** | | |
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia, História e Sociologia |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia, História e Sociologia |
| 6 | Atividade com a seção Retomando das p. 146 a 147. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Atividade Síntese das p. 148 e 149. | |
| | Atividade sobre trabalho na atualidade, relacionando transformações tecnológicas e os papéis de gênero (atividade extra, p. 285). | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 240-241; 287-288, com adaptação do autor.

Tabela 15: Multiversos Ciências Humanas – Ética, Cultura e Direitos

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Aula dialogada para sensibilização ao tema da ética, cidadania e direitos humanos. | Filosofia, Sociologia e História |
| | Atividade para construção da noção de ética. | |
| | Sala de aula invertida sobre o conceito de Ubuntu. | |
| | Atividades com a seção Para refletir e argumentar da p. 17. | |
| | Discussão sobre o contexto do cristianismo e a Idade Média. | |
| | Atividades com a metodologia baseada em problematização sobre o filme "O nome da Rosa". | Filosofia e História |
| | Atividade sobre arte gótica. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 20. | |
| | Aula dialogada sobre Agostinho de Hipona. | |
| | Discussão sobre o problema do mal. | |

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Atividade com a metodologia da gamificação sobre as ideias de Agostinho de Hipona. | Filosofia e História |
| | Aula dialogada sobre o Renascimento. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 24. | |
| | Atividade de leitura de imagem da obra O Homem Vitruviano com estratégia brainstorm. | |
| | Atividade em grupo sobre filme com a temática do Renascimento. | |
| | Trabalho com análise de texto e estratégia brainstorm. | Filosofia, Sociologia e História |
| | Discussão sobre as ideias de Maquiavel e atividade em grupo. | |
| | Metodologia da gamificação sobre obras artísticas renascentistas e góticas. | |
| | Discussão sobre o comportamento humano sob a perspectiva sociológica. | |
| | Atividades com a seção Retomando das p. 34 e 35. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 2 | Aula dialogada para sensibilização ao tema do capítulo. | História, Sociologia, Geografia e Filosofia |
| | Pesquisa sobre o contexto histórico do Renascimento. | |
| | Atividade em grupo sobre o contexto da Reforma Protestante. | |
| | Construção de tabela sobre religiões predominantes em cada território no século XVII. | |
| | Discussão sobre os mecanismos e ideais republicanos e democráticos na produção de Jean-Jacques Rousseau. | Filosofia, História e Sociologia |
| | Discussão sobre ética na perspectiva de Immanuel Kant. | |
| | Discussão em grupo sobre Nicolau Maquiavel. | |
| | Atividade com texto sobre o impacto social da enciclopédia na sociedade francesa. | |
| | Discussão sobre os eventos históricos da Revolução Francesa. | |
| | Atividade sobre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a seção Para refletir e argumentar das p. 55 e 56. | História e Filosofia |
| | Atividade de Leitura de imagem da pintura A Liberdade guiando o povo, de Delacroix. | |
| | Atividades com a seção Retomando das p. 58 a 60. | |
| | Atividades com a seção Atividade síntese das p. 60 e 61. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 3 | Aula dialogada para sensibilização ao tema da representatividade e direitos. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Discussão sobre o histórico das conquistas dos direitos femininos. | |
| | Atividade de sondagem sobre a desigualdade de direitos entre gêneros. | |
| | Discussão sobre os direitos sociais e políticos. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 64. | |
| | Atividade com texto sobre a construção do papel da mulher. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Atividade em grupo sobre as diferentes vertentes feministas. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 69. | |
| | Discussão sobre a Independência de São Domingos e trabalho com textos. | |
| | Discussão sobre desigualdade racial e direito à vida. | Filosofia, Sociologia e História |
| | Atividades com textos sobre a necropolítica. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 77. | |
| | Discussão sobre a homofobia. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 80. | |
| | Atividades com a seção Retomando das p. 81 a 85. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 86 e 87. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 88 e 89. | |
| | Processo avaliativo. | |

| UNIDADE 2 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 4 | Debate sobre a desigualdade interna nas cidades. | Geografia, Filosofia e Sociologia |
| | Debate sobre segregação urbana. | |
| | Sequência de atividades sobre especulação fundiária. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 102. | |
| | Aula dialogada sobre metropolização. | |
| | Atividade com textos sobre regiões metropolitanas. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Discussão sobre segregação social e os movimentos pelo direito à moradia. | |
| | Atividade síntese da p. 110. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 111 a 113. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 5 | Aula dialogada sobre preconceito, etnocentrismo e xenofobia. | História, Sociologia, Geografia e Filosofia |
| | Trabalho com a legislação referente à xenofobia. | |
| | Aula dialogada sobre o histórico de contextos violentos e etnocêntricos. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 118. | |
| | Discussão sobre dismorfia corporal com base em filme. | Filosofia e Sociologia |
| | Discussão sobre feminicídio com base em textos e reflexão. | |
| | Debate sobre fake news e suas aplicações. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 125. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 126. | |
| | Trabalho com atitudes frente às fake news. | |
| | Atividade com texto sobre cultura da paz. | História, e Filosofia, Sociologia e Geografia |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 129. | |
| | Atividades com a seção Retomando das p. 129 a 131. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 6 | Atividade c/ aula invertida sobre presença da tecnologia na vida das pessoas. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Aula dialogada sobre impactos das inovações tecnológicas no cotidiano. | |
| | Atividade com o texto sobre avanços tecnológicos nas comunicações. | |
| | Construção de linha do tempo sobre evolução das comunicações. | |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 134. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 135. | |
| | Trabalho com a Carta da Terra. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Discussão sobre a bioética. | |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 136. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 137. | |
| | Aula dialogada sobre impasses ético-políticos. | |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 139. | Filosofia, Sociologia e História |
| | Debate sobre valores éticos. | |
| | Trabalho sobre consumismo com base em texto do Ecodebate. | |
| | Atividade com a seção Dialogando da p. 140. | |
| | Debate sobre o uso ético e consciente da internet. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 142. | |
| | Debate sobre Direitos Humanos durante a pandemia de covid-19. | |
| | Debate de ideias de teóricos sobre isolamento durante a pandemia covid-19. | Filosofia, Sociologia, História e Geografia |
| | Aula dialogada sobre transumanismo. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 147 a 149. | |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem. | |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 150 e 151. | |
| | Atividades com a seção #JovensEmAção das p. 152 e 153. | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 242-243; 286-287, com adaptação do autor.

Tabela 16: Multiversos Ciências Humanas – Política, Conflitos e Cidadania

| UNIDADE 1 | | |
|---|---|---|
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 1 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História, Sociologia e Geografia |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia e História |
| 3 | Aula invertida e debate sobre Guerra Fria, Doutrina de Segurança Nacional e golpes civil-militares na América Latina. | Filosofia, História e Sociologia |
| | Discussão com base em textos sobre golpe de Estado no Chile. | |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 61. | |
| | Aula dialogada sobre golpe de Estado na Argentina. | |
| | Atividade em grupo de produção de peça teatral. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar das p. 73 e 74. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 75 a 78. | |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem da p. 79. | |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 80 e 81. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção das p. 82 e 83. | |
| **UNIDADE 2** | | |
| **CAPÍTULO** | **Sugestões de trabalho** | **Formação curricular do professor** |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia, Geografia e História |
| 5 | Atividade a partir da imagem da p. 119. | Geografia, Sociologia, Filosofia e História |
| | Trabalho com texto de Nelson Mandela. | |
| | Atividade com seção Dialogando da p. 120. | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 121. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 122 a 126. | |
| | Atividade com a seção Leitura de imagem das p. 126 e 127. | |
| | Processo avaliativo. | |
| 6 | Trabalho com base em filme "Últimas conversas". | Sociologia, História, Geografia e Filosofia |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 140. | |
| | Trabalho em grupo a partir do filme "Que horas ela volta?". | |
| | Atividade com a seção Para refletir e argumentar da p. 143. | |
| | Atividade com a seção Integrando com Ciências da Natureza e suas Tecnologias das p. 145 e 146. | |
| | Atividade com a seção Retomando das p. 147 a 149. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |
| | Atividade com a seção #JovensProtagonistas das p. 150 e 151. | |
| | Atividade com a seção #JovensEmAção da p. 152 e 153. | |
| | Processo avaliativo. | |

Fonte: BOULOS JÚNIOR; ADÃO; FURQUIM JÚNIOR, 2020, p. 242-243; 287-288, com adaptação do autor.

## Anexo 3: Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – PNLD2021 – Sugestões de trabalho por formação curricular do professor

Tabela 17: Moderna Plus – Natureza em transformação

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 3 | O estudo da natureza na Grécia antiga | Filosofia |
| | O estudo da natureza na Idade Média | |
| | O estudo da natureza na modernidade | |
| | O estudo da natureza na contemporaneidade | |
| | Leitura analítica: O planeta vivo e a potência de agir humana | |
| | Atividades | |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 6 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão investigar, por meio de um estudo de caso, a situação da produção, coleta e destinação do lixo da comunidade, promovendo uma discussão cujo objetivo é refletir sobre o descarte e o reaproveitamento dos resíduos sólidos produzidos localmente. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. L-LXXVII, com adaptação do autor.

Tabela 18: Moderna Plus – Globalização, emancipação e cidadania

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 3 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| 6 | Do século XIX ao XX: a crise da subjetividade | Filosofia |
| | Fenomenologia | |
| | Sartre e o existencialismo | |
| | Beauvoir: a mulher e o existencialismo | |
| | Merleau-Ponty: a experiência vivida | |
| | A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade | |
| | Mutações contemporâneas | |
| | Em pauta: Controle e vigilância durante a pandemia de covid-19 | |
| | Atividades | |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão analisar a influência das redes sociais na vida das pessoas, especialmente dos jovens, produzindo conhecimento através de levantamento, seleção e análise de dados para divulgar informações seguras sobre as redes sociais a outros estudantes e à comunidade. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. LI-LXXVII, com adaptação do autor.

Tabela 19: Moderna Plus – Trabalho, ciência e tecnologia

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | Estágios da técnica | Filosofia |
| | Trabalho e humanização | |
| | O trabalho nas sociedades tradicionais | |
| | Ócio e negócio | |
| | Teorias da modernidade | |
| | As transformações do trabalho na contemporaneidade | |
| | Uma civilização do lazer? | |
| | Trabalho e ciência | |
| | Nascimento das ciências humanas | |
| | Ciência e valores | |
| | Trabalho com fontes: Perspectiva sobre o trabalho indígena no século XVII | |
| | Atividades | |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| 3 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 6 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão produzir um documentário curta-metragem, com registro e análise da realidade social por meio da construção de narrativas que humanizam os fenômenos, uma vez que captam dimensões subjetivas e pessoais de questões vividas pela sociedade. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. LI-LXXVII, com adaptação do autor.

Tabela 20: Moderna Plus – Poder e política

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | Política: para quê? | Filosofia |
| | Poder e força | |
| | Institucionalização do poder do Estado | |
| | Estado e legitimidade do poder | |
| | A Filosofia política na Antiguidade: o cidadão da pólis | |
| | Concepções políticas na modernidade | |
| | O projeto democrático contemporâneo | |
| | Infográfico: Crise de representatividade na política | |
| | Direito e sociedade: Os direitos humanos e a condição dos refugiados | |
| | Atividades | |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| 3 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 6 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão produzir uma reportagem em vídeo sobre formas de participação política, a fim de aproximá-los dos espaços de articulação do poder e possibilitar seu protagonismo, pela produção e divulgação de conhecimentos sobre o contexto em que vivem, ampliando sua cidadania. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. LI-LXXVII, com adaptação do autor.

Tabela 21: Moderna Plus – Sociedade, política e cultura

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | O conceito de cultura | Filosofia |
| | Quem é você? | |
| | O comportamento animal | |
| | A linguagem | |
| | Cultura, educação e diversidade | |
| | Em pauta: O multiculturalismo nos Jogos Olímpicos | |
| | Paternalismo e autoritarismo na cultura brasileira | |
| | A indústria cultural | |
| | A crença | |
| | A morte | |
| | Atividades | |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| 3 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 5 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 6 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão identificar práticas e atividades artísticas e culturais no espaço de vivência e no entorno escolar, através de questionários abertos. Deverão produzir e compartilhar conhecimento sobre as práticas artístico-culturais locais por meio da criação de um mapa digital. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. LI- XCIII, com adaptação do autor.

Tabela 22: Moderna Plus – Conflitos e desigualdades

| CAPÍTULO | Sugestões de trabalho | Formação curricular do professor |
|---|---|---|
| 1 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 2 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | História |
| 3 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 4 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Geografia |
| 5 | A violência que salta aos olhos | Filosofia |
| | O que é violência? | |
| | Violência ou tradição? | |
| | Tipos de violência | |
| | A violência ilegítima do Estado: totalitarismo e autoritarismo | |
| | Paz como concórdia | |
| | Filosofia da não violência | |
| | Direitos Humanos: entre a vigência e a eficácia | |
| | Leitura analítica: Educação após a barbárie | |
| | Histórico da noção de Direitos Humanos | |
| | Declaração Universal dos Direitos Humanos | |
| | Retomando a polêmica: ofensas aos Direitos Humanos no cotidiano | |
| | Atividades | |
| 6 | Sem recomendações de textuais ou atividades envolvendo docentes com formação curricular em Filosofia. | Sociologia |
| - | MovimentAção (atividade integradora) - Alunos deverão identificar violações de Direitos Humanos no Brasil. Deverão pesquisar, selecionar e avaliar fontes documentais que tratem de tais violações, a fim de compartilhar informações de relevância social sobre Direitos Humanos por meio da publicação de *podcasts*. | Geografia, História, Sociologia e Filosofia |

Fonte: BRAICK, *et al*., 2020, p. LI-LXXVI, com adaptação do autor.

## Anexo 4: Proposta de Produto Educacional

| | |
|---|---|
| **Programa** | PPFEN |
| **Disciplina** | FEN9040 – Avaliação e Elaboração de Produtos Educacionais III |
| **Professores** | Taís Silva Pereira e Felipe Gonçalves Pinto |

| | |
|---|---|
| **Nome:** Lucas da Silva Martins | **Matrícula:** 2330069PFENMA |
| **Curso:** Mestrado Profissional Em Filosofia e Ensino | **Período:** 3º Trimestre – 2024 |
| **Turma:** FEN24.3 | **Data:** 12/11/2024 |

### PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL

1. **Título**: Roteiro para escolha de livros didáticos de Filosofia.
2. **Categoria**: Publicação digital destinada a uso em pesquisa e ensino escolar.
3. **Subtipo**: Roteiro contendo tabelas que ajudem a demonstrar as análises da presente pesquisa e o resultado da "interdisciplinaridade" nos livros analisados de forma crítico-demonstrativa.
4. **Público-alvo**: Professores de Filosofia e pesquisadores que tenham interesse em livros didáticos de Filosofia ou de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
5. **Descrição material**: Manual com tabelas digitais em cores, destacando nos índices temáticos das obras os conteúdos de Filosofia presentes nas mesmas.
6. **Descrição funcional**: Este produto educacional pretende otimizar o trabalho de docentes e pesquisadores em ensino de Filosofia. Será composto por tabelas demonstrativas do conteúdo filosófico de algumas obras componentes do PNLD 2021 – Ensino Médio – Objeto 2.
7. **Usos didáticos/pedagógicos previstos**: São previstos para uso didático/pedagógico no planejamento das aulas (pelos docentes) e pelos pesquisadores interessados.
8. **Justificativa**: O roteiro trará a exposição da metodologia de análise que levou à confecção das tabelas demonstrativas que identificam a presença da Filosofia nas duas coleções examinadas na pesquisa, as quais foram aprovadas no PNLD-2021 – Ensino Médio – Objeto 2, no âmbito do artigo 36 da Lei nº 13.415/2017, que trata da obrigatoriedade da BNCC e dos itinerários formativos. Logo, o produto justifica-se porque sintetiza as análises e contribui para o trabalho cotidiano de professores e de pesquisadores.
9. **Referencial teórico/bibliográfico**: Artigos produzidos para diversas revistas acadêmicas, tais como *O que nos faz pensar* e REFilo; publicações da ANPOF correlatas; o Edital do PNLD-2021; a Lei nº 13.415/2017; as coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas das editoras FTD (Multiversos) e Moderna (Moderna Plus) que foram aprovadas no PNLD-2021 e o pensamento crítico para o campo educacional de pensadores como Chauí, Gallo e Nascimento.
10. **Avaliação/Experimentação**: O produto poderá ser avaliado dentro do ambiente do PPFEN – junto aos mestrandos e aos docentes – antes de chegar a uma versão final de publicação.